

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



**A EVOLUÇÃO DAS BIBLIOTECAS  
MILITARES E DE DEFESA: ESTUDO DE  
CASO DA REDE DE BIBLIOTECAS DA  
DEFESA NACIONAL**

**JOÃO NUNO GOMES FERREIRA DA HORTA**

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Carlos Guardado da  
Silva, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre  
em Ciências da Documentação e Informação

2019



UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



**A EVOLUÇÃO DAS BIBLIOTECAS  
MILITARES E DE DEFESA: ESTUDO DE  
CASO DA REDE DE BIBLIOTECAS DA  
DEFESA NACIONAL**

JOÃO NUNO GOMES FERREIRA DA HORTA

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Carlos Guardado da  
Silva, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre  
em Ciências da Documentação e Informação

2019

# **FICHA TÉCNICA**

## **Modalidade de trabalho**

Dissertação de mestrado

## **Título**

A evolução das Bibliotecas Militares e de Defesa

## **Subtítulo**

Estudo de caso da Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional

## **Autor**

João Nuno Gomes Ferreira da Horta

## **Orientador**

Professor Doutor Carlos Guardado da Silva

## **Identificação do curso**

Mestrado em Ciências da Documentação e Informação

## **Instituição**

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

## **Ano**

2019

## RESUMO

O século XXI é marcado pela transformação social que origina a sociedade da informação, pautado pelo desenvolvimento anterior das Tecnologias de Informação e Comunicação (muito particularmente a criação da Internet), e o estabelecimento de ligações entre pontos, formando redes de informação. Neste âmbito, as redes de bibliotecas são sistemas compostos por ligações em rede com objectivos comuns que assentam em modelos de cooperação entre as bibliotecas integrantes de determinada rede. O ponto de partida deste estudo incide sobre a relação de uma rede de bibliotecas militares e de Defesa: a Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional (RBDN) – o objecto de estudo, com a sociedade da informação. Como é que a RBDN responde ao desafio da sociedade da informação, que pressupõe o estabelecimento de ligações em rede entre pessoas, produtos e serviços, da qual não está excluída a comunidade militar e de Defesa? No estudo de Pinto (2005), concluía-se que as bibliotecas militares portuguesas não cooperavam, estavam isoladas e coexistiam entre si, revelando uma desconexão face aos desafios da sociedade da informação. À pergunta de partida estão inerentes os objectivos de identificar a tipologia e o modelo de gestão e governação da RBDN, e identificar e descrever os processos de gestão documental, difusão da informação e cooperação entre as bibliotecas integrantes da rede. Metodologicamente, a abordagem investigativa assentou no estudo de caso, com recurso a métodos mistos, englobando técnicas qualitativas e quantitativas, como: a pesquisa e a análise documental e o inquérito por entrevista, enquanto técnicas qualitativas no apoio à revisão de literatura, caracterização do objecto de estudo e discussão dos resultados; e, o inquérito por questionário, enquanto técnica quantitativa, na recolha e tratamento dos dados junto das bibliotecas da RBDN. Conclui-se que a RBDN segue um modelo de interligação de pontos – as bibliotecas integrantes – numa rede tipologicamente mista e de modelo de gestão e governação descentralizado ou distribuído (marcado pela autonomia), com objectivos definidos (baseados na adopção de um Sistema Integrado de Gestão Bibliográfica e um catálogo colectivo), com procedimentos comuns e de índole cooperante, permitindo uma aproximação entre bibliotecas e profissionais da informação, abertura dos sistemas e maior controlo sobre o volume informacional. E, conclui-se que existe uma alteração do paradigma identificado por Pinto (2005), evoluindo da coexistência detectada na análise para a cooperação.

## PALAVRAS-CHAVE

Bibliotecas de Defesa; Bibliotecas Militares; Estudos de Caso; Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional (Portugal); Redes de Bibliotecas

*A presente dissertação não segue as regras do  
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.*

## **ABSTRACT**

The 21st century is marked by the social transformation that originates the information society, based on the previous development of Information and Communication Technologies (particularly the creation of the Internet), and the establishment of connections between points, forming information networks. In this context, library networks are systems composed of common purpose networking based on models of cooperation between libraries within a given network. The starting point of this study focuses on the relationship of a military and defense library network: the National Defense Library Network (RBDN) - the object of study, with the information society. How does the RBDN respond to the challenge of the information society, which presupposes networking between people, products and services, from which the military and defense community is not excluded? In Pinto's study (2005), it was concluded that the Portuguese military libraries did not cooperate, were isolated and coexisted, revealing a disconnect from the challenges of the information society. In the beginning question are inherent the objectives of identifying the typology and model of management and governance of the RBDN, and identifying and describing the processes of document management, information dissemination and cooperation among the libraries that are members of the network. Methodologically, the investigative approach was based on the case study, using mixed methods, encompassing qualitative and quantitative techniques, such as: research and document analysis and interview inquiry, as qualitative techniques in support of literature review, characterization of the object of study and discussion of results; and the questionnaire survey, as a quantitative technique, in collecting and processing data from RBDN libraries. It is concluded that the RBDN follows a model of interconnection of points - the member libraries - in a typologically mixed network and decentralized or distributed management and governance model (marked by autonomy), with defined objectives (based on the adoption of an Integrated Bibliographic Management System and a collective catalog), with common and cooperative procedures, allowing a closer relationship between libraries and information professionals, more opened systems and greater control over the information volume. And, it is concluded that there is a change in the paradigm identified by Pinto (2005), evolving from the coexistence detected in the analysis to cooperation.

## **KEYWORDS**

Case Studies; Defense Libraries; Libraries Networks; Military Libraries; National Defense Libraries Network (Portugal)

## DEDICATÓRIA

*A família, a escola, os outros, todos elegem em nós uma centelha promissora,  
um território em que poderemos brilhar. Uns nasceram para cantar,  
outros para dançar, outros nasceram simplesmente para serem outros.  
(...) Quando me viam, parado e recatado, no meu invisível recanto,  
eu não estava pasmado. Estava desempenhado, de alma e corpo ocupados:  
tecia os delicados fios com que se fabrica a quietude.*

Couto, M. (2016). *Jesusalém*. Lisboa: Leya/RTP.

*Para ti avó*

*Para ti avô*

## AGRADECIMENTOS

Durante todo o ciclo de estudos do Mestrado em Ciências da Informação e Documentação e, em particular, o período correspondente à elaboração deste estudo, estive acompanhado de pessoas que apoiaram e suportaram o caminho percorrido, nos momentos mais fáceis e nos momentos mais difíceis.

Agradeço a todos os professores do mestrado, com uma particular ressalva para o meu orientador, Professor Doutor Carlos Guardado da Silva, por ter aceite o desafio da orientação numa fase adiantada do calendário lectivo e pela sua total disponibilidade, conselhos e verdadeiras orientações que permitiram tornar real este estudo.

Agradeço aos meus amigos e colegas de mestrado: Luís Maia, Joana Santarém, Sofia Conchinha e Teresa Matos. À minha amiga e colega Teresa Lança Ruivo um particular agradecimento pela dinâmica positiva sempre demonstrada e constante demonstração de apoio e incentivo. À Nabila agradeço o apoio e compreensão nas fases mais complicadas deste processo e o seu “desencaminhamento” nas melhores fases. Agradeço, ao Jonas pelos mesmos motivos.

Um sincero e especial agradecimento à Dra. Isabel Coutinho da biblioteca da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional e à Dra. Ilda Pinto da biblioteca do Instituto da Defesa Nacional pelo apoio e incentivo concedidos desde o primeiro momento em que nos conhecemos no mundo das bibliotecas militares e de Defesa Nacional. O agradecimento à Dra. Ilda Pinto é reforçado por demonstrar um constante interesse e motivação pela realização deste estudo e total disponibilidade em esclarecer as minhas dúvidas e questões, bem como as pontuais conversas realizadas em que demonstra uma sensibilidade particular no âmbito da biblioteconomia militar e de Defesa.

Agradeço, igualmente de forma especial, aos meus pais pelo apoio pessoal e financeiro em todo o percurso.

Do ponto de vista institucional, agradeço à minha entidade patronal – Liga dos Combatentes – pela compreensão, flexibilidade e apoio nos últimos dois anos, na figura do seu Presidente da Direcção Central, Tenente-general Joaquim Chito Rodrigues, do seu Secretário-geral Coronel Lucas Hilário, do Vogal-Bibliotecário e Director do Museu



Coronel António Romero e do antigo responsável pelas áreas de intervenção cultural Dr. Ricardo Varandas. Ao Jorge Martins agradeço a sua essência de verdadeiro colega de trabalho e amigo.

# SUMÁRIO

RESUMO .....	i
ABSTRACT .....	ii
DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS .....	iv
SUMÁRIO.....	vi
LISTA DE SIGLAS .....	viii
ÍNDICE DE FIGURAS .....	x
ÍNDICE DE TABELAS .....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
1. REVISÃO DA LITERATURA .....	5
1.1. Bibliotecas militares e de Defesa .....	5
1.2. Redes de bibliotecas .....	7
1.3. Redes de bibliotecas militares e de Defesa .....	13
1.3.1. Red de Bibliotecas de Defesa de Espanha.....	14
1.3.2. Rede de Bibliotecas do Ministério da Defesa do Brasil.....	16
1.4. Estudos relacionados .....	18
1.4.1. As bibliotecas militares portuguesas: da coexistência à cooperação.....	18
1.4.2. Formação e desenvolvimento de rede de bibliotecas: estudo de caso da Rede de Bibliotecas Integradas do Exército .....	20
2. PROBLEMÁTICA E ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	22
2.1. Problemática.....	22
2.1.1. Pergunta de partida.....	22
2.1.2. Objecto de estudo .....	22
2.1.3. Pertinência do estudo.....	23
2.1.4. Objectivos.....	24
2.1.5. Hipóteses .....	24
2.2. Abordagem metodológica .....	25
3. CARACTERIZAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO .....	33
3.1. A Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional.....	33
3.1.1. Aspectos históricos.....	33

3.1.2. Bibliotecas integrantes .....	36
3.1.3. Governação e gestão.....	38
3.1.3.1. Instrumentos regulamentares.....	38
3.1.3.2. Objectivos e princípios.....	39
3.1.3.3. Órgãos de governo e gestão.....	40
3.1.4. Instrumentos técnicos .....	42
3.1.4.1. Manuais de apoio técnico às bibliotecas .....	42
3.1.4.2. Manual de apoio ao utilizador .....	43
3.1.5. Meios mecânicos .....	44
3.1.5.1. Sistema Integrado de Gestão Bibliográfica (SIGB) .....	45
3.1.5.2. Catálogo colectivo .....	48
4. RESULTADOS .....	50
4.1. Análise dos dados.....	50
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	75
CONCLUSÃO.....	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	92
BIBLIOGRAFIA.....	97
APÊNDICES .....	99
APÊNDICE A. Guião do inquérito por entrevista .....	100
APÊNDICE B. Transcrição do inquérito por entrevista.....	103
APÊNDICE C. Autorização de recolha, análise e divulgação dos dados obtidos no inquérito por entrevista .....	113
APÊNDICE D. Inquérito por questionário.....	114
APÊNDICE E. Mensagem de <i>e-mail</i> a solicitar a participação no estudo .....	121

## LISTA DE SIGLAS

ACRBDN	Administração Central da Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional
AIT	Administração da Infraestrutura Tecnológica
ALRBDN	Administração Local da Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional
AMSGMDN	Arquivo Multimédia da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional
BAHFA	Biblioteca do Arquivo Histórico da Força Aérea
BAM	Biblioteca da Academia de Marinha
BAVG	Biblioteca do Aquário Vasco da Gama
BCFMFTA	Biblioteca do Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea
BCIGE	Biblioteca do Centro de Informação Geoespacial do Exército
BCM	Biblioteca Central de Marinha
BCMA	Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas
BE	Biblioteca do Exército
BEA	Biblioteca da Escola das Armas
BEM	Biblioteca de Engenharia Militar
BEN	Biblioteca da Escola Naval
BES	Biblioteca da Escola dos Serviços
BESE	Biblioteca da Escola de Sargentos do Exército
BFSJB	Biblioteca do Forte de São Julião da Barra
BHFAR	Biblioteca do Hospital das Forças Armadas - Pólo do Porto (Hospital D. Pedro V)
BIA	Bibliotecas Integradas das Aeronáutica
BIBAM	Biblioteca da Academia Militar
BIBCM	Biblioteca do Colégio Militar
BIDN	Biblioteca do Instituto da Defesa Nacional
BIE	Bibliotecas Integradas do Exército
BIESM	Biblioteca do Instituto de Estudos Superiores Militares
BIH	Biblioteca do Instituto Hidrográfico
BIM	Bibliotecas Integradas da Marinha
BLC	Biblioteca da Liga dos Combatentes
BMA	Biblioteca do Museu do Ar
BMMP	Biblioteca do Museu Militar do Porto
BPCG	Biblioteca do Planetário Calouste Gulbenkian
BSDFA	Biblioteca do Serviço de Documentação da Força Aérea
BSGMDN	Biblioteca da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional
CARBDN	Comissão de Acompanhamento da Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional
CCDEF	<i>Catálogo Colectivo de Defesa</i>
EMA	Estado-Maior da Armada

EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior da Força Aérea
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
IDN	Instituto da Defesa Nacional
IMDN	Instituições de Memória da Defesa Nacional
MDN	Ministério da Defesa Nacional
RBD	<i>Red de Bibliotecas de Defesa</i>
RBDN	Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional
REBIMD	Rede de Bibliotecas Integradas do Ministério da Defesa
REBIUN	<i>Red de Bibliotecas Universitarias</i>
SBMP	Sistema de Bibliotecas Militares Portuguesas
SGMDN	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional
SIGB	Sistema Integrado de Gestão Bibliográfica

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição de registos bibliográficos da RBDN por biblioteca integrante. .	46
Figura 2. Distribuição de registos bibliográficos da RBDN por biblioteca integrante considerada na análise. ....	47
Figura 3. Distribuição dos inquiridos por grau mais elevado de formação e área científica (n=17). ....	51
Figura 4. Distribuição das bibliotecas integrantes da RBDN por tipologia de biblioteca (n=17). ....	53
Figura 5. Distribuição do número de elementos que constituem as equipas das bibliotecas (n=17). ....	54
Figura 6. Distribuição dos elementos que constituem as equipas das bibliotecas por categoria profissional e nível de formação BAD (n=17). ....	55
Figura 7. Distribuição individual por tipologia de utilizadores que frequentam as bibliotecas integrantes (n=17). ....	56
Figura 8. Distribuição da conjugação de repostas por tipologia de utilizadores que frequentam as bibliotecas integrantes (n=17). ....	57
Figura 9. Distribuição do número total de bibliotecas integradas, por ano, na RBDN (n=17). ....	60
Figura 10. Distribuição das oportunidades criadas pela integração na RBDN (n=17)...	62
Figura 11. Distribuição dos problemas criados pela integração na RBDN (n=16). ....	63
Figura 12. Distribuição dos dados referentes ao SIGB (n=17). ....	64
Figura 13. Distribuição dos dados referentes ao catálogo online (n=17). ....	65
Figura 14. Distribuição dos dados referentes aos instrumentos de gestão e governação, e apoio técnico (n=17). ....	66
Figura 15. Distribuição dos dados referentes à política de aquisição documental (n=16). ....	67
Figura 16. Distribuição dos dados referentes ao empréstimo interbibliotecário (n=11). 68	
Figura 17. Distribuição dos dados referentes às bibliotecas com as quais é mais exercido o empréstimo interbibliotecário (n=10). ....	69
Figura 18. Distribuição dos dados referentes aos recursos humanos (n=16). ....	70

## **ÍNDICE DE TABELAS**

Tabela 1. Bibliotecas integrantes da RBDN por dependência institucional..... 37

Tabela 2. Bibliotecas integrantes da RBDN por dependência orgânica e institucional . 52

## INTRODUÇÃO

O progresso científico e tecnológico, que teve um incremento significativo após o término da Segunda Guerra Mundial e que se intensificou na passagem do século XX para o século XXI, criou a sociedade de informação, na qual o fenómeno da informação é o seu elemento central, nos termos do seu desenvolvimento produtivo, especialização, industrialização e das necessidades e desafios sociais que a si são colocados.

O progresso social e tecnológico levou ao aumento da produção de informação e à sua disseminação em menos tempo, levando a que exista mais informação disponível (Le Coadic, 1996).

Para Castells (2002), as sociedades assistiram, nas últimas décadas do século XX, a uma Revolução das Tecnologias da Informação, caracterizando-a da seguinte forma:

(...) as novas tecnologias da informação difundiram-se pelo globo à velocidade da luz em menos de duas décadas, entre meados dos anos 70 e 90, por meio de uma lógica que, a meu ver, é uma característica desta revolução tecnológica: a aplicação imediata, ao seu próprio desenvolvimento, da tecnologia que cria, ligando o mundo através da tecnologia de informação (pp. 38-39).

Conforme as palavras finais de Castells, citadas anteriormente, ligar o mundo através das tecnologias da informação é uma característica da Revolução das Tecnologias da Informação que criou a Era da Informação, na qual “as funções e os processos dominantes, (...) organizam-se, cada vez mais, em torno de redes e isto representa o auge de uma tendência histórica. As redes constituem a nova morfologia das sociedades” (2002, p. 605).

Se a sociedade da informação pode ser caracterizada por um progresso que levou ao estabelecimento permanente das ligações em rede, os sistemas biblioteconómicos não ficaram ausentes desse mesmo progresso, pois são considerados sistemas cruciais de apoio ao desenvolvimento social.

Tendo em consideração esta evolução sociológica, formulou-se a seguinte pergunta:



*No âmbito de uma sociedade da informação, que pressupõe o estabelecimento de ligações em rede entre pessoas, produtos e serviços, da qual não está excluída a comunidade militar e de Defesa, como é que a Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional (RBDN) responde a este desafio?*

Este estudo versa uma temática pouco desenvolvida no panorama científico português, o das bibliotecas militares e de Defesa, bem como da temática de redes de bibliotecas.

A sua pertinência é justificada por diversas vias: a primeira é a prática inexistência de estudos sobre a temática em Portugal; a segunda é a inexistência de qualquer estudo que recorra à RBDN como seu objecto; a terceira é a criação e formação de redes de bibliotecas militares e de Defesa em países como Espanha e Brasil, num contexto de relações civis e militares muito próximo ao português, e que contam com alguns estudos realizados; a quarta via é a integração da RBDN nas Instituições da Memória da Defesa Nacional, contemplando a participação dos arquivos, bibliotecas e museus militares e de Defesa.

Através da pergunta de partida enunciada, delinearam-se os seguintes objectivos gerais: identificar a tipologia e o modelo de gestão e governação da RBDN, e identificar e descrever os processos de gestão documental, difusão da informação e cooperação entre as bibliotecas integrantes da RBDN; e como objectivos específicos: caracterizar a rede e as bibliotecas integrantes, caracterizar o modelo de gestão e governação, descrever os processos de tratamento e gestão documental, descrever os meios tecnológicos a que se recorre para operar a difusão da informação, e avaliar a cooperação entre as bibliotecas integrantes.

O trabalho de investigação está organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta a revisão de literatura em quatro vertentes. A primeira versa sobre o conceito de biblioteca militar e de Defesa, a segunda sobre as redes de bibliotecas, a terceira contextualiza o objecto de estudo face às redes de bibliotecas militares e de Defesa desenvolvidas em Espanha e no Brasil, e a quarta vertente versa sobre estudos relacionados já desenvolvidos, nomeadamente o estudo de Pinto (2005), que caracterizou a situação

das bibliotecas militares portuguesas num panorama de coexistência e não de cooperação, e o estudo de Viçosi (2017), que analisou a formação e o desenvolvimento da Rede de Bibliotecas Integradas do Exército brasileiro.

O segundo capítulo trata da problemática e da abordagem metodológica. A problemática refere a pergunta de partida, o objecto de estudo, a pertinência do estudo, os objectivos gerais e específicos e as hipóteses da investigação. A abordagem metodológica enuncia o método misto e as técnicas qualitativa e quantitativa utilizadas na investigação, com ênfase no método de estudo de caso pelo qual se caracteriza este estudo, com recurso à pesquisa e análise documental, desenvolvimento e aplicação do inquérito por questionário junto das bibliotecas integrantes da RBDN e o inquérito por entrevista aplicado a uma das responsáveis técnicas pela administração e gestão da rede.

O terceiro capítulo caracteriza o objecto de estudo em cinco vertentes, a saber: os aspectos históricos mais relevantes na formação da RBDN; a apresentação das bibliotecas integrantes da rede; a gestão e governação da rede, com base nos seus instrumentos regulamentares, nos objectivos e princípios que a regem e nos órgãos de gestão e governação; as orientações e determinações técnicas, com base nos instrumentos técnicos (manuais); e, os meios mecânicos que suportam a rede, como o Sistema Integrado de Gestão Bibliográfica (SIGB) *Horizon* e o catálogo colectivo.

O quarto capítulo apresenta os dados recolhidos pela aplicação do inquérito por questionário às bibliotecas integrantes da RBDN e a respectiva análise.

O quinto capítulo consiste na discussão dos dados apresentados no quarto capítulo, introduzindo, nesta parte, os dados recolhidos no inquérito por entrevista, seguindo uma análise crítica que envolve as principais ideias e modelos retidos na revisão da literatura efectuada no primeiro capítulo.

A conclusão do estudo sintetiza a totalidade do processo investigativo, recuperando a pergunta de partida, os objectivos gerais e específicos e a hipótese propostos no segundo capítulo, ressaltando-se a identificação de perspectivas futuras de investigação no âmbito do objecto em estudo e recomendações para o desenvolvimento da RBDN.

As referências bibliográficas contêm toda a documentação consultada e utilizada na textualização do processo investigativo e a bibliografia a documentação de apoio consultada nas diversas vertentes do estudo.

# **1. REVISÃO DA LITERATURA**

## **1.1. Bibliotecas militares e de Defesa**

Recuando até ao período de governação de Marquês de Pombal (1750-1777), numa breve incursão à origem e história das bibliotecas militares em Portugal, Moreira (2009) afirma que o Conde de Lippe ordenou a criação de bibliotecas em todas as unidades regimentais existentes na época, tendo em consideração que a “reorganização eficaz de uma instituição como o Exército se faz, não só com mudanças estruturais e doutrinárias, mas também com o aperfeiçoamento, cultural e espiritual, dos seus homens” (pp. 32-33).

Calamote (1988) entende que este desígnio do Conde Lippe também tinha o propósito de capacitar e aumentar o nível de “instrução dos militares e, particularmente, dos oficiais” (p. 767).

Segundo Lopes (2017, p. 65), as primeiras bibliotecas militares de maiores dimensões constituem-se na sequência da reorganização operada pelo Conde de Lippe. Em 18 de Julho de 1834, cria-se a biblioteca do Estado-Maior do Exército, como um mecanismo de apoio às actividades do Corpo do referido Estado-Maior, sendo que apenas em 1884 é oficializada a sua criação. Em 25 de Dezembro de 1836, cria-se a Biblioteca do Ministério da Guerra, instituição que tutelava, na época, as Forças Armadas portuguesas.

Soares (2003), ao definir a Biblioteca do Exército português, enuncia que esta “é uma biblioteca militar ao serviço da cultura portuguesa em variadas vertentes, com importante acervo bibliográfico, não exclusivamente militar” (p. 54).

Silva (2015) caracteriza a Biblioteca Digital do Exército, criada em 2014, como uma:

biblioteca de investigação vocacionada para servir utilizadores de informação especializada, designadamente, os militares do Exército e de outros Exércitos, facilitando o acesso à informação de âmbito histórico-militar (...) para trabalhos de índole científica e de investigação. No entanto, o seu conteúdo está disponível para todos os utilizadores interessados em temáticas militares (...) e para o público em geral (p. 499).

Para Viçosi (2017), “as bibliotecas militares servem como apoio às pesquisas e inovações na Ciência e Tecnologia das Instituições Militares de Ensino e das Organizações Militares” (p. 18).

Kohutiak (2009, p. 147), referindo-se à biblioteca do *War College* do Exército dos Estados Unidos da América, afirma que esta designa-se como um sistema biblioteconómico especializado e que tem a função de constituir-se como um elemento de apoio na educação, investigação e comunicação do próprio ensino militar.

Este trabalho identifica bibliotecas militares e de Defesa porque, nos últimos anos, a acção da Defesa Nacional tem incorporado a acção militar como uma das suas componentes e, também, porque permite alargar a conceptualização de redes de bibliotecas militares e de Defesa, pois no caso português, que serve de objecto à realização deste estudo, identificam-se bibliotecas integrantes da rede que não estão totalmente inseridas na estrutura militar portuguesa, mas enquadram-se numa estrutura de Defesa Nacional.

Num sentido mais alargado, Pinto (2005) apresenta o conceito de Defesa Nacional:

(...) deve ser entendido num sentido abrangente nas suas vertentes de educação, economia, justiça, social, política, cultural e outras. Tem, sem dúvida, uma componente militar, no entanto, e na medida em que os cidadãos e os poderes políticos são chamados a colaborar na questão da Defesa e da Segurança Nacional, tem também uma componente que envolve toda a sociedade civil (p. 82).

A adopção do conceito de Defesa permite alargar o campo de actuação das estruturas envolventes, abandonando-se a figura da estrutura militar limitada às suas acções de protecção e defesa do Estado, por terra, mar e ar.

Torra Pérez (2008) simplifica e conjuga o conceito de Defesa com bibliotecas – Bibliotecas de Defesa – afirmando que estas são “aquellas bibliotecas dependientes del Ministerio de Defensa” (p. 187). Assim, e extrapolando para o caso português, a Defesa Nacional contempla todos os organismos, instituições e actividades tuteladas pelo Ministério da Defesa Nacional (MDN) de Portugal.

Podendo enquadrar as bibliotecas militares como subsistemas do sistema militar (geralmente composto por três ramos: Exército, Marinha e Força Aérea), Pinto (2005) e

Pinto e Correia (2007) explicam que estes são influenciados claramente pelas características de funcionamento do sistema (hierarquia, atitudes e comportamentos estreitos, isolamento, falta de cooperação, poucos apoios às bibliotecas, etc.).

Assim sendo, as bibliotecas que se inserem no panorama da Defesa Nacional, são sistemas biblioteconómicos com o objectivo de apoiar as actividades inerentes às estruturas militares e de Defesa.

Pinto (2005), Pinto e Correia (2007), Moreira (2014) e Viçosi (2017) exprimem que as Forças Armadas e as instituições de Defesa só conseguem cumprir a sua missão através do trabalho articulado, baseado em cooperação constante entre as unidades, incluindo neste paradigma as respectivas bibliotecas.

## **1.2. Redes de bibliotecas**

Nas últimas décadas, as sociedades assistiram e participaram no progresso social e tecnológico, que levou à afirmação da sociedade da informação. Um dos marcos do progresso tecnológico das sociedades contemporâneas foi o desenvolvimento da Internet, pois permitiu interligar o mundo, as organizações e as pessoas.

Castells (2002) identifica a existência do Paradigma da Tecnologia da Informação constituído por três fases: na primeira, a informação é a matéria-prima; na segunda, a tecnologia torna-se num instrumento de molde social; e a terceira é a constituição de uma lógica de redes.

Neste âmbito, “A lógica da rede, que tem o seu paradigma na Internet, tornou-se aplicável a todos os domínios que se pudessem ligar electronicamente” (Castells, 2002, p. 64), estabelecendo-se a ideia de sociedade em rede (Cardoso, 2006; Castells, 2006).

Como refere Figueiredo (2004), “na sociedade actual o conceito de rede desempenha um papel central” (p. 71). Mas, afinal, o que se entende por rede? Rede é um conceito que tem sido abrangente, com termos sinónimos ou semelhantes, como: cooperação, parceria, partilha, colaboração, entre outros (Pinto, 2005; Moreira, 2014; Viçosi, 2017). Para outros autores, alguns destes termos não assumem o mesmo significado.

Francisco (2011, para. 9) define cooperação como uma divisão de tarefas específicas entre os intervenientes, com partilha de informações e de recursos, e colaboração como actividades conjuntas de planeamento, implementação e avaliação, partilha de recursos e responsabilidades. Ou seja, apesar dos termos serem utilizados para caracterizar actividades de redes, apresentam significados, por vezes, diferentes.

Segundo Barradas e Regino (2011), o conceito de rede é estabelecido em função do âmbito, objectivos e funções no desenvolvimento de uma actividade integrada, “cujo foco será o compartilhamento de recursos e a cooperação em serviços e produtos” (para. 7).

Estes mesmos autores, citando Vieira (1994, p. 29), conceptualizam rede como:

um conjunto de sistemas de informação e/ou comunicação, descentralizados, inter-comunicantes, formados por unidades funcionais independentes, com serviços e funções inter-relacionados, cuja interação é presidida por acordos de cooperação e adoção de normas comuns (cit. por Barradas & Regino, 2011, para. 9).

Mas Castells (2002), na sua procura por uma definição e caracterização da sociedade em rede, define rede como:

Um conjunto de nós interligados. Um nó é o ponto no qual uma curva se intercepta. O nó a que nos referimos depende do tipo de redes em causa. (...) A topologia definida por redes determina que a distância (...) entre dois pontos (...) é menor (...) se ambos os pontos forem nós de uma rede do que se não lhe pertencerem (p. 606).

Em síntese, rede é um conjunto de pontos que, interligados, estabelecem actividades cooperantes e que permitem desenvolver com maior capacidade os seus objectivos, que se pressupõe serem objectivos comuns.

As redes não são sistemas interligados estáticos e permanentes, pois as mutações dos seus pontos a nível individual, mas, também, a nível das relações entre pontos e das suas interacções com as sociedades, obrigam à sua flexibilização. Neste sentido, Castells (2002) afirma que:

As redes são estruturas abertas, capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar dentro da rede, nomeadamente,

desde que partilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objectivos de desempenho) (p. 607).

Assim, as redes acabam por ser sistemas híbridos, que podem evoluir de tipologia ao longo do seu desenvolvimento e das necessidades de resposta aos desafios e realidades sociais em que estão inseridas.

Borbinha (2004, pp. 74-75) aponta a existência de alvos da cooperação em redes, como: a construção e manutenção de infra-estruturas (alvos materiais); a optimização de procedimentos e regras de trabalho (alvos imateriais); e, muito importante, os alvos estratégicos, que são caracterizados por acções colectivas de promoção de determinada actividade dessa rede.

A conceptualização de redes de bibliotecas encontra diversas leituras. A *U. S. National Commission on Libraries and Information Science* define, em 1975, rede de bibliotecas como:

Two or more libraries and/or other organizations engaged in a common pattern of information exchange, through communications, for some functional purpose. A network usually consists of a formal arrangement whereby materials, information, and services provided by a variety of types of libraries and/or other organizations are made available to all potential users. (Libraries may be in different jurisdictions but agree to serve one another on the same basis as each serves its own constituents. Computers and telecommunications may be among the tools used to facilitate communication among them.) (cit. por Davis, 2008, p. 11).

Orol, Melero e Guitian (1988, p. 218) afirmam que as redes de bibliotecas são constituídas por sistemas biblioteconómicos conectados, conseguindo manter a sua autonomia administrativa, e fundamentam a sua existência na cooperação entre as bibliotecas que formam a rede.

Os mesmos autores vão mais longe na sua definição e consideram redes de bibliotecas como “una organización independiente formada por un conjunto de Bibliotecas conectadas que se comprometen formalmente en la consecución de objetivos comunes” (1988, p. 218).

Na conceptualização de Trezza (1977), as redes de bibliotecas são uma formalização de organização que as bibliotecas adoptam no âmbito da cooperação e partilha de



recursos, em que todas as bibliotecas são um grupo, com subgrupos constituídos, com o objectivo de, em conjunto, suprir as necessidades individuais (cit. por American Library Association, 1993).

Segundo a definição do *Online Dictionary for Library and Information Science* (2018), constituem-se como redes duas ou mais organizações envolvidas na troca de informação, utilizando meios de comunicação comuns, com o intuito de serem cumpridos objectivos partilhados, e se as organizações consideradas forem bibliotecas, então obtém-se a definição de rede de bibliotecas – *library network*.

Na visão de Cunha e Cavalcanti (2008, p. 309 cit. por Carvalho, 2016, p. 178), as redes de bibliotecas constituem-se por um grupo de bibliotecas, formal ou informalmente criado, com um objectivo superior de cooperação. Este objectivo de cooperação permite mostrar os conteúdos das bibliotecas, como por exemplo, através de bases de dados com catálogos colectivos *online* de acesso ao público em geral.

Martín-Montalvo (2012), ao abordar a criação da rede de bibliotecas do *Instituto Cervantes*, em Espanha, afirma que a cooperação é “Un instrumento esencial en el trabajo de las bibliotecas” (p. 50) e “es un elemento clave para garantizar el éxito” (p. 50). No caso do *Instituto Cervantes*, a cooperação permite a catalogação partilhada, a distribuição de colecções, serviços de informação cooperantes e o desenvolvimento de políticas de aquisição conjuntas.

Sobre a *Red de Bibliotecas Universitarias* (REBIUN) de Espanha, Becedas González (2012) afirma que a cooperação é um elemento crucial. No caso da REBIUN, a cooperação é um meio que permite a formação de profissionais da informação e o estabelecimento do empréstimo interbibliotecário, sendo que, para a realização plena deste último, é necessário que todas as bibliotecas tenham disponíveis instrumentos de recuperação da informação comuns e, assim, criar um catálogo colectivo.

Pela pequena introdução a dois casos de redes de bibliotecas estabelecidas em Espanha, compreende-se a verdadeira importância do elemento da cooperação na criação, estabelecimento e desenvolvimento de determinada rede de bibliotecas.

Numa perspectiva diferente, Carvalho (2016, pp. 181-182) categoriza as redes de bibliotecas em diferentes âmbitos. Uma rede de bibliotecas pode ser categorizada pelo

seu tipo de governança, ou seja, os modelos de gestão, governação e administração adotados pela própria rede; pelo seu tipo de participantes, ou seja, pela tipologia de bibliotecas integrantes da rede, como: bibliotecas públicas, escolares, de ensino superior, especializadas, ou outras; pelo âmbito de actuação, no qual é considerado o alcance geográfico pressuposto pela rede, que pode ser sectorial, local, nacional ou internacional; e, a área temática, como os domínios informacionais ou áreas de especialização dos próprios sistemas biblioteconómicos integrantes da rede.

A categorização tipológica apresentada no parágrafo anterior não é obrigatória ou estritamente definidora de uma rede de bibliotecas. Nos casos em que as redes de bibliotecas tenham diferentes tipologias de bibliotecas integrantes na sua multiplicidade existente, como, por exemplo, uma rede que integre bibliotecas de ensino superior, bibliotecas escolares e/ou bibliotecas especializadas, essas redes podem ser definidas como “redes mistas” (Carvalho, 2016, p. 182).

As redes só existem se o ponto das ligações estiver inerente ao seu desenvolvimento e, neste aspecto caracterizador, são apontadas diversas possibilidades de modelos de redes, estabelecendo-se a sua arquitectura estruturante.

Moreira (2014, pp. 44-46) enuncia que Williams e Flynn apresentaram esquematicamente, no ano de 1979, quatro modelos de redes de bibliotecas: redes em estrela ou centralizadas, redes descentralizadas ou distribuídas, redes centralizadas distribuídas e redes hierárquicas. Orol, Melero e Guitian (1988, p. 232) apresentaram um quinto modelo: a rede em anel.

As redes em estrela ou centralizadas são redes que têm um ponto centralizador e controlador das actividades e dos serviços, e determinam o funcionamento dos pontos adjacentes ligados.

As redes descentralizadas ou distribuídas são redes em que todos os pontos partilham as actividades, os serviços e os recursos de forma semelhante, sem a existência de um ponto centralizador que realize a gestão e governação completa da rede.

As redes centralizadas distribuídas são redes com diversos pontos centralizadores ligados entre si e que partilham actividades e recursos, sendo ainda responsáveis pela

distribuição a outros pontos ligados apenas ao seu ponto centralizador. Os pontos centralizadores funcionam como pólos localizados estrategicamente (comunicando entre pólos), gerindo e administrando os restantes pontos de ligação à rede.

As redes hierárquicas são redes ascendentes, nas quais as ligações vão estreitando-se à medida que os desafios necessitam de decisão superior ao nível dessa mesma hierarquia estabelecida. Pressupõe a centralização da gestão e governação no ponto mais elevado da hierarquia.

E, por último, as redes em anel são redes em que os pontos têm actividades e recursos semelhantes, mas existe um pré-estabelecimento ordenado das transacções a realizar entre si.

Entende-se que as redes de bibliotecas são redes compostas por pontos interligados (as bibliotecas integrantes), que permitem a realização de trabalho cooperante, dentro de diversas tipologias estruturais e “eficazes para o compartilhamento de valores, ideias, competências e serviços” (Carvalho, 2016, p. 194), aproximando-se da resposta aos desafios das sociedades actuais (sociedade da informação e sociedade em rede).

Considera-se que uma rede de bibliotecas não pode ser instituída e desenvolvida sem um conjunto de princípios orientadores – os objectivos – determinando a sua possibilidade de fracasso quando estes não existem.

Neste sentido, Carvalho (2016, p. 184) identifica quatro factores que podem culminar no término de uma rede de bibliotecas, nomeadamente: em primeiro, a inexistência de objectivos comuns, ou seja, quando as bibliotecas integrantes não partilham dos mesmos objectivos ou colocam objectivos individuais como prioridade face aos objectivos colectivos; em segundo, a não formalização da rede, ou seja, a dificuldade em obter o acordo entre todas as bibliotecas integrantes sobre as determinações que devem reger o funcionamento da rede impede a sua formalização; em terceiro, o incumprimento dos objectivos da rede, pode levar à diminuição da produção das bibliotecas integrantes; e, em quarto, a falta de compromisso, solidariedade e apoio entre os profissionais de informação que integram as diferentes bibliotecas da rede.

De forma a que estes factores não surjam na criação e desenvolvimento de uma rede de bibliotecas, Orol, Melero e Guitian (1988, pp. 219-227) identificam elementos

que devem ser estipulados e cumpridos, como: a criação e adopção de normativos técnicos, transversais a todos os constituintes da rede; a aquisição de meios tecnológicos e de comunicação para o tratamento documental integrado e difusão da informação; e, a definição do modelo e das equipas de gestão e governação, atribuindo funções diferentes a cada uma.

### **1.3. Redes de bibliotecas militares e de Defesa**

Nos últimos anos, têm sido implementados e concretizados projectos de desenvolvimento de sistemas de bibliotecas militares e de Defesa através da constituição de redes desses mesmos sistemas biblioteconómicos, inserindo-se no panorama de políticas de cooperação e de necessidade de revitalização.

Moreira (2014), no seu estudo sobre a Rede de Bibliotecas Integradas da Aeronáutica (Rede BIA), justifica a opção de criação de uma rede de bibliotecas da Força Aérea no Brasil, indo ao encontro do diagnóstico apresentado no estudo de Pinto (2005) sobre as bibliotecas militares portuguesas:

um bom caminho para as bibliotecas não se tornarem obsoletas é buscar parcerias com seus pares, adotando políticas de aquisição e catalogação cooperativas, além de empréstimo entre bibliotecas, pois o atendimento aos seus clientes deve ser sua prioridade e perpassa, obrigatoriamente, pelo atendimento das necessidades informacionais dos mesmos, vindo ao encontro das mudanças informacionais do mundo atual (p. 17).

Carvalho, Pereira, Menezes, Queiroz e Tamashiro (2013, p. 2), ao relatarem a sua experiência na implementação da Rede de Bibliotecas Integradas do Exército brasileiro (Rede BIE), no ano de 2007, sintetizam o seu objectivo primordial de aumentar o acesso à informação através de bases de dados bibliográficas comuns, localização dos acervos de todas as organizações militares e promoção do intercâmbio de produção de conhecimento militar e de Defesa.

Referindo-se ao caso de Espanha, Martínez (2010, pp. 64-65) defende que a constituição de uma rede de bibliotecas da Defesa espanhola tornou-se uma ferramenta indispensável, pela necessidade imperativa de valorizar o papel do profissional da informação

(o bibliotecário), das diferentes bibliotecas existentes e de modernização do próprio sistema existente.

Barradas e Regino (2011) afirmam que sistemas integrados de bibliotecas militares são cruciais para o desenvolvimento científico, tecnológico e académico das estruturas militares e “contribuem para a formação da mentalidade de defesa na sociedade” (para. 4).

As redes de bibliotecas militares e de Defesa constituem-se como redes de bibliotecas com o objectivo máximo de permitir o desenvolvimento do trabalho dos sistemas biblioteconómicos de forma cooperante, integrada, uniforme e otimizada dos recursos existentes no âmbito da Defesa Nacional de cada país.

#### *1.3.1. Red de Bibliotecas de Defensa de Espanha*

A *Red de Bibliotecas de Defensa* (RBD) de Espanha foi criada com a intenção de ser uma resposta às necessidades das bibliotecas militares e de Defesa espanholas, de procura de novos serviços, optimização dos recursos e património bibliográfico existentes, aproximação das diferentes estruturas, aproveitamento das novas tecnologias da informação, promoção, conservação e maior acessibilidade ao património bibliográfico e documental da Defesa espanhola, tanto nas suas estruturas dependentes, como na comunidade científica externa e sociedade no seu geral (García Moreno, 2008; Izquierdo Alberca, 2010; Yribarren Muñoz, 2015).

A RBD foi formalizada em 2008, mas o projecto remonta a 1999, quando foi desenvolvida uma análise de diagnóstico das bibliotecas militares, mais conhecido por “mapa de bibliotecas militares” (Yribarren Muñoz, 2015, p. 28).

Para o estabelecimento e funcionamento de uma rede de bibliotecas, Magariños Compaired (2007) identifica quatro instrumentos básicos: um regulamento, onde estão estipulados os objectivos, a estrutura e as responsabilidades da RBD; um censo, composto por dados estatísticos actualizados, com uma vertente caracterizadora das bibliotecas integrantes; um catálogo colectivo; e, um SIGB.

Conforme referido anteriormente, a RBD foi formalmente criada no ano de 2008, com a publicação oficial do *Reglamento de Bibliotecas de Defensa* pelo Ministério da Defesa de Espanha.

Segundo Yribarren Muñoz (2015), o regulamento foi uma das ferramentas indispensáveis à implementação da rede: “Una de la medidas más urgentes era la dotación de una norma general que definiera el conjunto de centros bibliotecarios como una red, estableciendo criterios y normas de funcionamiento comunes” (p. 27), e é considerado, por essa razão, como um marco jurídico oficializador da mesma.

O regulamento foi elaborado ao longo de dois anos (Izquierdo Alberca, 2008, p. 34) e é uma ferramenta normativa que determina todo o funcionamento da rede. Determina quais são as bibliotecas integrantes, estipula os mecanismos de coordenação, gestão e governação, e procura melhorar a eficiência e a eficácia dos recursos técnicos e materiais disponíveis para responder aos desafios das comunidades (interna e externa) (García Moreno, 2007, p. 19).

O *Censo de Bibliotecas de Defensa* é considerado como o instrumento básico para a identificação das bibliotecas do âmbito militar e de Defesa e para a racionalização dos recursos, pois permitiu e permite (quando é promovida a integração de novas bibliotecas na rede) analisar e planificar o processo, bem como dotar o Ministério da Defesa espanhol de todas as informações actualizadas sobre os sistemas biblioteconómicos integrantes da rede (García Moreno, 2007, 2008; Escapa Castro, 2008).

Segundo Magariños Compaired (2009), a realização do recenseamento às bibliotecas militares e de Defesa espanholas, como ferramenta de apoio à constituição da rede de bibliotecas, permitiu transformar em dados concretos o que se considerava existir no âmbito da Defesa espanhola: “la riqueza de nuestro patrimonio bibliográfico” (p. 90).

O SIGB permite a gestão, o tratamento e a normalização de procedimentos ao nível da descrição e disponibilização uniformizada da informação a todos os utilizadores através do *Catálogo Colectivo de Defensa* (CCDEF). Neste sentido, Izquierdo Alberca (2008) reforça que o próprio regulamento da rede de 2008 confirma o SIGB e o CCDEF “como los principales recursos operativos de la RBD” (p. 34).

No seu enquadramento, a RBD é uma rede de bibliotecas, sendo que as bibliotecas integrantes são, ao mesmo tempo, subredes, de acordo com o seu enquadramento orgânico, conforme determinado pelo próprio regulamento (Magariños Compaired, 2008). Ou seja, as bibliotecas militares do Exército, da Marinha e da Força Aérea espanholas funcionam como subredes dentro do respectivo ramo militar, e integram uma rede alargada no âmbito do Ministério da Defesa de Espanha.

### *1.3.2. Rede de Bibliotecas do Ministério da Defesa do Brasil*

No Brasil, existem actualmente quatro redes de bibliotecas militares e de Defesa: a Rede de Bibliotecas Integradas da Marinha (Rede BIM), criada em 2003; a Rede de Bibliotecas Integradas do Exército (Rede BIE), criada em 2007; a Rede de Bibliotecas do Ministério da Defesa (REBIMD), criada em 2011; e, mais recentemente, a Rede de Bibliotecas Integradas da Aeronáutica (Rede BIA), ou da Força Aérea brasileira, formalizada em 2016.

A Rede BIE foi criada com o intuito de “integração, compartilhamento, acesso e intercâmbio de todo o acervo das Bibliotecas do Exército” brasileiras (Viçosi, 2017, p. 27). A Rede BIA foi instituída “com o objetivo de dar subsídio às atividades de ensino, pesquisas técnico-científicas e para o apoio a tomada de decisão pelos militares e civis que integram a Força [Aérea]” (Moreira, 2014, p. 53).

Desta forma, entende-se que estas redes de bibliotecas foram criadas com o objectivo de darem resposta às necessidades técnicas, educativas e funcionais das suas estruturas militares.

Das quatro redes enunciadas, apresenta-se a REBIMD, pois é a rede que congrega as restantes redes de bibliotecas dos três ramos das Forças Armadas brasileiras.

No ano de 2008, foi publicado no Brasil um programa de reformas do sector militar e de Defesa, que definiu a «Estratégia Nacional de Defesa», no qual estavam inseridas medidas como: “(...) integração dos Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, estabelecendo uma política de ações conjuntas, com objetivos e metas definidas” (Barradas & Regino, 2011, para. 16).

No âmbito da «Estratégia Nacional de Defesa», iniciaram-se contactos informais entre os profissionais da informação das bibliotecas militares e do Ministério da Defesa do Brasil, tendo como objectivo saciar a crescente necessidade de informação nos domínios militares e de Defesa (Barradas & Regino, 2011; Moreira, 2014; Viçosi, 2017).

Em 2010, constitui-se um grupo de trabalho com membros dos três ramos das Forças Armadas e do Ministério da Defesa brasileiro, com o intuito de elaborar uma proposta de integração das bibliotecas militares e de Defesa. Esta proposta passou por um diagnóstico do panorama das bibliotecas militares e de Defesa no território brasileiro, identificando 115 bibliotecas e, aproximadamente, 450 mil registos bibliográficos (números referentes apenas às bibliotecas do Exército, da Marinha e do Ministério da Defesa, pois a Força Aérea encontrava-se a criar uma rede de bibliotecas apenas no seu ramo) (Barradas & Regino, 2011, para. 29).

De forma a garantir a exequibilidade da implementação da rede de bibliotecas de Defesa, foram identificadas duas necessidades. Por um lado, o estabelecimento de uma rede de bibliotecas pressupunha a aquisição de um sistema de gestão bibliográfico comum e integrado, de forma a serem uniformizados procedimentos, e, por outro lado, existia a necessidade de abertura de concursos para a admissão de novos recursos humanos (Barradas & Regino, 2011, para. 34-41).

Segundo Barradas e Regino (2011), e Moreira (2014), após o diagnóstico, foram tomadas decisões no âmbito da gestão e optimização dos recursos, tendo como objectivo a implementação da rede. Em 2011, foi oficialmente criada a REBIMD.

As redes de bibliotecas militares e de Defesa no Brasil caracterizam-se pela sua multiplicidade em três redes (Rede BIE, Rede BIM e Rede BIA) com ligação a uma rede “superior” sob a tutela do órgão máximo responsável pelas actividades militares e de Defesa: o Ministério da Defesa com a REBIMD, e pela concretização de projectos de iniciativa de profissionais da informação.

Conjugando as ideias existentes das estruturas militares, a adaptação às novas realidades da sociedade da informação e da sociedade em rede, e a necessidade de criação de políticas públicas para o campo da informação, Barradas e Regino (2011) sintetizam todo este processo desenvolvido no Brasil, nos últimos anos:



Os movimentos para a criação da rede descritos acima se constituem de momentos de ruptura e quebra de paradigmas no contexto das Forças Armadas, que até então não concebiam ações conjuntas desta natureza, muito menos a disponibilização de suas informações para a sociedade, agora sustentadas por uma política pública voltada para a integração de recursos preconizada pela END [Estratégia Nacional de Defesa] (para. 39).

#### **1.4. Estudos relacionados**

Apresentam-se seguidamente dois estudos relacionados com o objecto de estudo deste trabalho. O primeiro estudo apresentado é da autoria de Pinto (2005), intitulado «As bibliotecas militares portuguesas: da coexistência à cooperação», permitindo compreender a realidade destes sistemas biblioteconómicos em Portugal à data da investigação da autora. O segundo estudo é da autoria de Viçosi (2017), intitulado «Formação e desenvolvimento de rede de bibliotecas: estudo de caso da Rede de Bibliotecas Integradas do Exército», permitindo compreender a realidade das bibliotecas do exército brasileiro que se constituíram em rede.

##### *1.4.1. As bibliotecas militares portuguesas: da coexistência à cooperação*

No seu estudo, Pinto (2005) investigou o processo de cooperação entre as bibliotecas militares portuguesas, através da identificação dos factores que facilitavam ou dificultavam essa mesma cooperação, apresentando um modelo de cooperação para o Sistema de Bibliotecas Militares Portuguesas (SBMP), e recorrendo à caracterização do sistema.

O SBMP era composto pelas bibliotecas dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea) numa multiplicidade tipológica de sistemas biblioteconómicos, como: bibliotecas especializadas, escolares, de ensino superior, entre outras.

Os resultados apresentados caracterizaram as bibliotecas militares em diversos domínios. Pinto (2005) constatou a existência de uma clara diminuição do número de utilizadores das bibliotecas nos anos antecedentes ao estudo e os orçamentos disponibilizados eram reduzidos ou estavam dependentes de outros organismos.

Verificou-se que as principais temáticas dos acervos estavam relacionadas com as actividades militares, como: estratégia, geoestratégia, táctica militar, entre outros. Os processos de informatização das bibliotecas estavam atrasados e não contemplavam a implementação de sistemas integrados.

O tratamento documental não seguia normas nacionais e/ou internacionais. Os recursos humanos pautavam-se pela inexistência de formação específica na área da biblioteconomia, tanto ao nível das equipas técnicas como de coordenação ou de chefia.

As duas vias de empréstimo identificadas apresentavam graves problemas: o empréstimo domiciliário era realizado com recurso a registos manuais e os prazos não eram cumpridos pelos utilizadores; o empréstimo interbibliotecário “não se encontra instituído embora aconteça pontualmente entre bibliotecas do mesmo ramo” (Pinto, 2005, p. 180).

Em 2005, o estado das bibliotecas militares portuguesas não pressupunha nenhum tipo de cooperação, levando Pinto a concluir que:

O SBMP é um sistema disfuncional. O que se verifica na realidade são bibliotecas militares que funcionam (as que funcionam) isoladamente (coexistem) e os principais factores que concorrem para que tal aconteça são a falta de meios e sobretudo a falta de vontade (2005, p. 181).

No mesmo sentido, Pinto e Correia (2007) reforçam a ideia, ao afirmarem que “A quase total ausência de cooperação entre as várias bibliotecas que compõem o Sistema de Bibliotecas Militares Portuguesas autoriza-nos a classificar este sistema como disfuncional” (p. 496).

De forma a ser alterado este panorama da coexistência para a cooperação nos sistemas biblioteconómicos militares portugueses, Pinto (2005) apresenta um modelo de cooperação assente num Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas.

Este sistema basear-se-ia em: troca de informação, pela formalização deste processo; circulação de informação técnica entre os profissionais da informação que integram as equipas das diferentes bibliotecas; catalogação partilhada ao nível dos procedimentos de tratamento documental e gestão cooperante na definição de uma

política de aquisições conjunta; desenvolvimento de um catálogo colectivo e único, privilegiando o acesso facilitado ao utilizador; criação de projectos entre as diversas bibliotecas, tendo o propósito de desenvolver instrumentos de trabalho, partilha de recursos, aquisição de documentos electrónicos, formação e produções editoriais comuns.

#### *1.4.2. Formação e desenvolvimento de rede de bibliotecas: estudo de caso da Rede de Bibliotecas Integradas do Exército*

No seu estudo, Viçosi (2017) investigou a Rede de Bibliotecas Integradas do Exército (Rede BIE) desenvolvida no Brasil. Neste trabalho, a autora procurou identificar e descrever os processos de gestão, a estrutura organizativa, as interfaces de comunicação e as interfaces de difusão da informação da rede.

Segundo a mesma autora, a constituição da Rede BIE visava a “integração, compartilhamento, acesso e intercâmbio de todo o acervo das Bibliotecas do Exército” (Viçosi, 2017, p. 27). As bibliotecas integrantes da Rede BIE são de diferentes tipologias, contemplando a participação de bibliotecas de ensino superior, escolares, especializadas, de saúde, entre outras.

Os resultados apresentados caracterizam as bibliotecas, e a rede, segundo os objectivos do estudo. Relativamente aos recursos humanos, identificou-se que, de um modo geral, existe um bibliotecário com formação especializada e um informático por cada sistema biblioteconómico, considerando a importância da complementaridade que compõe as duas áreas: biblioteconomia e informática.

A uniformização, a optimização e a padronização dos procedimentos implementados na Rede BIE, pelas estruturas organizativas, como: as comissões técnicas, de direcção e de coordenação, permitiu uma maior integração das bibliotecas, mesmo considerando as suas diferentes tipologias.

As estruturas organizativas elaboram as directrizes, que devem ser seguidas pelas bibliotecas integrantes, sendo que estas últimas devem conjugar as directrizes comuns com as orientações da organização militar em que se inserem.

Viçosi (2017, pp. 57-58) afirma que na Rede BIE existe uma cooperação entre os profissionais que constituem a rede e as instituições militares, revelando que a integração em rede foi benéfica em todo o contexto em que se desenrola a acção dos sistemas biblioteconómicos do exército brasileiro.

## 2. PROBLEMÁTICA E ABORDAGEM METODOLÓGICA

### 2.1. Problemática

#### 2.1.1. *Pergunta de partida*

O processo investigativo em ciências sociais deve ser traduzido numa pergunta de partida, pois esta será o “fio condutor” do início ao final do mesmo. A pergunta de partida é o mecanismo que permite ao investigador “trabalhar eficazmente a partir dela e, em particular, deve ser possível fornecer elementos para lhe responder” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 35).

Considerando pertinente a ideia destes autores, formulou-se a seguinte pergunta de partida que servirá de orientação do início ao final da investigação:

*No âmbito de uma sociedade da informação, que pressupõe o estabelecimento de ligações em rede entre pessoas, produtos e serviços, da qual não está excluída a comunidade militar e de Defesa, como é que a Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional (RBDN) responde a este desafio?*

#### 2.1.2. *Objecto de estudo*

Actualmente, está instituída uma rede de bibliotecas militares e de Defesa em Portugal – a RBDN. Esta rede de bibliotecas é o objecto de estudo da presente investigação, pretendendo compreender-se como é que uma rede de bibliotecas militares e de Defesa responde ao desafio da sociedade da informação.

O universo do estudo é composto pelas vinte e seis bibliotecas da rede, contemplando-se a multiplicidade tipológica dos sistemas biblioteconómicos integrantes, como: bibliotecas escolares, bibliotecas especializadas, bibliotecas de ensino superior, bibliotecas de saúde, entre outras.

### 2.1.3. *Pertinência do estudo*

O desenvolvimento deste estudo é justificado por quatro vias. Em primeiro, o panorama da literatura científica portuguesa sobre bibliotecas militares e bibliotecas de Defesa é marcado pela (quase) inexistência de estudos.

Em segundo, e até à data de elaboração deste estudo, não foi desenvolvido nenhum outro estudo que utilizasse como seu objecto, central ou em parte, a RBDN. Assim, a investigação poderá produzir resultados relevantes para a biblioteconomia portuguesa e de apoio à própria RBDN.

Em terceiro, foram criadas e desenvolvidas redes de bibliotecas militares e de Defesa no Brasil e em Espanha, e o contexto internacional próximo ao nível cultural e ao nível de cooperação civil e militar da Defesa Nacional de Portugal com estes dois países é de enorme relevância. Nos últimos anos, foram criadas no Brasil quatro redes de bibliotecas no âmbito deste objecto de estudo, tais como: a Rede BIA, a Rede BIE, a Rede BIM e a REBIMD. E, em Espanha, no ano de 2008, foi implementada a RBD.

Em quarto, a RBDN constitui-se, no momento, como um dos três pilares das Instituições de Memória da Defesa Nacional (IMDN), em conjunto com os arquivos e os museus dos três ramos das Forças Armadas e/ou instituições e organismos tutelados pelo MDN. De forma a “contribuir para permitir o acesso, a divulgação e a valorização do património histórico e cultural à guarda das instituições de Defesa Nacional” (Silva & Santos, 2018, p. 684), iniciou-se em 2016 o projecto de criação do Portal das Instituições de Memória da Defesa Nacional, no qual, a RBDN participa e disponibiliza os seus registos bibliográficos.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Apresentação do projecto disponível em: <https://www.defesa.pt/institucional/oministerio/Paginas/ProjetosCofinanciados.aspx>. Consultado a 26-01-2019

#### *2.1.4. Objectivos*

Regressando à pergunta de partida deste estudo, esta investigação pretende compreender como é que o desenvolvimento de uma rede de bibliotecas militares e de Defesa em Portugal consegue responder aos desafios da sociedade da informação.

Por conseguinte, de forma a existir uma linha de orientação da própria investigação e ligando a parte teórico-conceptual de revisão de literatura com a parte metodológica da investigação (Fortin, 2009), delineou-se um conjunto de objectivos gerais e específicos.

Esta investigação tem dois objectivos gerais: o primeiro, passa por identificar a tipologia e o modelo de gestão e governação da RBDN, e o segundo por identificar e descrever os processos de gestão documental, difusão da informação e cooperação entre as bibliotecas integrantes da rede.

Como objectivos específicos foram delineados cinco: caracterizar a RBDN e as bibliotecas integrantes; caracterizar o modelo de gestão e governação da RBDN; descrever o processo de tratamento e gestão documental; descrever os meios tecnológicos utilizados na difusão da informação; e, avaliar a cooperação entre as bibliotecas integrantes.

#### *2.1.5. Hipóteses*

Quivy e Campenhoudt (2008) afirmam que uma investigação em ciências sociais não pode existir sem a colocação e a formulação de hipóteses, pois é através da sua formulação que o investigador pode relacionar fenómenos ou conceitos.

Considerando os resultados de Pinto (2005), ao concluir que no SBMP, estas funcionavam isoladamente, ou seja, mantinham uma relação de mera coexistência e que, de forma a evoluírem para uma verdadeira cooperação, seria imperativo a criação de um Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas, coloca-se a hipótese de que, actualmente, o paradigma já tenha sido alterado da coexistência para a cooperação tendo em consideração a criação e o desenvolvimento da RBDN.

## **2.2. Abordagem metodológica**

Huot (2002) afirma que a ciência, para atingir os seus objectivos, tem de recorrer ao método científico, e que este é compreendido como um processo sequencial de operações que permite ao investigador obter resultados válidos, fiéis e reprodutíveis.

No mesmo sentido e na visão de Quivy e Campenhoudt (2008), todos os elementos que constituem a realização de uma investigação pressupõem que o investigador tenha a capacidade de desenvolver e aplicar um aparato que demonstre a realidade do estudo, ou seja, um método de trabalho.

O desenho de uma investigação é fundamental para a organização de um investigador durante todo o seu percurso investigativo. Pressupondo um desenho de investigação bem elaborado, com uma planificação estruturada, o investigador conseguirá responder aos objectivos definidos no seu estudo (Fortin, 2009).

Conforme Brito (2001) defende, a dissertação de mestrado é uma das múltiplas tipologias de trabalhos de investigação, que compreende a escolha de um tema, a recolha da bibliografia necessária, o processo investigativo e a elaboração final de um texto composto pelos capítulos tradicionais de um trabalho com esta tipologia: introdução, revisão da literatura, metodologia, resultados e sua discussão, conclusão, referências bibliográficas e bibliografia.

Seguindo esta proposta de organização do trabalho de investigação, o tema foi escolhido, com definição do objecto de estudo e dos objectivos a alcançar, conforme mencionado no capítulo anterior. A recolha da bibliografia foi realizada através de um conjunto de pesquisas que incidiram em bases de dados disponíveis *online* e em catálogos *online* de bibliotecas, com especial incidência nos catálogos colectivos da RBDN e da RBD.

O processo investigativo foi delineado a partir dos objectivos definidos, sendo desenhada a metodologia a aplicar em toda a investigação para a obtenção de dados válidos, fiéis e reprodutíveis, identificando o método e as técnicas a serem utilizados.

E, por último, a elaboração final do texto que aqui é apresentado, com os capítulos que espelham todo o processo de realização da investigação, começando pela introdução,



revisão da literatura, identificação da problemática e abordagem metodológica, resultados, discussão, conclusões (onde se incluem as perspectivas futuras e recomendações), referências bibliográficas e bibliografia.

Na identificação da melhor estratégia de investigação a adoptar, optou-se pelo estudo de caso, que se define como uma metodologia de investigação no âmbito do paradigma fenomenológico, porque a sua aplicabilidade incide sobre um determinado evento ou fenómeno, para o qual ainda não existe compreensão parcial ou total (Ruas, 2017).

Fortin (2009, p. 241) afirma que um “estudo de caso consiste no exame detalhado e completo de um fenómeno ligado a uma entidade social”, sendo que nesta “entidade social” podem ser considerados indivíduos, comunidades, grupos ou organizações.

Freixo (2012, p. 120) acrescenta que este “procedimento metodológico desenvolve-se na exploração intensiva de uma simples unidade de estudo, de um caso”. E, para Yin (2001, p. 27) um “estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos”.

Na figura resumo apresentada por Yin (2001, p. 24), à qual um investigador deve recorrer para definir a melhor estratégia metodológica a adoptar na sua investigação, através da verificação de três características, entendeu-se que o âmbito deste trabalho era marcado pela estratégia do estudo de caso.

A primeira característica identificada por Yin (2001, p. 24), relaciona-se com a forma da questão de pesquisa, pelas palavras “como” e “por que”, e a pergunta de partida enquadra-se, ao ser questionado como é que a criação e desenvolvimento de uma rede de bibliotecas militares e de Defesa pode ser uma possível resposta aos desafios da sociedade da informação.

A segunda característica identificada, questiona o investigador sobre a exigência de controlo sobre os eventos comportamentais, e a resposta é negativa, pois o investigador não tem qualquer controlo sobre o objecto de estudo.

A terceira característica, que já foi referida anteriormente, relaciona-se com o facto da contemporaneidade do fenómeno, e o fenómeno em estudo – a RBDN, é claramente contemporâneo por ter sido constituída no século XXI.

Carmo e Ferreira (1998, cit. por Freixo, 2012) identificaram um conjunto de características inerentes a um estudo de caso, como: particular, descritivo, heurístico, indutivo, holístico e planificação. O estudo de caso é particular, pois apenas concentra uma unidade de estudo; é descritivo porque o resultado final da investigação é uma descrição exaustiva da unidade de estudo; é heurístico pois permite a compreensão total sobre o fenómeno; é indutivo porque a análise desenvolve-se do particular para o geral; é holístico porque envolve a realidade da unidade de estudo; e, requer planificação pela definição das técnicas a aplicar na investigação.

Nas diferentes abordagens possíveis, o estudo de caso pode ser um estudo qualitativo e/ou quantitativo. Stake (2016), numa das suas publicações sobre o recurso ao estudo de caso no âmbito de um processo investigativo, enumera as principais diferenças no tipo de abordagem.

Por um lado, os investigadores, que recorrem ao estudo de caso qualitativo, “apreendem o que está a acontecer em episódios chave ou testemunhos, representam os acontecimentos com a sua própria interpretação directa” (Stake, 2016, p. 55), possibilitando aos leitores uma compreensão da experiência.

Numa outra perspectiva, os investigadores, que recorrem ao estudo de caso quantitativo, “apreendem o que está a acontecer em termos das variáveis descritivas” (p. 55) e realizam representações dos factos e dos acontecimentos através de escalas e medidas.

Fortin (2009) identifica a principal diferença entre as duas abordagens existentes. No estudo de caso qualitativo, o investigador procura as experiências vividas pelos intervenientes, enquanto que, no estudo de caso quantitativo, o investigador procura recolher dados que permitirão responder aos objectivos, mas também servir como elementos de apoio a estudos posteriores.

Bell (2010) afirma que uma investigação de estudo de caso não se limita à utilização e aplicação de técnicas de recolha de informação qualitativas, como a

observação ou o inquérito por entrevista, mas consegue englobar todas as técnicas que um investigador considere pertinentes à recolha de informação pertinente ao seu processo investigativo, como a investigação documental, podendo ser aplicada em estudos de natureza qualitativa, quantitativa ou mistos (Silva, no prelo).

Este trabalho de investigação recorre às duas abordagens no âmbito do estudo de caso: qualitativa e quantitativa, e, em síntese, é um estudo de caso que recorre a métodos mistos. A abordagem qualitativa é composta por três fases e a abordagem quantitativa por uma fase.

Em termos da abordagem qualitativa, recorreu-se, numa primeira fase, à pesquisa e consequente análise documental para a elaboração da revisão da literatura apresentada no primeiro capítulo. Na segunda fase, aplicou-se novamente a técnica de pesquisa e análise documental para a caracterização do objecto de estudo a ser apresentado no capítulo seguinte. Na terceira fase, desenvolveu-se e aplicou-se um inquérito por entrevista a um elemento responsável pela administração e gestão da RBDN.

Na visão de Freixo (2012), o inquérito por entrevista é uma técnica que permite ao investigador aproximar-se de forma mais fidedigna do estudo de caso, pois o entrevistador (neste caso também investigador) utiliza meios para desenvolver uma relação directa (Quivy & Campenhoudt, 2008) e de confiabilidade com o entrevistado, do qual procura obter respostas que permitam responder aos objectivos determinados na investigação.

O guião da entrevista é semi-estruturado, pois procurou obter-se um conjunto de respostas pertinentes e cruciais aos objectivos do estudo através das questões definidas, e através da abertura a outras questões procurou-se obter respostas que completassem a mesma entrevista.

O guião está dividido em seis grupos de questões: o primeiro, aborda o histórico da criação da RBDN, as dificuldades encontradas no processo de formalização da rede, a integração das bibliotecas e o respectivo procedimento, os recursos humanos, a aquisição documental, o empréstimo interbibliotecário e o SIGB; o segundo, a cooperação; o terceiro, a gestão e governação da rede; o quarto, introduz questões para uma reflexão da entrevistada face ao estudo desenvolvido em 2005 sobre as bibliotecas militares

portuguesas; o quinto, sobre as perspectivas futuras da RBDN; o sexto e último grupo, um espaço de comentário final (Apêndice A).

O inquérito por entrevista foi aplicado a um elemento das bibliotecas integrantes e responsável técnica da gestão da RBDN, nomeadamente: a Dra. Ilda Pinto, Assessora Principal da Biblioteca e Documentação do Instituto da Defesa Nacional. Posteriormente, procedeu-se à transcrição da entrevista (Apêndice B). A recolha, análise e publicação dos dados recolhidos através do inquérito por entrevista foi autorizada pela entrevistada (Apêndice C).

Em termos da abordagem quantitativa, recorreu-se ao desenvolvimento e aplicação de um inquérito por questionário a todas as bibliotecas integrantes da RBDN. Segundo Bell (2010), o recurso ao inquérito permite ao investigador recolher dados e informações que ao serem tratados podem ser analisados e utilizados em comparações. Esta técnica deve ser replicada nas mesmas condições a todos os elementos que integram o universo em análise, com a intenção de recolher o máximo de respostas possíveis, pois quanto maior o número de respostas, mais fácil se torna identificar características convergentes e/ou divergentes no momento da análise e comparação final (Quivy & Campenhoudt, 2008; Bell, 2010).

O instrumento desenvolvido foi aplicado ao universo da RBDN, tendo em consideração a necessidade de analisar todos os elementos que integram a rede – o estudo de caso. Para Hill e Hill (2016), a diferença entre o universo e a amostra centra-se na representatividade do objecto de estudo.

A amostra representa uma parte, aleatória ou não, do universo em que incide a investigação, em contraponto ao universo que representa a totalidade do objecto. Neste estudo de caso não se pretende recolher e analisar dados por amostra, pois condicionaria a análise dos resultados e consequente resposta aos objectivos. Assim, foi considerado o universo da RBDN.

A rede de bibliotecas em estudo contempla vinte e seis bibliotecas integrantes, sendo que quatro destes sistemas biblioteconómicos não serão considerados na aplicação do inquérito por questionário, tendo em consideração a sua situação actual. Ou seja, a Biblioteca Técnica da Direcção de Saúde da Força Aérea (BTDSFA) foi desmantelada,

permanecendo visível no catálogo colectivo da RBDN, mas sem actividade. A Biblioteca do Aquário Vasco da Gama (BAVG), a Biblioteca do Planetário Calouste Gulbenkian (BPCG) e a Biblioteca do Museu do Ar (BMA) integraram a RBDN em 2018 e não são apresentadas no catálogo colectivo como as restantes (Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional [RBDN], 2019a).

O inquérito por questionário elaborado contempla quatro grupos de questões: 1. “Identificação”, 2. “Caracterização geral da biblioteca”, 3. “A biblioteca na Rede de bibliotecas da Defesa Nacional (RBDN)”, 4. “Comentário final” (Apêndice D).

O primeiro grupo – 1. “Identificação” – constitui uma recolha de dados referente ao elemento da biblioteca integrante que preencheu o inquérito por questionário. Das três questões contempladas no primeiro grupo: 1.1 “Nome”, 1.2 “Posto, cargo/e ou função (posto para responsáveis militares, cargo e/ou função para todos os inquiridos)” e 1.3 “Formação (grau mais elevado e área científica)”; apenas as questões 1.2 e 1.3 serão consideradas na análise e discussão dos resultados.

O segundo grupo – 2. “Caracterização geral da biblioteca” – constitui uma recolha de dados das bibliotecas integrantes enquanto sistemas biblioteconómicos individuais. Este grupo contempla dezassete questões sobre o enquadramento institucional e orgânico da biblioteca, a sua tipologia (biblioteca de ensino superior, escolar, especializada ou outra tipologia), a sua equipa/recursos humanos (número de elementos que constituem a equipa, a sua categoria profissional e nível de formação BAD – Bibliotecas, Arquivos e Documentação), os seus utilizadores (militares, internos, investigadores, estudantes ou público em geral), os fundos documentais (temáticas predominantes, formas de aquisição documental e tipologia documental existente, números referentes a documentos em catálogos manuais, automatizados e/ou outras bases de dados), empréstimo (se existe política de empréstimo definida, tipos de empréstimo existentes, as suas limitações e dificuldades face a cada tipo de empréstimo).

O terceiro grupo – 3. “A biblioteca na Rede de bibliotecas da Defesa Nacional (RBDN)” – constitui uma recolha de dados dos sistemas biblioteconómicos enquanto bibliotecas integrantes de uma rede. Este grupo contempla doze questões, nomeadamente: o ano de integração da biblioteca na rede, a principal razão para essa integração, as

expectativas dessa integração e respectiva correspondência, as oportunidades e os problemas inerentes à integração, o sistema integrado de gestão bibliográfica, o catálogo *online* colectivo e individual, os instrumentos de gestão e governação e de apoio técnico, a política de aquisição documental, o empréstimo interbibliotecário e as bibliotecas em que mais se verifica a sua aplicação, os recursos humanos, formação profissional e apoio técnico, a cooperação com outras bibliotecas integrantes e sua justificação, e as vantagens e as desvantagens da biblioteca estar integrada numa rede.

O quarto e último grupo – 4. “Comentário final” – contempla a possibilidade dos inquiridos salientarem ou justificarem algumas respostas ou aspectos abordados no inquérito por questionário, ou aspectos não abordados que considerem relevantes, bem como ideias para alterar ou melhorar o funcionamento da rede, de uma forma facultativa (resposta não obrigatória).

O inquérito por questionário elaborado foi estruturado com questões abertas e questões fechadas. Esta estrutura permite uma maior flexibilidade na recolha e no tratamento dos dados, dotando os inquiridos de maior liberdade de resposta nas questões abertas, e facilitando o investigador na quantificação dos dados referentes às questões fechadas (Oppenheim, 1992, p. 112 cit. por Pinto, 2005, p. 75).

Na criação e reencaminhamento do inquérito por questionário, e apoio ao tratamento dos dados, recorreu-se ao aplicativo informático *Formulários do Google* ou *Google Forms* que permite, de forma gratuita, simplificada e digital, a estruturação de um questionário, o seu encaminhamento para os inquiridos (via *e-mail*) e receber as respectivas respostas num agregador de resultados, com possibilidade de tratamento estatístico e gráfico no próprio aplicativo informático (Wikipedia, 2019).

Encaminhou-se o inquérito por questionário através de uma das múltiplas funcionalidades disponibilizadas pelo *Formulários do Google* para os *e-mails* institucionais do universo da RBDN, composto pelas seguintes vinte e duas bibliotecas: Biblioteca Central de Marinha, Biblioteca da Academia de Marinha, Biblioteca da Academia Militar, Biblioteca do Arquivo Histórico da Força Aérea, Biblioteca da Escola das Armas, Biblioteca da Escola de Sargentos do Exército, Biblioteca da Escola dos Serviços, Biblioteca da Escola Naval, Biblioteca da Liga dos Combatentes, Biblioteca da

Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas, Biblioteca de Engenharia Militar, Biblioteca do Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea, Biblioteca do Centro de Informação Geoespacial do Exército, Biblioteca do Colégio Militar, Biblioteca do Exército, Biblioteca do Forte de São Julião da Barra, Biblioteca do Hospital das Forças Armadas - Pólo do Porto (Hospital D. Pedro V), Biblioteca do Instituto da Defesa Nacional, Biblioteca do Instituto Hidrográfico, Biblioteca do Museu Militar do Porto e Biblioteca do Serviço de Documentação da Força Aérea.

Junto do *e-mail* encaminhado com o inquérito por questionário, seguia uma mensagem de apresentação (Apêndice E), e delimitou-se a sua aplicação junto das bibliotecas integrantes ao período temporal de 11 de Maio de 2019 a 30 de Maio de 2019.

Creswell (2010) afirma que o recurso do investigador a métodos mistos não desvaloriza a sua investigação, nem deve ser desconsiderado o momento de aplicação dos métodos. Neste estudo de caso, em que se recorre ao inquérito por entrevista e ao inquérito por questionário, determinou-se uma priorização temporal na recolha dos dados pelos dois métodos, não existindo uma verdadeira intenção de atribuir maior preponderância a um método sobre o outro.

Primeiramente, aplicou-se o inquérito por questionário junto das bibliotecas integrantes, recolheram-se e trataram-se os dados, seguindo-se a aplicação do inquérito por entrevista junto do elemento técnico responsável pela administração e gestão da RBDN. Esta priorização temporal justifica-se pela necessidade de obter uma maior fundamentação quantitativa para a formulação das questões a serem colocadas no inquérito por entrevista.

### **3. CARACTERIZAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO**

#### **3.1. A Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional**

##### *3.1.1. Aspectos históricos*

Em 2005, Pinto apresentava os resultados de uma investigação às bibliotecas militares portuguesas ao nível do seu tipo de relações como subsistemas da estrutura militar:

A análise dos resultados apresentada (...) aponta no sentido de uma coexistência das bibliotecas militares portuguesas. A falha na interacção entre as várias bibliotecas que compõem o Sistema das Bibliotecas Militares Portuguesas (SBMP) leva a que se considere o sistema disfuncional (p. 166).

Ou seja, identificava que as bibliotecas militares portuguesas tinham graves problemas estruturais, apenas coexistiam e não cooperavam e só a criação de um Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas poderia ajudar a solucionar alguns dos problemas. Mas, a solução proposta pela autora acima mencionada, identifica que a cooperação incidiria particularmente no desenvolvimento de um “catálogo colectivo composto por uma base de dados única, partilhada por todos os intervenientes” (p. 171), tendo em consideração a necessidade de uma reforma profunda dos sistemas biblioteconómicos militares.

Pinto (2005, pp. 174-177) apresenta uma proposta de reforma destes mesmos sistemas, de forma a ser desenvolvido o Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas na área militar e de Defesa & Segurança, assente em três fases: na primeira fase, a biblioteca central de cada um dos ramos das Forças Armadas deveria assumir o papel coordenador do seu próprio sistema, com prioridade para as bibliotecas de ensino superior militar e de saúde; na segunda fase, apostar-se-ia no desenvolvimento de um catálogo colectivo, interligação e interoperabilidade entre todos os sistemas, e procurar retirar os primeiros dados para analisar a viabilidade do projecto; e, por último, permitir a interligação das bibliotecas militares ao Centro de Documentação do MDN e à BIDN, pois são órgãos não militares mas que na época apresentavam avanços técnicos no domínio biblioteconómico muito relevantes.



“A génese da rede tem como base a dissertação de mestrado apresentada em 2005 e a vontade, inabalável, de dar visibilidade às bibliotecas da Defesa Nacional” (I. Pinto, comunicação pessoal, Agosto 14, 2019). A esta realidade une-se a capacidade evidenciada pela BIDN que, na época, dispunha de condições que permitiam o desenvolvimento colectivo e cooperante entre as restantes bibliotecas do domínio militar e de Defesa, como: a utilização de um SIGB capaz de albergar mais entidades e a presença na Internet através do seu catálogo *online*, realidade que mais nenhuma biblioteca da Defesa Nacional vivia (I. Pinto, comunicação pessoal, Agosto 14, 2019).

No seu estudo, Pinto (2005) apresenta a organização do Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas, enquanto modelo orientador para a formalização da cooperação nas bibliotecas militares e de Defesa em Portugal, mas a sua implementação “era complexa tendo em consideração a estrutura militar, fortemente hierarquizada e diferenciada entre si considerando cada um dos Ramos” (I. Pinto, comunicação pessoal, Agosto 14, 2019).

Nos primórdios, desenvolveram-se contactos entre os profissionais da informação de forma a perceberem as sensibilidades existentes para a implementação de um sistema que permitisse a cooperação e, em 2007, é apresentado o projecto denominado “Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas” às bibliotecas de maior relevo no panorama militar e de Defesa (I. Pinto, comunicação pessoal, Agosto 14, 2019).

Quando é apresentado o projecto, e considerando a possível morosidade de desenvolvimento do mesmo, é criado o Grupo de Trabalho de Avaliação e Normalização de Descritores com a participação de membros dos três ramos das Forças Armadas, do Instituto da Defesa Nacional (IDN), da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SGMDN) e do Instituto de Estudos Superiores Militares (actualmente, Instituto Universitário Militar), com o objectivo de analisar os descritores utilizados em cada sistema e uniformizar procedimentos ao nível da indexação documental (Coutinho, 2008, p. 132), por forma a estarem preparadas eventuais migrações de dados se o projecto avançasse (I. Pinto, comunicação pessoal, Agosto 14, 2019).

Em 2008, surge o projecto denominado “Biblioteca em rede”, apresentado como uma das medidas do programa Simplex’08, propondo a criação de uma plataforma

informática comum que permitisse o acesso à informação tratada e difundida pelos centros de documentação e informação e bibliotecas, sob a alçada do MDN, e a criação de um catálogo comum de acesso aos recursos bibliográficos disponíveis (Gabinete da Secretária de Estado da Modernização Administrativa, 2008, p. 17), mas não se verificou a sua concretização (I. Pinto, comunicação pessoal, Agosto 14, 2019).

Apenas em 28 de Agosto de 2013, por despacho do Ministro da Defesa Nacional José Pedro Aguiar-Branco, no âmbito de uma medida de “Racionalização das TIC e modernização administrativa dentro de organismo público”, é que o desenvolvimento efectivo da rede de bibliotecas avança (Ministério da Defesa Nacional [MDN], 2016a, p. 2), conjugando a nomeação do Brigadeiro-general João Augusto Duarte Mata para a coordenação do projecto em 2014, sendo “reconhecido como o ponto de viragem do projecto de constituição de uma rede de bibliotecas” (I. Pinto, comunicação pessoal, Agosto 14, 2019).

Entre 2014 e 2015, o avanço para a constituição de uma rede de bibliotecas militares e de Defesa assentou na preparação de migrações de dados e na instalação do SIGB *Horizon* nas bibliotecas integrantes, realizando-se as migrações em Março de 2015 e disponibilização do catálogo colectivo pouco tempo depois (I. Pinto, comunicação pessoal, Agosto 14, 2019).

A RBDN institucionaliza-se formalmente a partir de Março de 2015, com um total de dezoito bibliotecas integradas, referentes ao Exército, Marinha, Força Aérea, IDN e SGMDN. Entre 2015 e 2018, a rede expande-se e passa a integrar vinte e seis bibliotecas, nomeadamente: as bibliotecas do IDN, SGMDN, Forte de São Julião da Barra, Liga dos Combatentes, dez bibliotecas do Exército, seis bibliotecas da Marinha e seis bibliotecas da Força Aérea (Ministério da Defesa Nacional, 2019).

Do total de vinte e seis bibliotecas integradas enunciadas no ano de 2018, apenas surgem identificadas vinte e três bibliotecas no catálogo colectivo da RBDN (RBDN, 2019a).

### *3.1.2. Bibliotecas integrantes*

A RBDN integra vinte e seis bibliotecas, nomeadamente: a Biblioteca Central de Marinha (BCM), a Biblioteca da Academia de Marinha (BAM), a Biblioteca da Academia Militar (BIBAM), a Biblioteca do Arquivo Histórico da Força Aérea (BAHFA), a Biblioteca da Escola das Armas (BEA), a Biblioteca da Escola de Sargentos do Exército (BESE), a Biblioteca da Escola dos Serviços (BES), a Biblioteca da Escola Naval (BEN), a Biblioteca da Liga dos Combatentes (BLC), a Biblioteca da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (BSGMDN), a Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas (BCMA), a Biblioteca do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar da Direcção de Infraestruturas do Exército – Biblioteca de Engenharia Militar (BEM), a Biblioteca do Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea BCFMTFA), a Biblioteca do Centro de Informação Geoespacial do Exército (BCIGE), a Biblioteca do Colégio Militar (BIBCM), a Biblioteca do Exército (BE), a Biblioteca do Forte de São Julião da Barra (BFSJB), a Biblioteca do Hospital das Forças Armadas - Pólo do Porto (Hospital D. Pedro V) (BHFAR), a Biblioteca do Instituto da Defesa Nacional (BIDN), a Biblioteca do Instituto Hidrográfico (BIH), a Biblioteca do Museu Militar do Porto (BMMP), a Biblioteca do Serviço de Documentação da Força Aérea BSDFA), a Biblioteca Técnica da Direcção de Saúde da Força Aérea (BTDSFA), a Biblioteca do Aquário Vasco da Gama (BAVG), a Biblioteca do Planetário Calouste Gulbenkian (BPCG) e a Biblioteca do Museu do Ar (BMA).

Conforme mencionado no Capítulo 2 – “Problemática e abordagem metodológica”, o catálogo colectivo da RBDN apresenta diferenças relativamente às bibliotecas integrantes com acesso via catálogo colectivo, nomeadamente: a BTDSFA, sendo que este sistema biblioteconómico foi desmantelado pela instituição tutelar e apenas os seus registos bibliográficos estão disponíveis ao público; e, por oposição, a BAVG, a BPCG e a BMA estão integradas, mas não são enunciadas no catálogo colectivo.

A Tabela 1 apresenta as bibliotecas integrantes agrupadas na sua dependência institucional, ou seja, o órgão superior do qual dependem os sistemas biblioteconómicos.

Tabela 1

**Bibliotecas integrantes da RBDN por dependência institucional**

Instituição/Órgão	Nº de bibliotecas	Bibliotecas
<b>Ministério da Defesa Nacional</b>	4	Secretaria-Geral; Forte de São Julião da Barra; Instituto da Defesa Nacional; Liga dos Combatentes
<b>Estado-Maior-General das Forças Armadas</b>	1	Hospital das Forças Armadas – Pólo do Porto
<b>Estado-Maior da Armada</b>	6	Academia de Marinha; Escola Naval; Instituto Hidrográfico; Aquário Vasco da Gama; Planetário Calouste Gulbenkian; Central de Marinha
<b>Estado-Maior da Força Aérea</b>	6	Arquivo Histórico; Ciências Militares Aeronáuticas; Centro de Formação Militar e Técnica; Serviço de Documentação; Técnica da Direcção de Saúde; Museu do Ar
<b>Estado-Maior do Exército</b>	9	Academia Militar; Escola das Armas; Escola dos Sargentos; Escola dos Serviços; Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar da Direcção de Infraestruturas; Centro de Informação Geoespacial; Colégio Militar; Museu Militar do Porto; Biblioteca do Exército

Fonte: Elaboração do autor.

Sob a tutela, directa e/ou indirecta, do MDN encontram-se quatro sistemas biblioteconómicos: as bibliotecas da SGMDN, do Forte de São Julião da Barra, do IDN e da Liga dos Combatentes, enquanto organismo tutelado.

A biblioteca do Hospital das Forças Armadas – Pólo do Porto, é a única que depende do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA).

Do Estado-Maior do Exército (EME) dependem nove bibliotecas, nomeadamente: as bibliotecas da Academia Militar, da Escola das Armas, da Escola dos Sargentos do Exército, da Escola dos Serviços, do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar da Direcção de Infraestruturas, do Centro de Informação Geoespacial, do Colégio Militar, do Museu Militar do Porto e a Biblioteca do Exército.

Do Estado-Maior da Armada (EMA) dependem seis bibliotecas: as bibliotecas da Academia de Marinha, da Escola Naval, do Instituto Hidrográfico, do Aquário Vasco da Gama, do Planetário Calouste Gulbenkian e a Biblioteca Central de Marinha.

Do Estado-Maior da Força Aérea (EMFA) dependem, igualmente, seis bibliotecas: as bibliotecas do Arquivo Histórico da Força Aérea, de Ciências Militares Aeronáuticas (Academia da Força Aérea), do Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea, do Serviço de Documentação da Força Aérea, da Direcção de Saúde da Força Aérea e do Museu do Ar.

### *3.1.3. Governação e gestão*

Segundo Orol, Melero e Guitian (1998, p. 225), o governo e gestão de uma rede de bibliotecas deve assentar em cinco elementos, como: o estabelecimento dos princípios e objectivos da própria rede, o estabelecimento dos procedimentos básicos para o cumprimento dos princípios e objectivos, o estabelecimento dos direitos e deveres das bibliotecas integrantes, a institucionalização da rede e o estabelecimento de critérios de avaliação do desempenho da rede.

#### *3.1.3.1. Instrumentos regulamentares*

A RBDN está dotada de um instrumento regulamentar: o *Manual de Procedimentos: Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional*, aprovado em Abril de 2016, pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional Marcos Perestrello.

Este instrumento apresenta características regulamentares de administração e gestão da própria rede, no qual são definidos o seu âmbito e finalidade, objectivos, princípios, serviços, órgãos de funcionamento e outros elementos, conforme é identificado na sua introdução: “São aprovadas as regras de enquadramento, implementação, manutenção e funcionamento do Projecto da Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional” (MDN, 2016a, p. 2).

O instrumento identificado anteriormente, apresenta no seu Art.º 1.º o âmbito e finalidade do próprio instrumento. No ponto 1 define-se que o “estabelecimento de regras de funcionamento comuns e de cooperação na manutenção do sistema” têm a finalidade de “garantir a integridade, normalização e coerência da informação, bem como a qualidade do serviço prestado aos utilizadores” (MDN, 2016a, p. 3). No ponto 2 define-se o estabelecimento de uma “política de tratamento bibliográfico e documental a ser seguida” e “as atribuições no âmbito da recolha, do armazenamento, da inventariação, da migração e da preservação da informação” (MDN, 2016a, p. 3).

### *3.1.3.2. Objectivos e princípios*

Na introdução do manual de procedimentos da RBDN menciona-se que:

(...) a cooperação entre bibliotecas constitui um dos principais meios de maximizar os recursos de cada biblioteca cooperante, que se revelam na partilha de recursos bibliográficos, tanto na parte técnica como documental, com vantagens inegáveis, tais como: melhor gestão e qualidade dos serviços, maior visibilidade do acervo bibliográfico; significativa redução de custos; catalogação partilhada e registo e gestão racional de aquisições; rapidez nos empréstimos interbibliotecas; optimização dos processos de gestão e automação e controlo das linguagens documentais de indexação e classificação (MDN, 2016a, p. 2).

Tendo em consideração a definição inicial de cooperação entre bibliotecas para a constituição de uma rede de bibliotecas, apresenta-se o objectivo definido no Art.º 3.º:

(...) identificar, descrever, organizar, divulgar e facilitar o acesso ao catálogo bibliográfico coletivo das bibliotecas da Defesa Nacional, por forma a prestar a todos os utentes internos ao Ministério da Defesa Nacional, e ao público em geral, um serviço de excelência baseado numa cultura de partilha e no trabalho em equipa (MDN, 2016a, p. 4).

Sucintamente, entende-se que o objectivo da RBDN centra-se no tratamento documental e disponibilização dos acervos das bibliotecas integrantes no catálogo colectivo da rede.

No entanto, define-se um conjunto de princípios no ponto 1 do Art.º 4.º, os quais devem ser cumpridos e garantidos pelas bibliotecas integrantes, como: liberdade no

acesso à informação, igualdade de tratamento dos utilizadores nos seus acessos, pluralidade na formalização dos catálogos, criação e desenvolvimento de serviços vocacionados para os utilizadores, protecção dos dados pessoais dos utilizadores e cumprimento das normas de protecção dos direitos de autor (MDN, 2016a, p. 4).

No ponto 2 do mesmo artigo, identifica-se o carácter autónomo das bibliotecas integrantes da rede, sublinhando-se que:

As bibliotecas da RBDN mantêm, nos termos da legislação em vigor, a dependência hierárquica e funcional dos órgãos da estrutura orgânica em que se inserem, preservando a sua autonomia em matéria de organização e regras internas, sem prejuízo dos deveres de colaboração e cooperação com a estrutura de governação da RBDN e com as restantes bibliotecas aderentes (MDN, 2016a, p. 4).

Entende-se que, apesar das bibliotecas militares e de Defesa passarem a integrar uma rede de bibliotecas, a sua acção enquanto bibliotecas integradas fica sempre limitada à sua dependência hierárquica, respeitando-se a sua autonomia orgânico-funcional face às disposições da rede.

#### *3.1.3.3. Órgãos de governo e gestão*

A governação, administração e gestão da RBDN apresenta-se nos artigos 8.º, 9.º, 10.º, 11.º e 12.º, assenta em “estruturas informais” (MDN, 2016a, p. 6) e é efectuada através de quatro (4) órgãos: a Comissão de Acompanhamento da Rede de Bibliotecas de Defesa Nacional (CARBDN), a Administração Central da Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional (ACRBDN), Administração Local da Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional (ALRBDN) e a Administração da Infraestrutura Tecnológica (AIT), sendo que a CARBDN está sob coordenação directa da SGMDN (MDN, 2016a, pp. 6-9).

No Art.º 9.º define-se que a CARBDN tem a “missão de assegurar a governação estratégica” (MDN, 2016a, p. 6) da rede, integrando um membro de cada organismo do qual dependem as bibliotecas integrantes, nomeadamente: SGMDN, EMGFA, Instituto Universitário Militar, Marinha, Exército, Força Aérea e IDN. No ponto 2 do mesmo artigo

estipula-se que a coordenação da CARBDN é da responsabilidade da SGMDN (MDN, 2016a, p. 6).

A este órgão informal estão inerentes as seguintes competências: definição dos objectivos estratégicos, linhas e políticas de acção, planos anuais de actividades; elaboração e revisão dos instrumentos técnicos e normas de funcionamento; promoção de acções de formação para os profissionais que integram as equipas das bibliotecas integrantes; acompanhamento e promoção do desenvolvimento e evolução das ferramentas informáticas utilizadas pela rede; promoção de estudos sobre a satisfação dos utilizadores da rede; promoção de eventos subordinados à biblioteconomia com a participação da rede, bibliotecas integrantes e outras; e, promoção da cooperação na rede e com outras redes (MDN, 2016a, pp. 6-7).

No Art.º 10.º define-se que a ACRBDN tem a “missão de efectuar a gestão operacional da RBDN nas áreas biblioteconómica e funcional” (MDN, 2016a, p. 7), integrando um membro da SGMDN e um membro do IDN, enquanto membros permanentes, estando previsto o acompanhamento não permanente de membros das restantes bibliotecas integrantes (MDN, 2016a, p. 7).

A este órgão informal compete a gestão biblioteconómica da rede, através da promoção da normalização e uniformização de procedimentos de tratamento e gestão documental no SIGB, como: alteração, correcção e uniformização dos índices partilhados (autoridades e assuntos), bem como correcção e fusão de registos bibliográficos (MDN, 2016a, pp. 7-8).

No Art.º 11.º define-se que a ALRBDN remete para um administrador local e que este tem como “missão efectuar a gestão operacional da sua biblioteca nas áreas biblioteconómica e funcional” (MDN, 2016a, p. 8). Cada biblioteca integrante tem de identificar um administrador local, prevendo-se que em determinados casos, como os organismos que têm na sua dependência mais do que uma biblioteca, identifiquem um administrador coordenador local que faça a ligação entre os administradores locais desse organismo e os órgãos de gestão e governação da rede (MDN, 2016a, p. 8).



Ao administrador local compete assegurar a normalização dos procedimentos de registo bibliográfico, bem como criar, alterar, corrigir e fundir registos duplicados da sua biblioteca.

No Art.º 12.º define-se que a AIT tem como “missão assegurar o alojamento e o suporte técnico ao funcionamento do Sistema Bibliográfico de Gestão Integrada” (MDN, 2016a, p. 8) que suporta a rede. Este órgão é composto por elementos técnicos da Direcção de Serviços do Centro de Dados da Defesa da SGMDN (MDN, 2016a, pp. 8-9).

Estabelece-se que as competências da AIT passam por: assegurar a manutenção do sistema integrado de gestão bibliográfica utilizado pela rede, realizar cópias de segurança da base de dados e dos objectos digitais associados aos registos bibliográficos, assegurar a operação de recuperação da informação, garantir as comunicações, assegurar com as ligações com a empresa fornecedora do SIGB, assegurar o registo e as autorizações de acesso ao sistema dos utilizadores funcionais, e assegurar o apoio técnico às bibliotecas integrantes (MDN, 2016a, p. 9).

#### *3.1.4. Instrumentos técnicos*

Os instrumentos técnicos da RBDN constituem-se por manuais de apoio técnico aos colaboradores que integram as bibliotecas da rede e manuais de apoio ao utilizador. Dos quatorze instrumentos técnicos identificados, contabilizam-se treze manuais de apoio técnico às próprias bibliotecas integrantes e um manual de apoio ao utilizador.

##### *3.1.4.1. Manuais de apoio técnico às bibliotecas*

Os manuais técnicos identificados dividem-se em dois grupos: dois manuais são da autoria da rede e serviços do MDN, e os restantes onze manuais são disponibilizados pela empresa responsável pelo fornecimento do SIGB.

A rede desenvolveu o *Módulo de pesquisa da plataforma Horizon: manual prático* (Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional, 2016), com o objectivo de apoiar os elementos das bibliotecas integrantes nas pesquisas a realizar no sistema *Horizon*, através

de uma selecção de comandos e modos de pesquisa. Este instrumento apresenta onze procedimentos possíveis de realizar no sistema para a obtenção aprimorada dos resultados pretendidos nas pesquisas.

A Direcção de Serviços do Centro de Dados da Defesa, unidade de apoio tecnológico à RBDN, desenvolveu o manual: *Rede de Bibliotecas da Defesa: Service Desk da Defesa – Manual do Utilizador* (2015). O *Service Desk da Defesa* é um serviço *online* de apoio aos utilizadores no domínio da Defesa Nacional. Este serviço desenvolveu um conjunto de mecanismos próprios direccionados para a RBDN.

Neste instrumento são identificados dez serviços disponibilizados, como por exemplo: o catálogo de serviços – lista dos serviços de apoio disponíveis aos utilizados no domínio da Defesa Nacional; os incidentes – modo de solicitação de apoio quando existem dificuldades no acesso ao sistema bibliográfico de gestão integrada *Horizon*, erros ou dificuldades na configuração do sistema ou problemas com as senhas de acesso; os pedidos de serviço – modo de solicitação de apoio quando existem problemas de funcionamento do próprio sistema *Horizon*, necessidade de fusão de registos bibliográficos e gestão de utilizadores do *Horizon*; entre outros (Direcção de Serviços do Centro de Dados da Defesa, 2015).

Os instrumentos de apoio técnico de utilização do SIGB apoiam os elementos das bibliotecas integrantes relativamente aos módulos de catalogação, aquisição, circulação (empréstimo), gestão de periódicos, assinatura de periódicos, regras de pontuação, utilização de artigos e numerais na catalogação, importação de registos da Biblioteca Nacional de Portugal através do protocolo Z39.50, ligação de registos bibliográficos e gestão do arquivo digital.

#### 3.1.4.2. *Manual de apoio ao utilizador*

O manual de apoio ao utilizador criado pela RBDN em 2016: *Instrução técnica: Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional*, constitui-se como um conjunto de indicações práticas de apoio ao utilizador no acesso ao catálogo colectivo da rede.

O instrumento é composto por sete pontos: 1) Objectivo – apoio ao utilizador no acesso ao catálogo; 2) Acesso ao catálogo *online* – apresentação do endereço e página de internet de acesso ao catálogo; 3) Pesquisa rápida – modo de pesquisa mais célere e genérica que o utilizador pode realizar no catálogo; 4) Pesquisas complexas no catálogo colectivo – modo de pesquisa mais desenvolvido e que permite a utilização de um conjunto de filtros; 5) Registo como leitor – modo de registo do utilizador no catálogo colectivo enquanto leitor das bibliotecas integrantes da RBDN; 6) Novidades – botão de acesso às novidades bibliográficas disponibilizadas no catálogo colectivo, relativamente a monografias e material não-livro; 7) Novidades periódicos – botão de acesso às novidades de periódicos e analíticos (artigos de periódicos), disponibilizadas no catálogo colectivo (Ministério da Defesa Nacional, 2016b).

### 3.1.5. *Meios mecânicos*

Os meios mecânicos de uma rede de bibliotecas são elementos fundamentais ao seu desenvolvimento. Para Orol, Melero e Guitian (1998):

En una red, donde presumiblemente se ha de processar un importante volúmen de información con rapidez, no es posible pensar en otro procedimiento de trabajo que el informático complementando por unas comunicaciones fiables que faciliten la disponibilidad y transmisión de esa información a los distintos sistemas que comparten sus recursos (p. 223).

Conforme mencionado na revisão de literatura, dos quatro elementos básicos que devem constituir uma rede de bibliotecas, segundo Magariños Compaired (2007), dois são: o SIGB e o catálogo colectivo.

Enquanto um SIGB serve como meio mecânico para os profissionais da informação na gestão dos processos do sistema biblioteconómico ao nível interno, o catálogo colectivo serve como ferramenta de recuperação e gestão da informação (Leitão & Calixto, 2012) vocacionado para a interacção com o utilizador.

### 3.1.5.1. Sistema Integrado de Gestão Bibliográfica (SIGB)

O SIGB utilizado pela RBDN denomina-se *Horizon* e identifica-se no Art.º 6.º do *Manual de Procedimentos: Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional* (MDN, 2016a, p. 5). Enquanto SIGB, o sistema *Horizon*, já era utilizado na BIDN antes da constituição da RBDN.

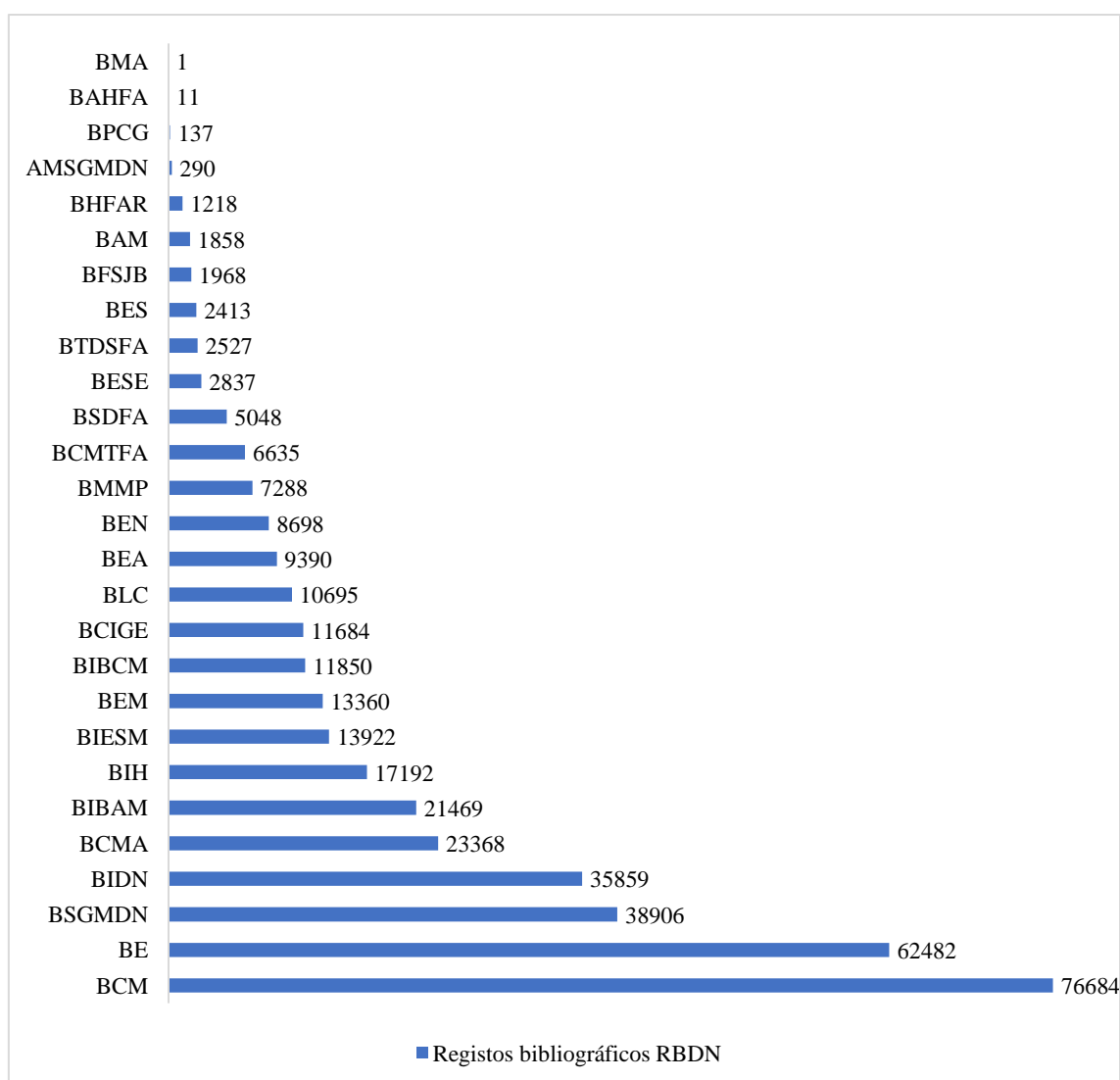
No ponto 1 do Art.º 6.º determina-se, igualmente, que o sistema *Horizon* fica alojado na SGMDN, e o suporte técnico, administração e manutenção da infraestrutura tecnológica é da sua responsabilidade.

No ponto 2 do mesmo artigo determina-se que o suporte e a actualização do sistema *Horizon* são da responsabilidade da SGMDN, e o número e os custos das licenças de cliente são da responsabilidade de cada biblioteca integrante.

Em termos de dados numéricos, o sistema integra um total de 397.790 registos bibliográficos (Figura 1), referentes a 27 bibliotecas<sup>2</sup>. Estes dados incluem os registos bibliográficos de bibliotecas sem visibilidade no catálogo colectivo (BMA e BPCG) e do Arquivo Multimédia da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (AMSGMDN), e dados de bibliotecas que já não integram a rede (Biblioteca do Instituto de Estudos Superiores Militares (BIESM), actual Instituto Universitário Militar, e BTDSFA).

---

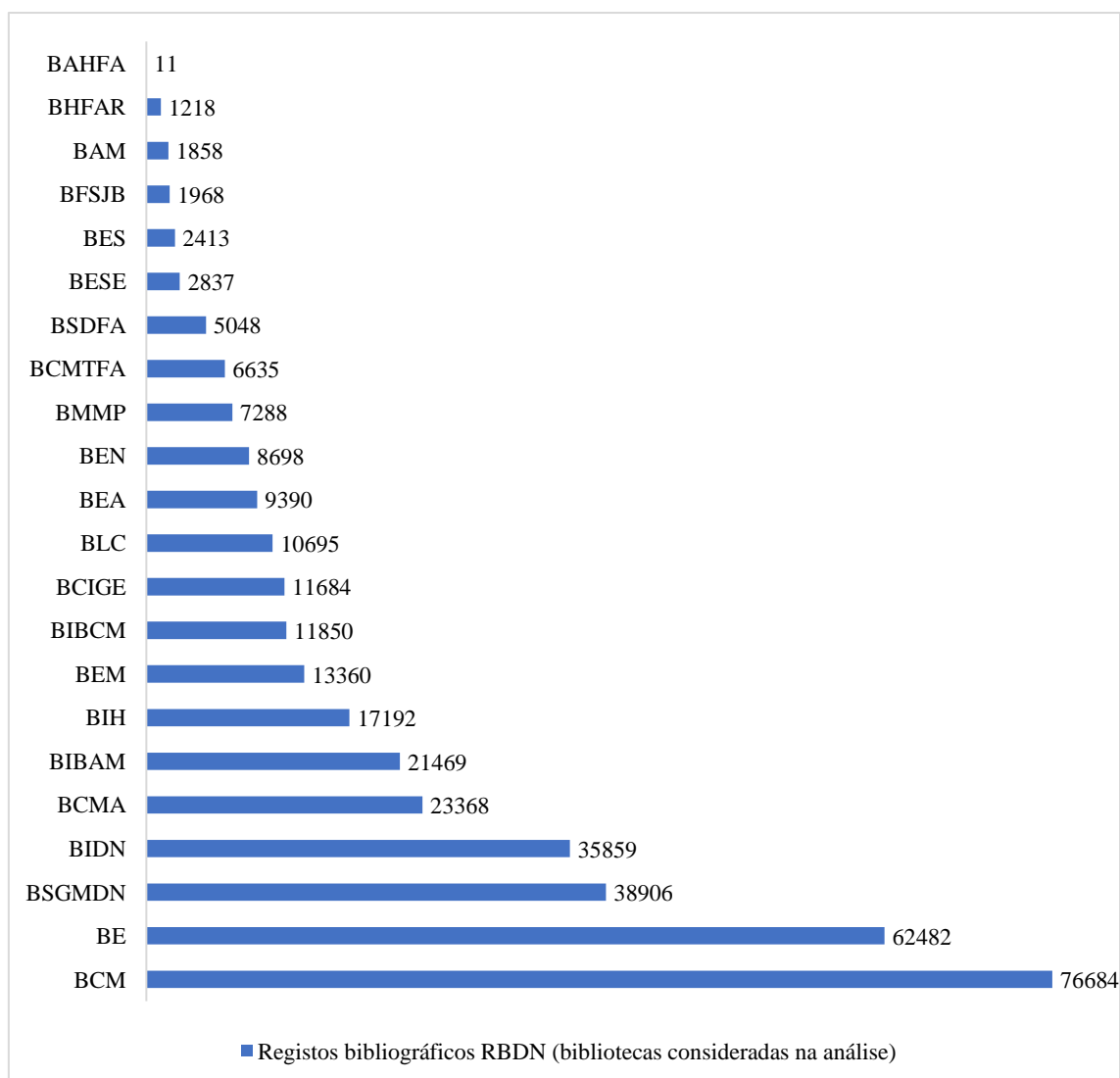
<sup>2</sup> Dados fornecidos pela equipa responsável pela RBDN e referentes a 24 de Maio de 2019.



**Figura 1.** Distribuição de registos bibliográficos da RBDN por biblioteca integrante.

Fonte: Elaboração do autor.

Tendo em consideração os dados fornecidos e as condicionantes dos casos das bibliotecas que efectivamente integram a rede e/ou têm visibilidade pública no catálogo colectivo da rede, verifica-se uma alteração nos números referentes aos registos bibliográficos.



**Figura 2.** Distribuição de registos bibliográficos da RBDN por biblioteca integrante considerada na análise.

Fonte: Elaboração do autor.

Na Figura 2 não são contabilizados os dados dos registos bibliográficos referentes aos seguintes sistemas biblioteconómicos: AMSGMDN (290 registos), BMA (1 registo), BIESM (13.922 registos), BPCG (137 registos) e BTDSFA (2.527 registos).

Retirando a soma destes registos (16.877), contabilizam-se 370.913 registos, e uma redução de 4,35% do total de registos bibliográficos identificados pela equipa da RBDN.

### 3.1.5.2. *Catálogo colectivo*

O catálogo colectivo da RBDN está disponível através do endereço <http://bibliotecas.defesa.pt>. O catálogo colectivo é a ferramenta disponibilizada ao utilizador das bibliotecas militares e de Defesa para realizar as suas pesquisas de forma estruturada e ter acesso ao acervo disponibilizado publicamente por todas as bibliotecas integrantes da rede, com a possibilidade de filtrar os resultados por biblioteca ou apenas realizar pesquisas no catálogo individual de cada biblioteca integrante, pois o catálogo colectivo tem ligações directas aos catálogos individuais das bibliotecas.

O catálogo colectivo “Para além de facultar informação bibliográfica (...) procurará – sempre que exequível – proporcionar o acesso, local ou remoto, a conteúdos pertinentes correlacionados com obras existentes nos seus fundos documentais, incluindo manifestações digitais ou digitalizadas de expressões dessas obras” (Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional, 2019b).

Através do catálogo é possível aceder às bibliotecas digitais do domínio militar e de Defesa, nomeadamente: a Biblioteca Digital do Exército que “disponibiliza, para consulta de forma integral, objectos digitais constituintes dos patrimónios documentais” (Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional, 2019c) de diversas estruturas do Exército, como: a própria BE, a Banda Sinfónica do Exército, o Centro de Audiovisuais do Exército, entre outras.

Conforme mencionado no ponto “Bibliotecas integrantes” existem diferenças relativamente aos dados das bibliotecas integrantes da RBDN. A rede apresenta-se com a constituição de vinte e seis bibliotecas, sendo que no catálogo são identificadas vinte e três bibliotecas.

Destas vinte e três, a BTDSFA foi desmantelada, mas os seus registos bibliográficos permanecem disponíveis via catálogo colectivo. Relativamente ao seu acervo documental físico não foi possível determinar a sua localização actual.

Por oposição, a BMA, a BAVG e a BPCG não são visíveis ao público no catálogo. É de notar ainda o caso da BIESM, com os seus registos bibliográficos disponíveis no catálogo colectivo, sendo que este sistema biblioteconómico já não integra a rede.



## **4. RESULTADOS**

O inquérito por questionário foi encaminhado para o universo da RBDN, composto por vinte e duas bibliotecas com contacto identificado e disponível no catálogo colectivo. Das bibliotecas integrantes, obteve-se a resposta de dezassete, nomeadamente: BCM, BMA, BIBAM, BAHFA, BEA, BES, BEN, BLC, BSGMDN, BCMA, BCIGE, BE, BFJB, BHFAR, BIDN, BIH e BMMP.

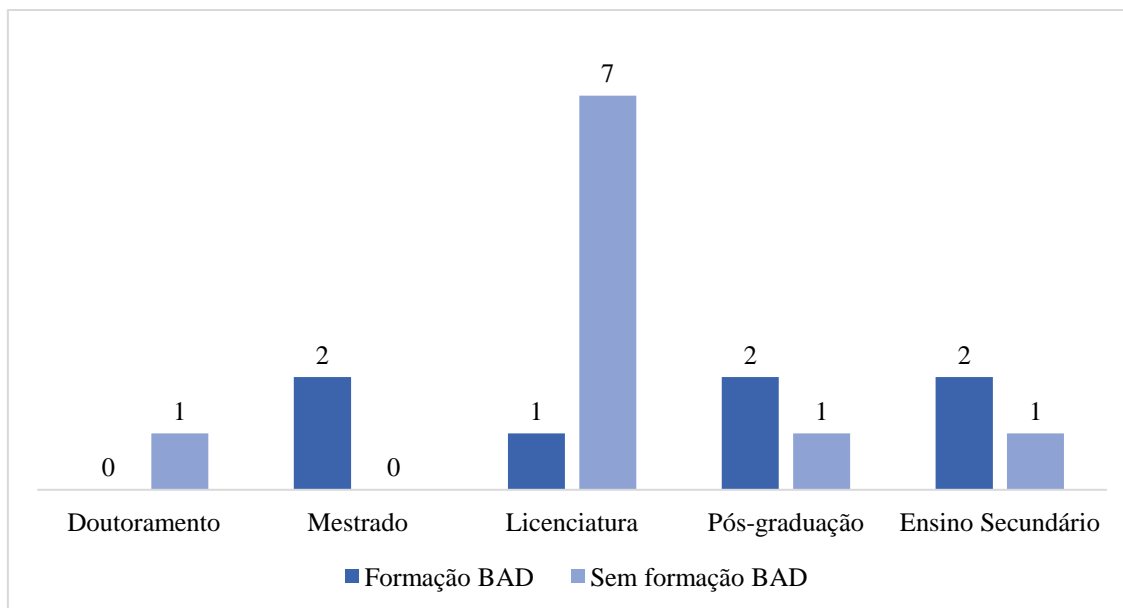
Do total de respostas obtidas ao inquérito por questionário, todas foram consideradas válidas. Das vinte e duas bibliotecas integrantes da RBDN questionadas, 77,3% responderam ao inquérito por questionário. Relativamente às cinco bibliotecas integrantes que não enviaram as respectivas respostas, desconhece-se a razão para tal facto.

### **4.1. Análise dos dados**

Os dados recolhidos através do inquérito por questionário são analisados quantitativa e qualitativamente tendo em consideração a elaboração do instrumento, com questões abertas e fechadas, e segue a ordem apresentada no próprio instrumento.

O primeiro grupo – 1. “Identificação” – constitui uma recolha de dados referente ao elemento da biblioteca integrante que preencheu o inquérito por questionário. Na questão 1.2 “Posto, cargo e/ou função”, identifica-se um total de 7 questionários preenchidos por militares e 10 questionários preenchidos por civis.

Na questão 1.3 “Formação (grau mais elevado e área científica)” optou-se pela análise dos dados tendo em consideração o grau mais elevado de formação e a área científica, permitindo um mapeamento relacional do grau e área científica de formação com o campo BAD (Bibliotecas, Arquivos e Documentação).



**Figura 3.** Distribuição dos inquiridos por grau mais elevado de formação e área científica (n=17).

Fonte: Elaboração do autor.

Como demonstra a Figura 3, em termos de formação ao nível do ensino superior, identifica-se um total de 14 respostas, face a 3 respostas sem formação de ensino superior. Das 14 respostas com formação superior, 1 identifica-se com o grau de doutorado, 2 com o grau de mestre e 11 com o grau de licenciado (3 com pós-graduação). Em termos de formação superior na área BAD, identifica-se 5 respostas (2 mestres, 1 licenciado e 2 pós-graduados). Em termos de formação não superior, identifica-se um total de 3 respostas. Destes inquiridos, 2 têm o curso BAD. No total, 41,2% dos inquiridos tem formação BAD.

O segundo grupo – 2. “Caracterização geral da biblioteca” – constitui uma recolha de dados de caracterização das bibliotecas integrantes enquanto sistemas biblioteconómicos individuais face à RBDN.

A questão 2.1 “Denominação da biblioteca” refere-se à identificação da biblioteca, tendo sido identificadas no início deste capítulo as 17 bibliotecas que responderam ao inquérito por questionário. As questões 2.2 “Instituição/entidade” e 2.3 “Dependência orgânica” permitem enquadrar as bibliotecas no panorama da Defesa Nacional e na instituição que integram.

Tabela 2

**Bibliotecas integrantes da RBDN por dependência orgânica e institucional**

Instituição/Órgão	Nº de bibliotecas	Bibliotecas
<b>Ministério da Defesa Nacional</b>	4	Secretaria-Geral; Forte de São Julião da Barra; Instituto da Defesa Nacional; Liga dos Combatentes
<b>Estado-Maior-General das Forças Armadas</b>	1	Hospital das Forças Armadas – Pólo do Porto
<b>Estado-Maior da Armada</b>	4	Academia de Marinha; Escola Naval; Instituto Hidrográfico; Central de Marinha
<b>Estado-Maior da Força Aérea</b>	2	Arquivo Histórico; Ciências Militares Aeronáuticas
<b>Estado-Maior do Exército</b>	6	Academia Militar; Escola das Armas; Escola dos Serviços; Centro de Informação Geoespacial; Museu Militar do Porto; Biblioteca do Exército

Fonte: Elaboração do autor.

A Tabela 2 apresenta o número de bibliotecas integrantes pelo órgão máximo do qual dependem. A BHFAR, depende do referido Hospital e integra o EMGFA. As bibliotecas da Liga dos Combatentes, do IDN, do Forte de São Julião da Barra e da SGMDN integram o MDN, variando o seu nível de autonomia, sendo que a BLC depende da Direcção de Museu e Biblioteca da sua instituição, a BIDN depende da Direcção de Planeamento e Gestão de Recursos da sua instituição, e a BFSJB e a BSGMDN dependem da Direcção de Serviços, de Comunicação e Relações Públicas do MDN.

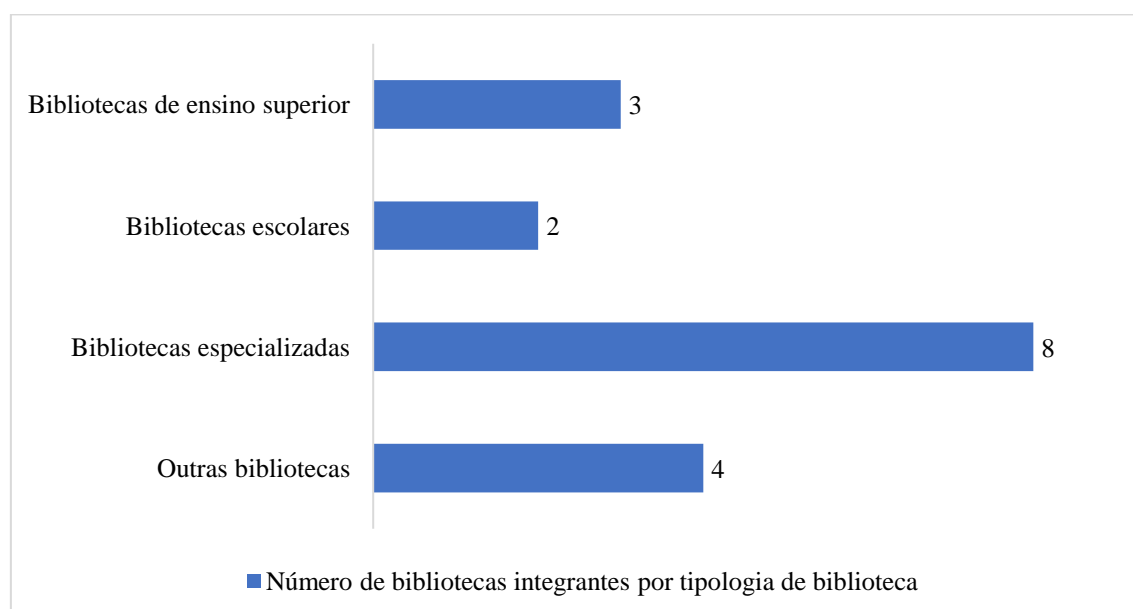
A BAHFA e a BCMA integram o EMFA e dependem do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e do Gabinete de Estudos e Planeamentos da Academia da Força Aérea, respectivamente.

A BEN, BAM, BIH, e BCM integram o EMA. A BEN depende da Direcção de Ensino da Escola Naval, a BAM depende da Academia de Marinha, a BIH depende da

Divisão de Documentação, Cultura e Divulgação do Instituto Hidrográfico, e a BCM depende da Comissão Cultural de Marinha.

A BCIGE, BEA, BES, BMMP, BIBAM e BE integram o EME. A BCIGE depende do Comando da Logística do Exército, a BEA e a BES dependem da Direcção de Formação do Exército, a BE e a BMMP dependem da Direcção de História e Cultura Militar do Exército, e a BIBAM depende da Direcção de Ensino da Academia Militar.

A questão 2.4 “Tipologia da biblioteca” enquadra as bibliotecas integrantes nas tipologias de bibliotecas que a *International Federation of Library Associations* considera, nomeadamente: bibliotecas de ensino superior, bibliotecas escolares, bibliotecas especializadas e outras bibliotecas, em que estão incluídas as bibliotecas de saúde (International Federation of Library Associations, 2019).



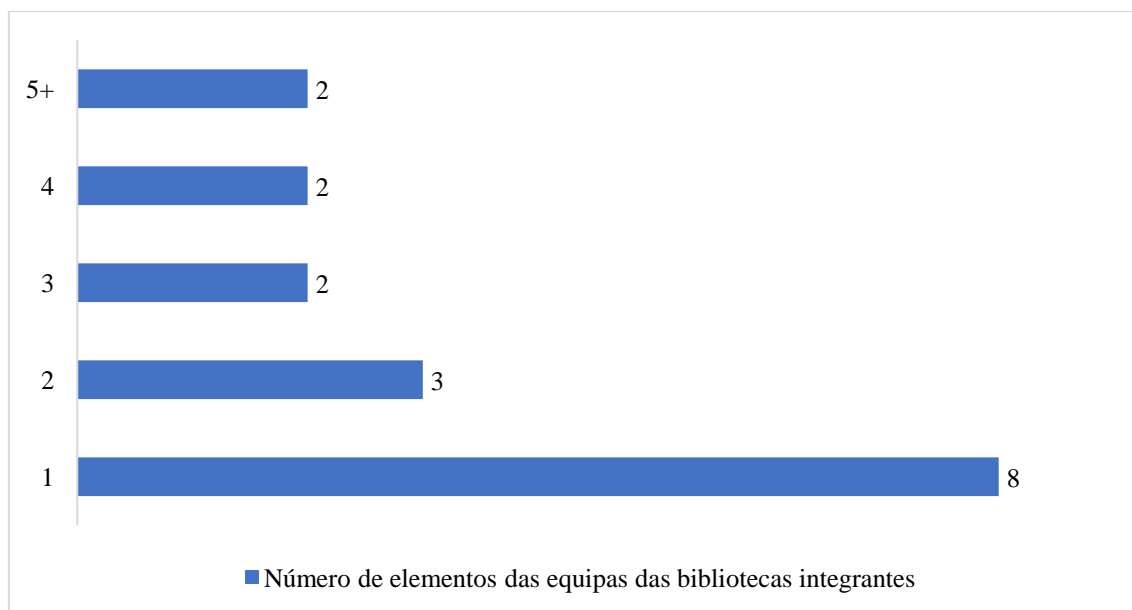
**Figura 4.** Distribuição das bibliotecas integrantes da RBDN por tipologia de biblioteca (n=17).

Fonte: Elaboração do autor.

Das respostas obtidas, apresentadas na Figura 4, consideram-se 8 bibliotecas especializadas (47,1%): BAHFA, BLC, BIH, BSGMDN, BIDN, BE, BCM e BMMP; 3 bibliotecas de ensino superior (17,6%): BIBAM, BEN e BCMA (Academia da Força Aérea); 4 bibliotecas tipificadas como outras (23,5%) (incluindo a BHFAR como

biblioteca de saúde): BCIGE, BAM e BFSJB; e, 2 bibliotecas escolares (11,8%): BEA e BES.

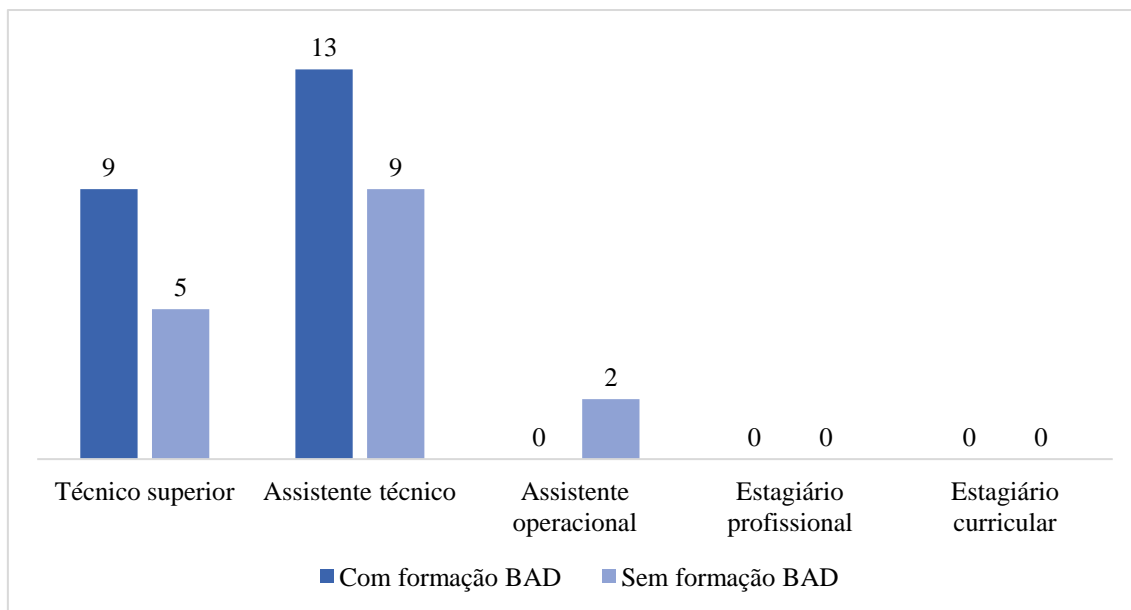
As questões do grupo 2.5 “Equipa/recursos humanos” enquadram a dimensão e o nível de formação das equipas das bibliotecas integrantes. A questão 2.5.1. refere o número de elementos das equipas e a questão 2.5.2. categoriza profissionalmente e o nível de formação BAD dos elementos das equipas.



**Figura 5.** Distribuição do número de elementos que constituem as equipas das bibliotecas (n=17).

Fonte: Elaboração do autor.

Relativamente ao número de elementos que constituem as equipas das bibliotecas integrantes, pela distribuição apresentada na Figura 5, verifica-se que 8 bibliotecas têm um elemento (47,1%), 3 bibliotecas têm 2 elementos (17,6%), 2 bibliotecas têm 3 elementos (11,8%), 2 bibliotecas têm 4 elementos (11,8%) e 2 bibliotecas têm 5 ou mais elementos (11,8%).



**Figura 6.** Distribuição dos elementos que constituem as equipas das bibliotecas por categoria profissional e nível de formação BAD (n=17).

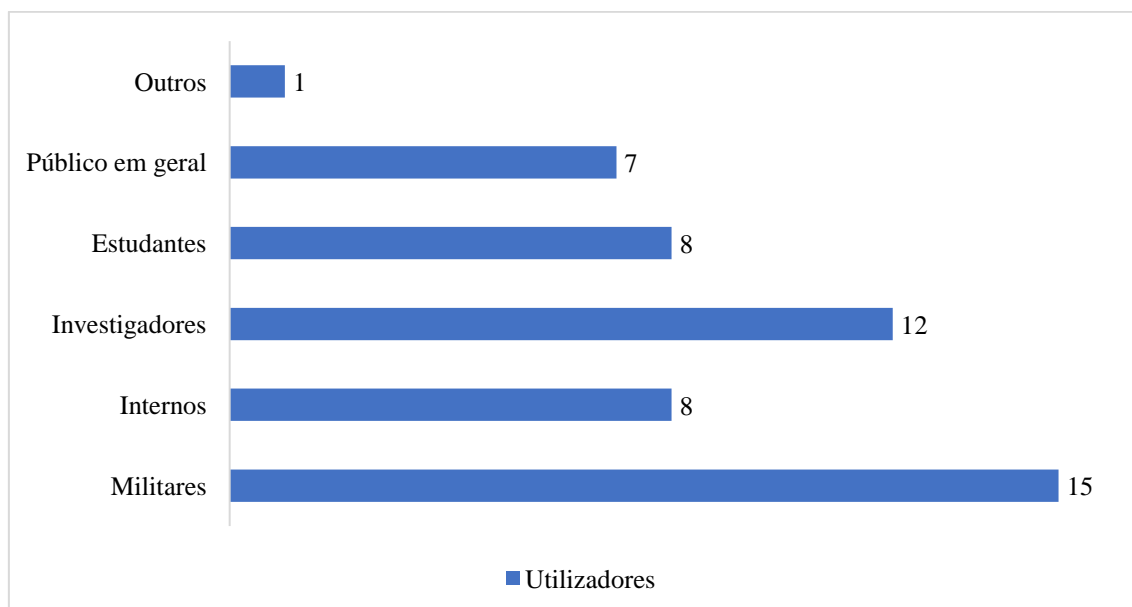
Fonte: Elaboração do autor.

Os dados referentes às categorias profissionais e nível de formação BAD (Figura 6) revelam que integram as bibliotecas da RBDN 38 elementos, dos quais: 14 técnicos superiores, 9 com formação BAD (23,7%) e 5 sem formação BAD (13,2%); 22 assistentes técnicos, 13 com formação BAD (34,2%) e 9 sem formação BAD (23,7%); e 2 assistentes operacionais sem formação BAD (5,3%). Não foram obtidos dados referentes a estagiários profissionais ou curriculares que integrem as equipas.

Agrupando os dados, verifica-se que um total de 22 elementos tem formação BAD e 16 elementos não tem formação BAD. Ou seja, 57,9% dos elementos integrantes das equipas das bibliotecas tem formação BAD, em oposição a 42,1% de elementos sem formação no campo BAD.

A questão do grupo 2.6 “Utilizadores”, identifica o tipo de utilizadores que frequentam as bibliotecas militares e de Defesa, com seis possibilidades de resposta. As hipóteses de resposta separavam os utilizadores em grupos: militares (onde se incluem os militares internos, militares investigadores e militares estudantes), internos (não incluem os militares internos), investigadores (não incluem os militares investigadores),

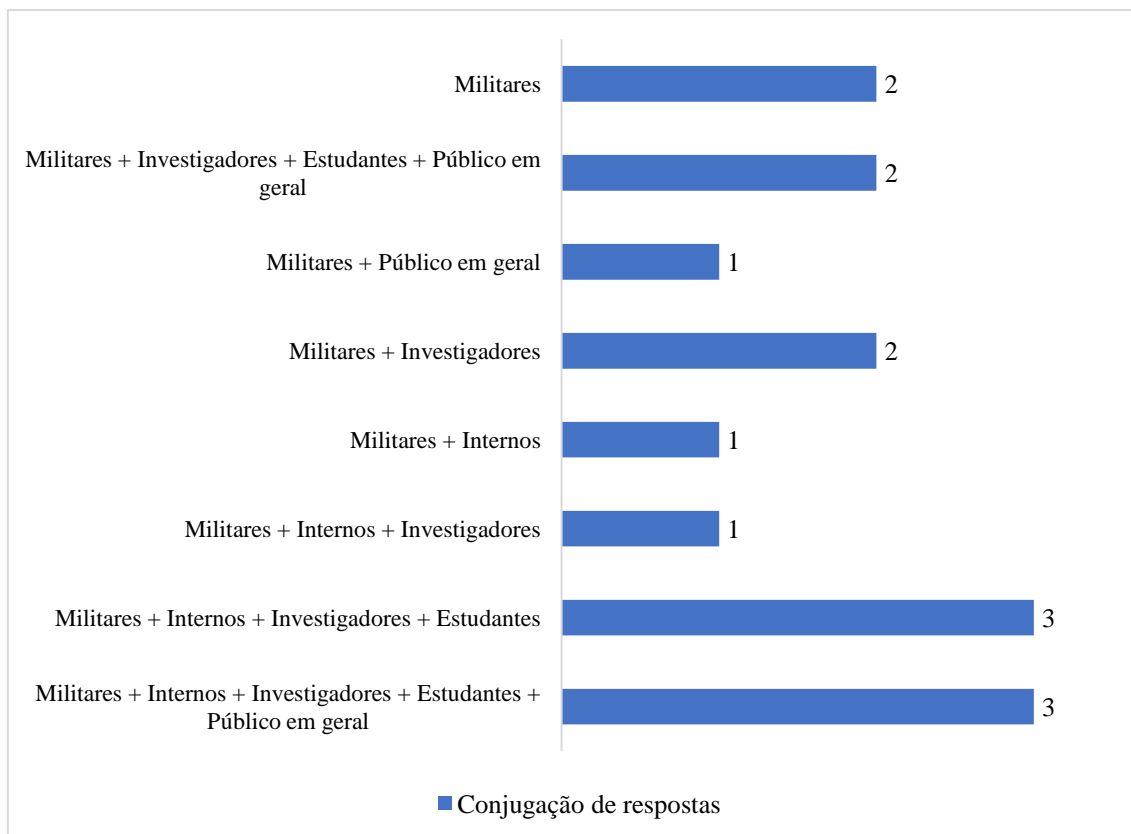
estudantes (não incluem os militares estudantes), público em geral e outro tipo de utilizadores.



**Figura 7.** Distribuição individual por tipologia de utilizadores que frequentam as bibliotecas integrantes (n=17).

Fonte: Elaboração do autor.

Face ao tipo de utilizadores identificados na Figura 7, 15 bibliotecas (88,2%) têm como utilizadores os militares, 8 bibliotecas (47,01%) têm utilizadores internos, 12 bibliotecas (70,6%) têm investigadores, 8 bibliotecas (47,01%) têm estudantes, em 7 bibliotecas (41,2%) os utilizadores enquadram-se no público em geral, e uma biblioteca colocou a opção de outros, tendo em consideração que é uma biblioteca encerrada ao público – BFSJB – e o acesso ao seu acervo é condicionado, carecendo de autorização do MDN.



**Figura 8.** Distribuição da conjugação de repostas por tipologia de utilizadores que frequentam as bibliotecas integrantes (n=17).

Fonte: Elaboração do autor.

A possibilidade de resposta a esta questão era múltipla, e para uma melhor leitura dos dados, apresentam-se as conjugações das respostas das bibliotecas na Figura 8. Em 2 bibliotecas apenas são utilizadores os militares. Em outras 2 bibliotecas, tanto os militares, como os investigadores, os estudantes e o público em geral utilizam o sistema. Os militares e o público em geral, os militares e os internos, e os militares, os internos e os investigadores marcam o tipo de utilizador de 3 bibliotecas individualmente. Em 2 bibliotecas, os militares e os investigadores são os utilizadores, enquanto que em 3 bibliotecas os utilizadores são os militares, internos, investigadores e estudantes, e em mais 3 bibliotecas, os militares, os internos, os investigadores, os estudantes e o público em geral são utilizadores.

No grupo 2.7 “Fundos documentais”, questionam-se as temáticas dos acervos (2.7.1), as formas de aquisição documental (2.7.2), as tipologias documentais (2.7.3), e



os números de documentos em catálogos manuais, automatizados e outras bases de dados (2.7.4, 2.7.5 e 2.7.6, respectivamente).

Relativamente aos dados recolhidos sobre as temáticas dos acervos, obtiveram-se 16 respostas. Nas respostas, todas as bibliotecas identificaram 3 ou mais temáticas, num total de 66 termos, evidenciando as especificidades de cada sistema biblioteconómico.

Procurando agrupar as temáticas e relacioná-las, identificam-se 9 temáticas predominantes e/ou comuns às bibliotecas integrantes da RBDN, nomeadamente: História de Portugal, História Militar, História dos Descobrimentos e da Expansão, História Marítima, Ciências Militares, Ciências do Mar, Defesa & Segurança, Estratégia e Relações Internacionais.

A questão 2.7.2 versa sobre as formas de aquisição documental, com opção de escolha múltipla limitada às opções de compra, doação, oferta e permuta. Das respostas obtidas, verifica-se que predomina, como forma de aquisição documental, a oferta e a doação, seguindo-se a compra e por fim a permuta. Relativamente à oferta, 17 bibliotecas seleccionaram esta opção, 11 seleccionaram a doação, 8 a compra e apenas 3 a permuta.

Na questão 2.7.3, sobre as tipologias documentais, igualmente com opção de escolha múltipla (audiovisuais, cartografia, fotografia, monografias, periódicos, ou outra tipologia), os resultados revelam que as monografias e os periódicos predominam nas bibliotecas militares e de Defesa, com: 17 respostas a monografias, 15 a periódicos, 3 a fotografia, 2 a cartografia e 1 a audiovisuais. Na opção de outras tipologias, duas bibliotecas acrescentaram as respostas: plantas de unidades militares (Biblioteca da Escola das Armas) e bases de dados científicas de saúde (Biblioteca do Hospital das Forças Armadas – Pólo do Porto).

Na questão 2.7.4, sobre o número total de documentos em catálogo manual, obteve-se um total de 15 respostas. Destas, 7 bibliotecas responderam que não tinham registos em catálogo manual, e a soma do número de registos das outras 8 bibliotecas ascende a 309.499 registos bibliográficos.

Relativamente ao número total de documentos em catálogo automatizado (questão 2.7.5), obteve-se um total de 15 respostas. A soma dos dados fornecidos resulta em 349.948 registos bibliográficos em catálogo automatizado.

À questão 2.7.6, sobre o número de documentos registados em outras bases de dados, obteve-se um total de 11 respostas. Destas 11 respostas, 5 bibliotecas não têm documentos registados em outras bases de dados. A soma dos dados fornecidos pelas outras 6 bibliotecas perfaz um total de 96.040 registos bibliográficos.

O grupo 2.8 “Empréstimo” é composto por quatro questões: em 2.8.1 questiona-se se a biblioteca tem política de empréstimo definida (opção de resposta afirmativa ou negativa); em 2.8.2, quais são os tipos de empréstimo existentes (opção de resposta múltipla entre empréstimo interno, domiciliário e interbibliotecário); em 2.8.3, se existem limitações no empréstimo (opção de resposta afirmativa ou negativa); e, em 2.8.4, pedia-se uma identificação e breve descrição das dificuldades face a cada tipo de empréstimo existente.

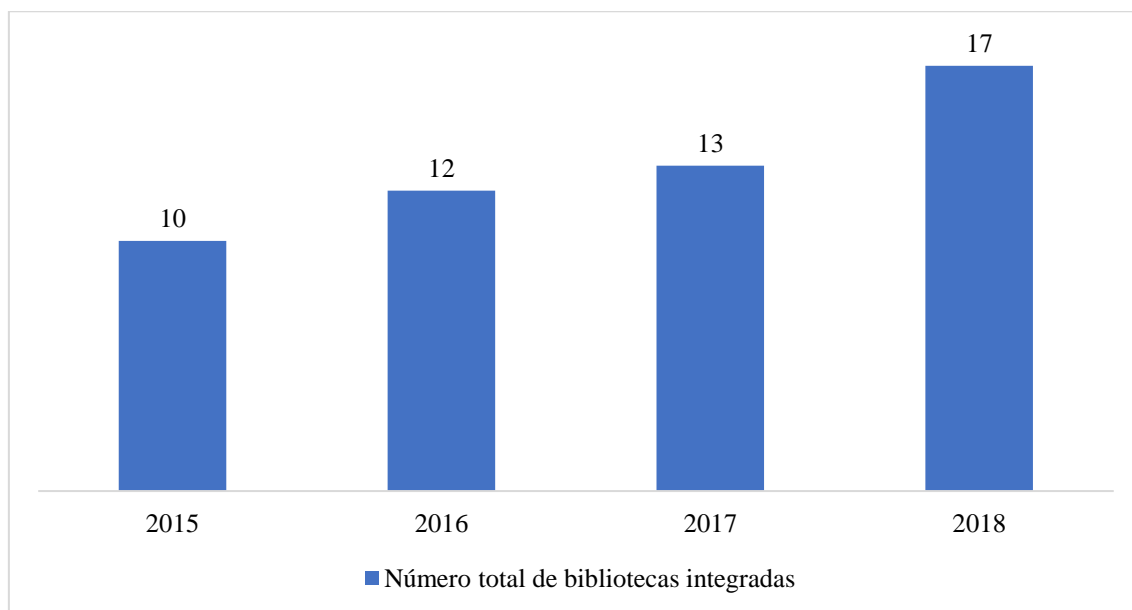
À questão 2.8.1, todos os inquiridos responderam: 2 bibliotecas (11,8%) afirmam que não têm política de empréstimo definida, face a 15 bibliotecas (88,2%) que têm. À questão 2.8.2, obteve-se um total de 16 respostas: 14 bibliotecas (87,5%) têm empréstimo interno, 9 (56,3%) têm empréstimo domiciliário e 11 (68,8%) têm empréstimo interbibliotecário. Tendo em consideração a opção de resposta múltipla, os resultados revelam que 2 bibliotecas (11,8%) apenas têm empréstimo interno, 5 bibliotecas (29,4%) têm todas as modalidades de empréstimo, 4 (23,5%) têm empréstimo interno e interbibliotecário, 2 (11,8%) têm empréstimo domiciliário e interbibliotecário, e 1 (5,9%) tem empréstimo interno e domiciliário. Na questão sobre as limitações ao empréstimo (2.8.3), todas as bibliotecas responderam, sendo que 16 (94,1%) afirmam que têm limitações e 1 (5,9%) que não tem limitações.

Relativamente à questão 2.8.4, que versa sobre as dificuldades decorrentes dos empréstimos, obteve-se um total de 15 respostas. Destas, 4 bibliotecas reportam que não sentem dificuldades com os empréstimos. As restantes 11 bibliotecas evidenciam dificuldades com o cumprimento de prazos na devolução dos documentos emprestados, nas condicionantes existentes no acto de empréstimo face ao estado de conservação documental, nas condicionantes existentes em alguns sistemas com os empréstimos a serem limitados ao tipo de utilizador (militares e sócios institucionais, como na BMMP e na BLC, por exemplo), bem como no número de documentos emprestáveis e período de empréstimo, e, no empréstimo interbibliotecário, são referidas dificuldades face à pouca

disponibilidade de transporte institucional, pagamento de portes de envio e remessa correcta dos documentos.

O terceiro grupo – “A biblioteca na Rede de bibliotecas da Defesa Nacional (RBDN)” – constitui uma recolha de dados dos sistemas biblioteconómicos enquanto bibliotecas integrantes da rede militar e de Defesa.

Relativamente à questão 3.1, sobre o ano de integração da biblioteca na RBDN, obteve-se 17 respostas. Conforme demonstra a Figura 9, das bibliotecas inquiridas, 10 integravam a rede em 2015, ano do seu lançamento: Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas, Academia de Marinha, Escola Naval, Instituto Hidrográfico, Forte de São Julião da Barra, Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, Exército, Instituto da Defesa Nacional, Escola dos Serviços e Central de Marinha; em 2016, integraram-se as bibliotecas da Liga dos Combatentes e da Escola das Armas; em 2017, a biblioteca do Hospital das Forças Armadas – Pólo do Porto; e, em 2018, as bibliotecas do Arquivo Histórico da Força Aérea, do Centro de Informação Geoespacial do Exército, da Academia Militar e do Museu Militar do Porto.



**Figura 9.** Distribuição do número total de bibliotecas integradas, por ano, na RBDN (n=17).

Fonte: Elaboração do autor.

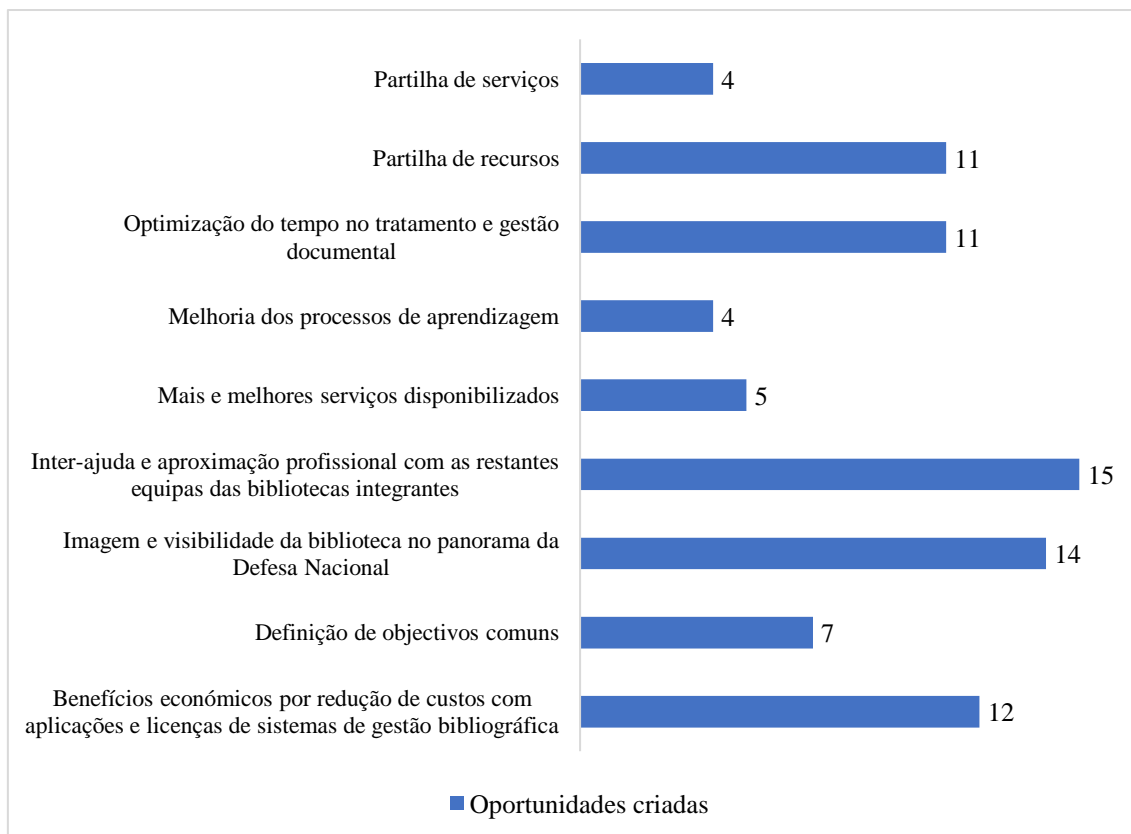
Na questão 3.2, inquiriu-se sobre a principal razão da integração de cada biblioteca, e responderam 16 bibliotecas. As razões enunciadas são múltiplas, destacando-se elementos comuns nas respostas, como: maior abertura das bibliotecas militares e de Defesa à comunidade, divulgação dos acervos, partilha de recursos, maior cooperação e partilha de conhecimentos, utilização do sistema integrado de gestão bibliográfica e maior aproximação e integração na própria comunidade militar e de Defesa.

À questão 3.3, sobre a existência de expectativas face à integração, responderam 15 bibliotecas. Destas, 3 responderam que não tinham expectativas e 1 que não tinha nada a reportar. As 11 bibliotecas que responderam afirmativamente à questão, justificaram a opção, nomeadamente: expectativas face a uma maior partilha de recursos, trabalho em rede e cooperação, utilização do sistema integrado de gestão bibliográfica, mais informação disponível para a comunidade e aumento do número de utilizadores.

À questão 3.4, em que apenas os inquiridos que responderam afirmativamente à questão 3.3. deveriam igualmente responder, sobre a correspondência face às expectativas identificadas anteriormente, verificam-se respostas positivas e negativas. Em termos das expectativas correspondidas, os dados demonstram que existe uma maior partilha de recursos, intensificação do empréstimo bibliotecário e utilização benéfica do sistema integrado de gestão bibliográfica.

Por oposição, as bibliotecas que responderam que as expectativas não estavam a ser correspondidas, apontam que não há maior colaboração e cooperação, existem problemas no âmbito da migração de dados bibliográficos de sistemas anteriores para o actualmente utilizado pela RBDN e a qualidade, questionável, de registos bibliográficos que surgem na base de dados, inviabilizando a sua reutilização.

Na questão 3.5, os inquiridos deveriam seleccionar os aspectos que consideravam oportunidades criadas pela integração na RBDN, dispondo de 9 aspectos pré-determinados e a opção “Outro”, caso houvesse outro aspecto a mencionar, e obteve-se um total de 17 respostas.

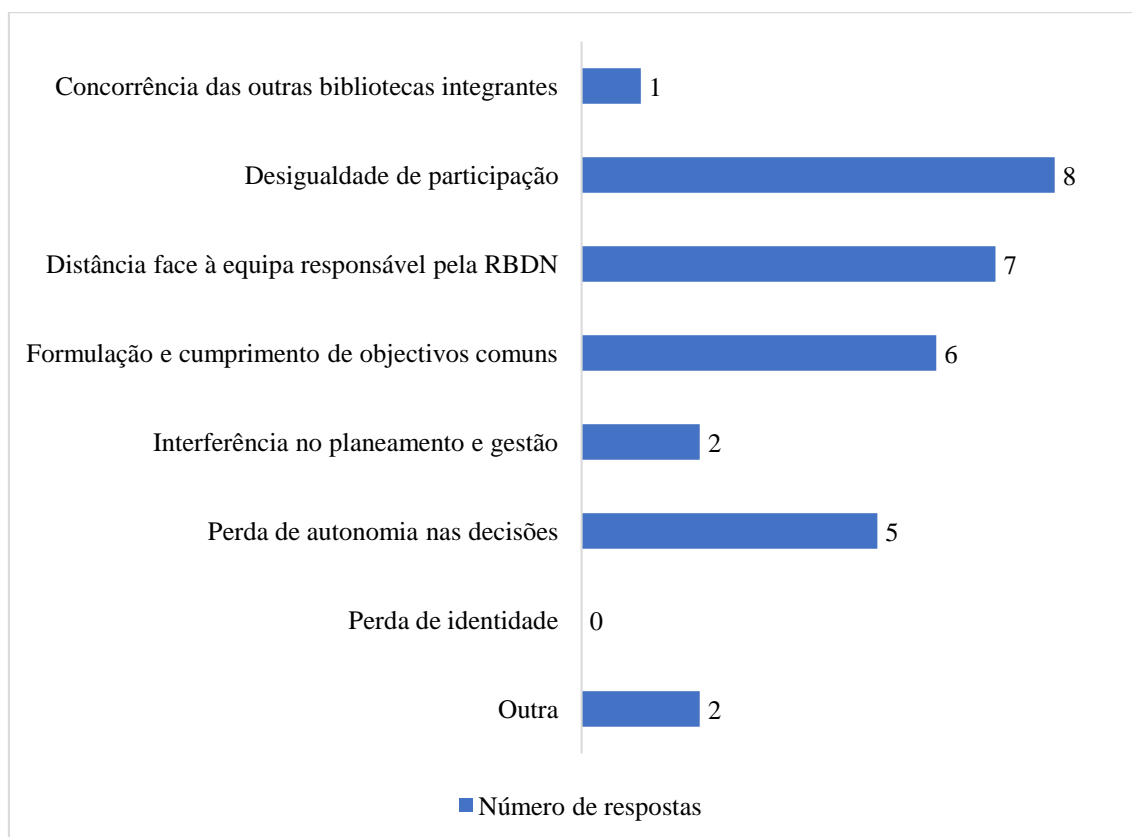


**Figura 10.** Distribuição das oportunidades criadas pela integração na RBDN (n=17).

Fonte: Elaboração do autor.

Conforme se identifica na Figura 10, o aspecto da inter-ajuda e aproximação profissional com as restantes equipas das bibliotecas integrantes foi seleccionado por 15 bibliotecas (88,2%); seguindo-se o aspecto da imagem e visibilidade da biblioteca no panorama da Defesa Nacional com 14 respostas (82,4%); o aspecto dos benefícios económicos por redução de custos com aplicações e licenças de sistemas de gestão bibliográfica foi seleccionado 12 vezes (70,6%); os aspectos da optimização do tempo no tratamento e gestão documental, bem como da partilha de recursos obtiveram 11 respostas (64,7%), respectivamente; a definição de objectivos comuns obteve 7 respostas (41,2%); mais e melhores serviços disponibilizados obteve 5 respostas (29,4%); a melhoria dos processos de aprendizagem e a partilha de serviços obtiveram 4 respostas (23,5%) cada. Nenhuma biblioteca mencionou outro aspecto.

Por oposição à questão anterior, a questão 3.6, versa sobre os aspectos que os inquiridos consideram problemas criados pela integração na RBDN, dispondo de 7 aspectos pré-determinados e a opção “Outro”, caso houvesse outro aspecto a mencionar, e obteve-se um total de 16 respostas.



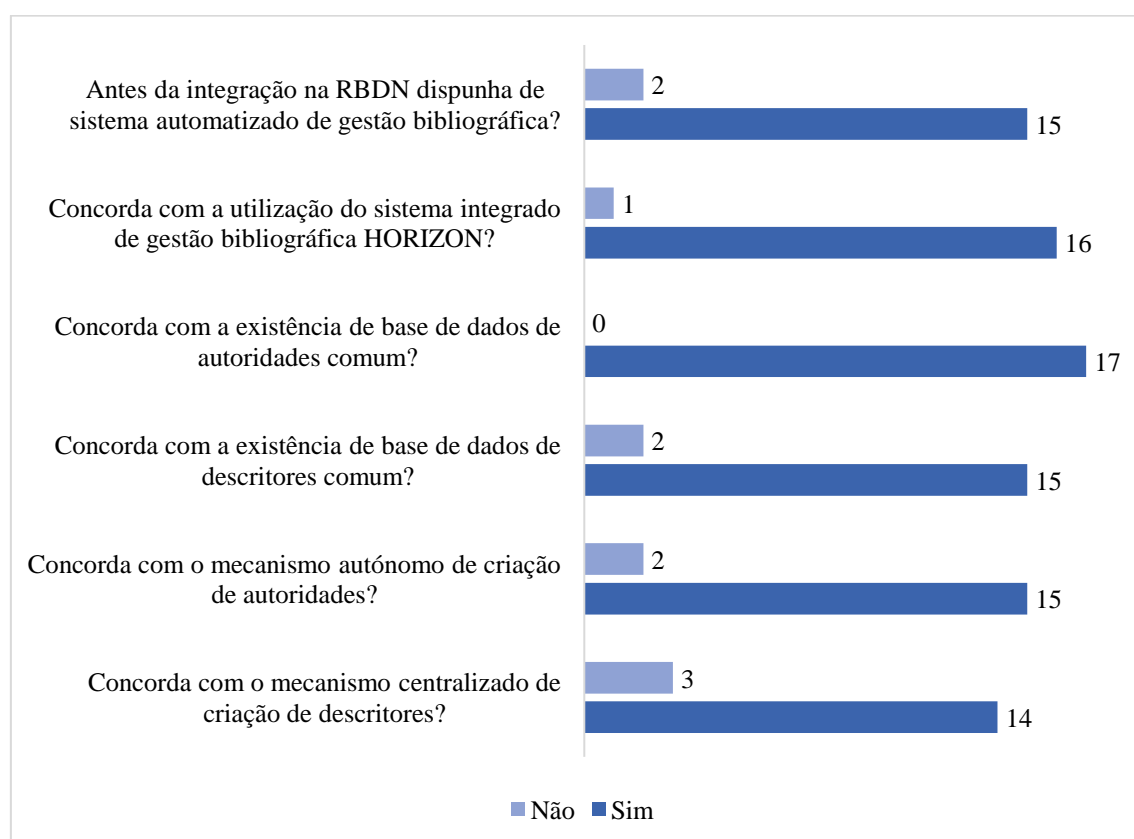
**Figura 11.** Distribuição dos problemas criados pela integração na RBDN (n=16).

Fonte: Elaboração do autor.

A Figura 11 apresenta os dados recolhidos sobre os aspectos identificados como problemas criados pela integração das bibliotecas na RBDN. O aspecto mais seleccionado remete para a desigualdade de participação com 8 respostas (50%); seguindo-se a distância face à equipa responsável pela RBDN com 7 respostas (43,8%); a formulação e cumprimento de objectivos comuns com 6 respostas (37,5%); a perda de autonomia nas decisões com 5 respostas (31,3%); a interferência no planeamento e gestão com 2 respostas (12,5%); e a concorrência de outras bibliotecas com 1 resposta (6,25%). Duas bibliotecas que optaram por seleccionar “outro”, uma afirma que não identifica problemas

alguns na integração, e outra aponta a perda de autonomia sobre o sistema integrado de gestão bibliográfico como um problema menor face às oportunidades criadas pela rede.

Na questão 3.7, as respostas dos inquiridos versaram sobre o Sistema Integrado de Gestão Bibliográfica. A primeira questão remetia para a existência de sistema semelhante na biblioteca antes da integração na rede, a segunda sobre a opção do sistema *Horizon* na rede, a terceira com a base de dados de autoridades comum no sistema *Horizon*, a quarta com a base de dados de descritores comum no sistema *Horizon*, a quinta com o mecanismo autónomo de criação de autoridades e a sexta com o mecanismo centralizado de criação de descritores.



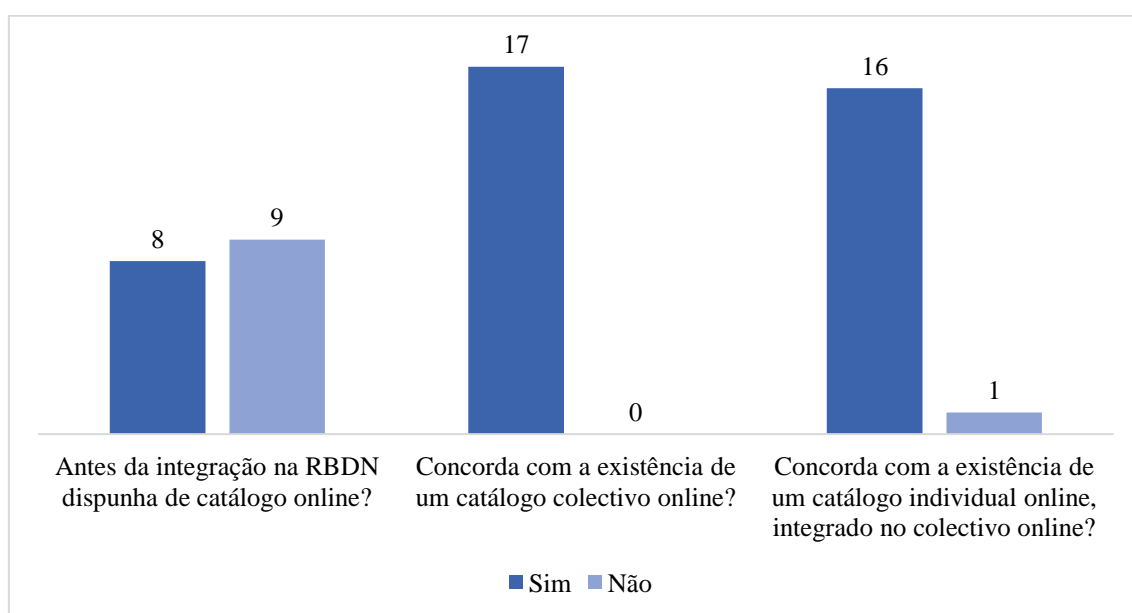
**Figura 12.** Distribuição dos dados referentes ao SIGB (n=17).

Fonte: Elaboração do autor.

Os dados apresentados na Figura 12 representam as respostas das 17 bibliotecas. Na primeira questão, 15 bibliotecas (88,2%) responderam que já dispunham de sistema automatizado de gestão bibliográfica antes da sua integração na RBDN, face a 2

bibliotecas (11,8%) que responderam negativamente. Na segunda questão, 16 bibliotecas (96,4%) das bibliotecas responderam que concordavam com a utilização do sistema *Horizon* pela RBDN face a 1 resposta (5,9%) negativa. Na terceira questão, as 17 bibliotecas (100%) concordam que a base de dados de autoridades seja de utilização comum. Na quarta questão, 15 bibliotecas (88,2%) responderam que concordam que a base de dados de descritores seja comum, e 2 bibliotecas (11,8%) discordam do modelo. Na quinta questão, 15 bibliotecas (88,2%) responderam que concordam com o mecanismo autónomo de criação de autoridades e 2 bibliotecas (11,8%) discordam. Na sexta questão, 14 bibliotecas (82,4%) concordam com o mecanismo centralizado de criação de descritores e 3 bibliotecas (17,6%) discordam.

Na questão 3.8, sobre o catálogo *online*, colocou-se três questões: se antes da integração as bibliotecas dispunham de catálogo *online*, se concordam com a existência de um catálogo colectivo *online* e com a existência de um catálogo individual *online*, integrado no catálogo colectivo.



**Figura 13.** Distribuição dos dados referentes ao catálogo online (n=17).

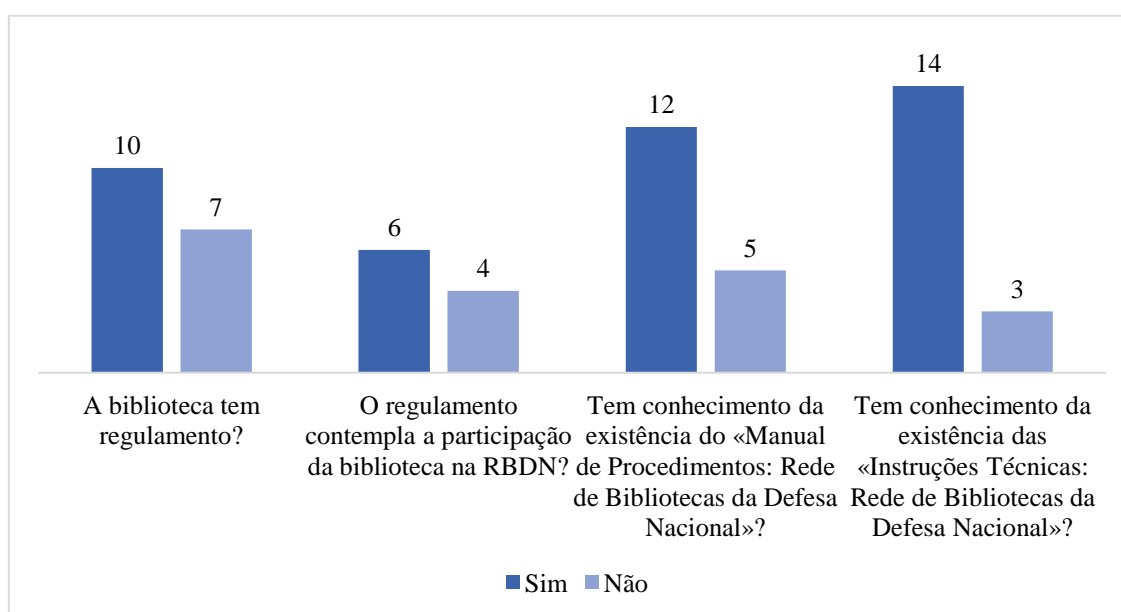
Fonte: Elaboração do autor.

Na Figura 13 constata-se os resultados referentes às 17 bibliotecas que responderam. Na primeira questão, verifica-se que 9 bibliotecas (52,9%) não dispunham



de catálogo *online* antes da sua integração na RBDN e 8 bibliotecas (47,1%) já dispunham. Na segunda questão, as 17 bibliotecas (100%) afirmam que concordam com a existência de um catálogo colectivo *online*. Na terceira questão, 16 bibliotecas (94,1%) concordam com a existência de um catálogo *online* individual integrado no catálogo colectivo da RBDN e 1 biblioteca (5,9%) discorda.

Na questão 3.9, as respostas dos inquiridos versaram sobre as questões dos instrumentos de gestão, governação, e apoio técnico. Questiona-se a existência de regulamento em cada biblioteca, se esse instrumento contempla a participação na RBDN, e se existe o conhecimento sobre dois instrumentos normativos da rede.



**Figura 14.** Distribuição dos dados referentes aos instrumentos de gestão e governação, e apoio técnico (n=17).

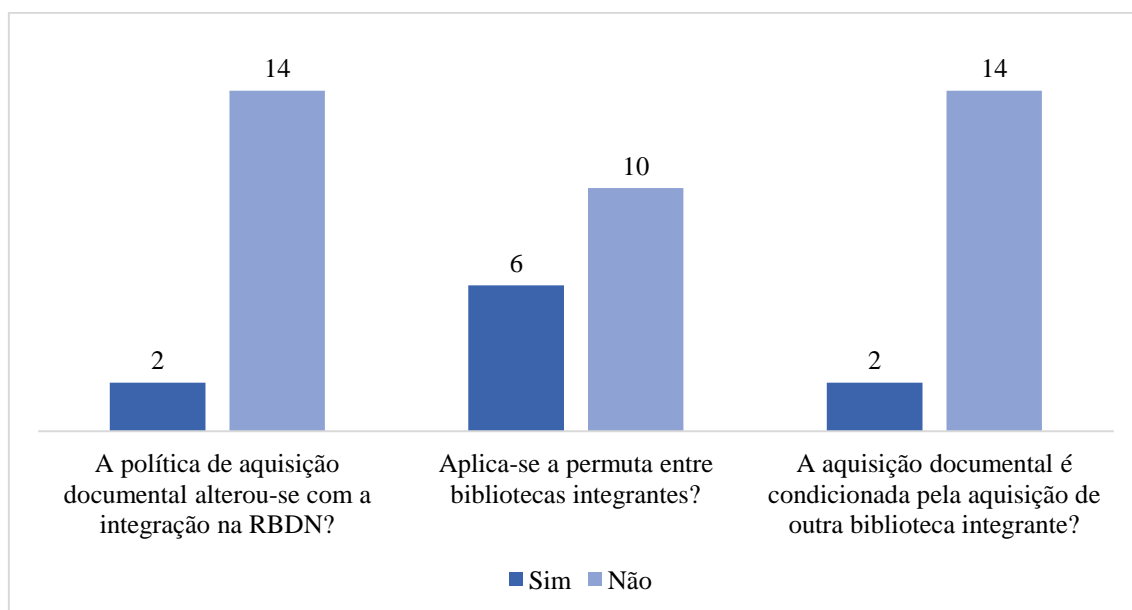
Fonte: Elaboração do autor.

Na Figura 14 apresentam-se os resultados às questões 3.9. Na primeira questão, 10 bibliotecas (58,8%) afirmam que têm regulamento e 7 bibliotecas (41,2%) não têm. Das 10 bibliotecas que têm regulamento, 6 bibliotecas (60%) contemplam a participação na rede no seu normativo e 4 bibliotecas (40%) não contemplam. Na terceira questão, 12 bibliotecas (70,6%) afirmam que conhecem o documento normativo da RBDN e 5 bibliotecas (29,4%) desconhecem a sua existência. Na quarta questão, 14 bibliotecas

(82,4%) afirmam que conhecem o instrumento técnico e 3 bibliotecas (17,6%) desconhecem o instrumento.

A questão 3.10 versa sobre a política de aquisição documental de cada biblioteca integrante na RBDN. Questiona-se se a política foi alterada, se existe permuta com outras bibliotecas da rede e se a aquisição documental é condicionada por estar em rede.

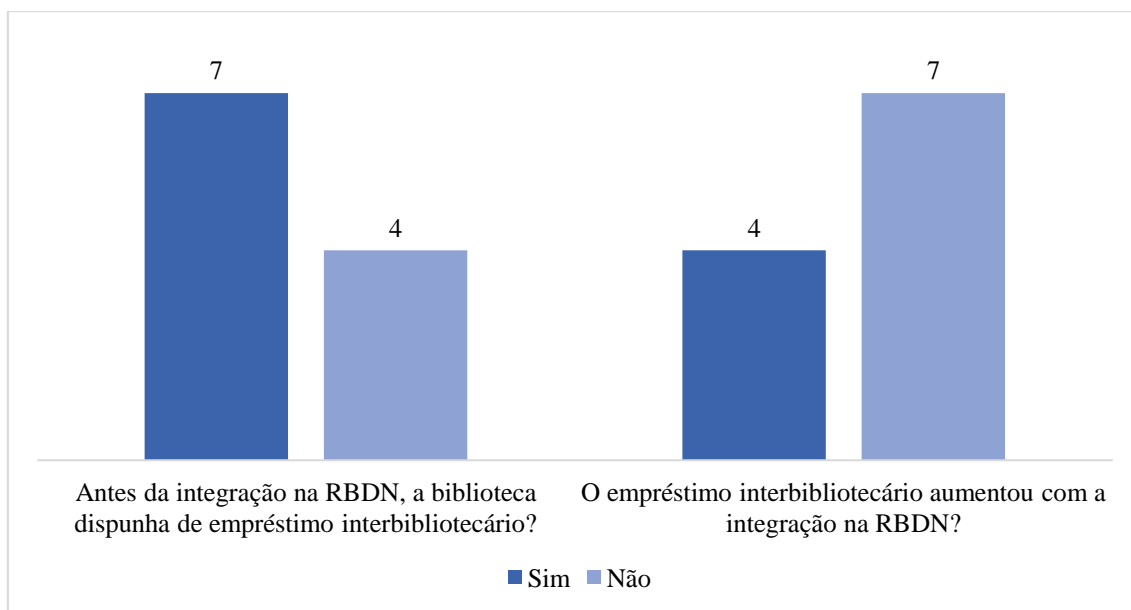
Na Figura 15 estão representados graficamente os resultados da questão 3.10, à qual responderam 16 bibliotecas. Relativamente às alterações na política de aquisição documental com a integração na RBDN, 2 bibliotecas (12,5%) responderam afirmativamente e 14 bibliotecas (87,5%) responderam negativamente. À questão se é aplicada permuta entre bibliotecas integrantes, 6 bibliotecas (37,5%) responderam que sim e 10 (62,5%) responderam que não. E, à questão se a aquisição documental é condicionada pela aquisição de outra biblioteca integrante, 2 bibliotecas (12,5%) responderam afirmativamente e 14 (87,5%) negativamente.



**Figura 15.** Distribuição dos dados referentes à política de aquisição documental (n=16).

Fonte: Elaboração do autor.

Na questão 3.11 aborda-se o empréstimo interbibliotecário, questionando se esta tipologia de empréstimo existia antes da integração de cada biblioteca na rede e se existe um aumento do mesmo com a integração.

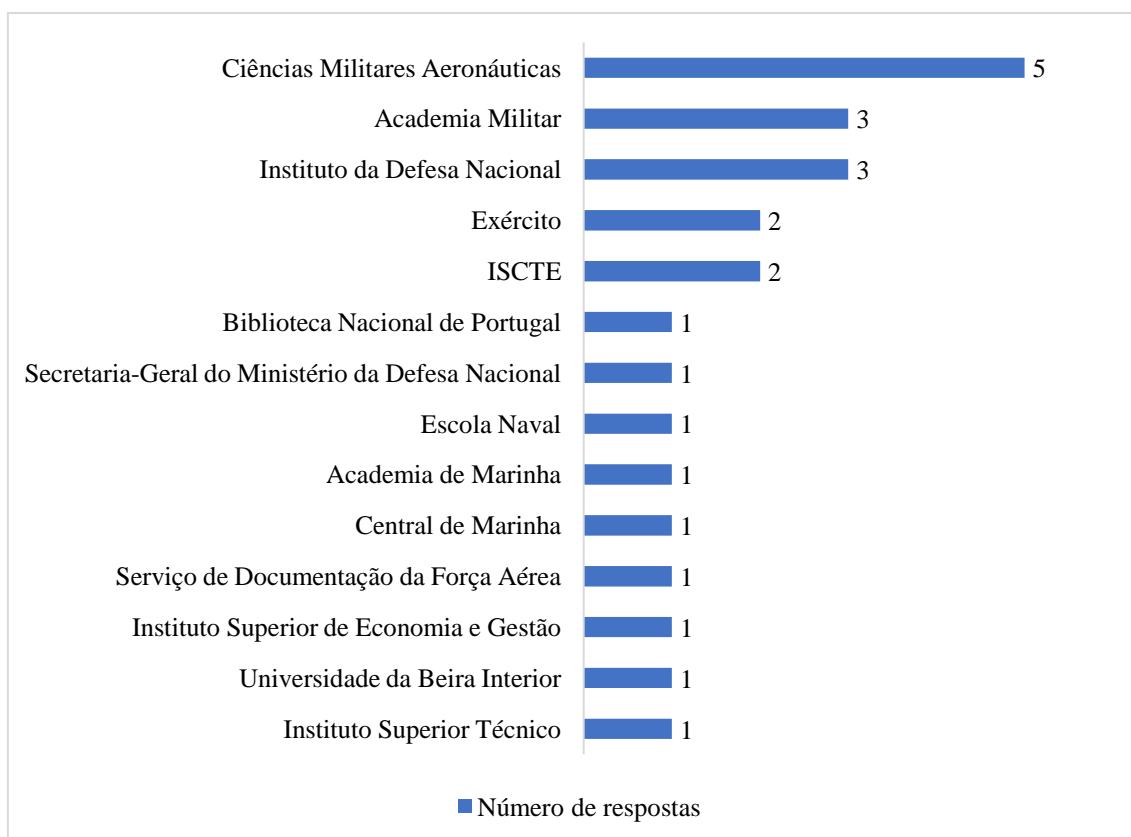


**Figura 16.** Distribuição dos dados referentes ao empréstimo interbibliotecário (n=11).

Fonte: Elaboração do autor.

Das 17 bibliotecas respondentes, 11 bibliotecas têm empréstimo interbibliotecário, conforme os dados recolhidos na questão 2.8.2 demonstram. Destas 11 bibliotecas, 7 (63,6%) já dispunham deste tipo de empréstimo antes da integração na RBDN e 4 (36,4%) não dispunham. Relativamente ao aumento do empréstimo interbibliotecário desde a sua integração na RBDN, 4 bibliotecas (36,4%) afirmam que houve um aumento, face a 7 (63,6%) de respostas negativas, conforme se verifica na Figura 16.

À questão 3.12, que inquiri sobre as bibliotecas com a RBDN exerce mais o empréstimo interbibliotecário, obteve-se 10 respostas, e um total de 14 bibliotecas identificadas, como demonstra a Figura 17.



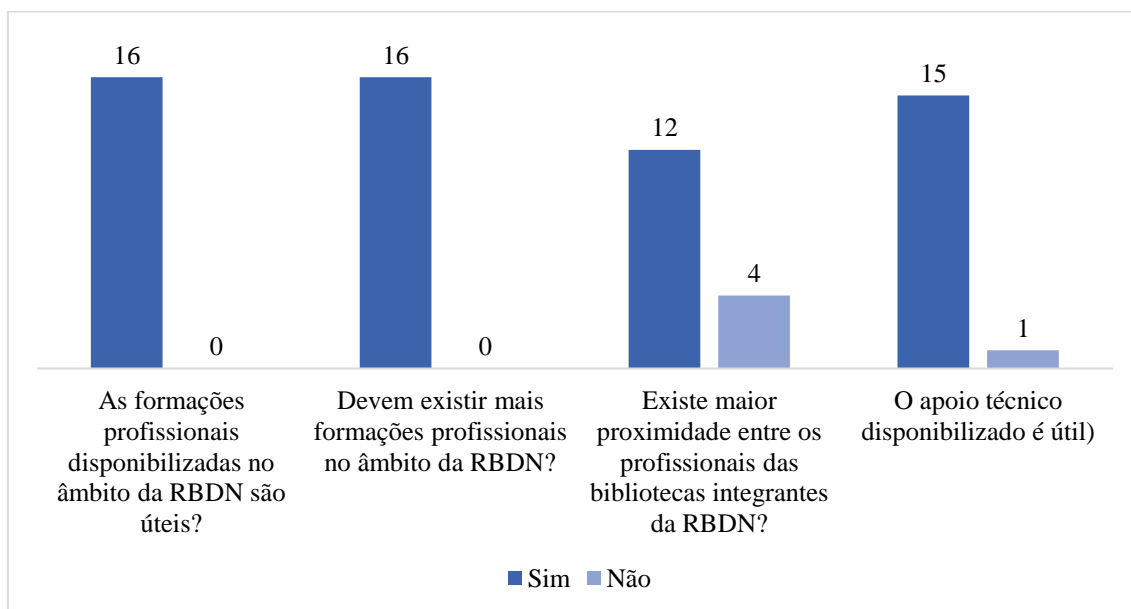
**Figura 17.** Distribuição dos dados referentes às bibliotecas com as quais é mais exercido o empréstimo interbibliotecário (n=10).

Fonte: Elaboração do autor.

A Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas (Academia da Força Aérea) foi identificada por outras 5 bibliotecas; as bibliotecas da Academia Militar e do Instituto da Defesa Nacional foram identificadas por 3 bibliotecas; as bibliotecas do Exército e do ISCTE por 2; e, as restantes bibliotecas apresentadas na Figura 17 foram identificadas por 1 biblioteca da RBDN.

Agrupando as bibliotecas identificadas como bibliotecas integrantes da RBDN (bibliotecas militares e de Defesa), verifica-se que das 14 bibliotecas enunciadas, 9 (64,3%) integram a RBDN, face a 5 (35,7%) que não integram. Verifica-se, igualmente, um elevado número de bibliotecas de ensino superior identificadas, nomeadamente: Ciências Militares Aeronáuticas, Academia Militar, ISCTE, Escola Naval, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade da Beira Interior e Instituto Superior Técnico, ou seja, 7 (50%) bibliotecas de ensino superior em 14 bibliotecas identificadas.

A questão 3.13 incide sobre os recursos humanos das bibliotecas, na vertente das formações profissionais e técnicas, das relações entre profissionais das bibliotecas integrantes e face ao apoio técnico disponibilizado. Das 17 bibliotecas que responderam ao inquérito por questionário, apenas 16 responderam à questão 3.13. Os resultados apresentam-se com recurso à Figura 18.



**Figura 18.** Distribuição dos dados referentes aos recursos humanos (n=16).

Fonte: Elaboração do autor.

Das 16 bibliotecas que responderam a esta questão, todas (100%) seleccionaram a opção “Sim” relativamente à utilidade das formações profissionais disponibilizadas pela RBDN e à necessidade de existirem mais formações profissionais. Relativamente à proximidade entre os profissionais das bibliotecas integrantes da RBDN, 12 bibliotecas (75%) responderam que existe maior proximidade, enquanto que 4 (25%) responderam negativamente, e, face à utilidade do apoio técnico disponibilizado, 15 bibliotecas (93,75%) responderam afirmativamente, face a 1 (6,25%) resposta negativa.

Em 3.14, questiona-se se as bibliotecas da RBDN consideram que a integração permitiu evoluir de um estado de coexistência para um estado de cooperação, tendo em consideração o diagnóstico efectuado por Pinto (2005) de que as bibliotecas militares portuguesas não cooperavam, apenas coexistiam. A esta questão obteve-se um total de 16

respostas, das quais 11 bibliotecas (68,75%) responderam afirmativamente e 5 (31,25%) negativamente.

Na questão 3.15, solicita-se junto dos inquiridos a identificação de aspectos que justifiquem a resposta em 3.14, sendo que das 16 bibliotecas que responderam 15 justificaram. Das 5 bibliotecas que responderam que não consideravam ter passado a cooperar mais com as bibliotecas da RBDN através da integração na mesma rede, identificam-se duas linhas justificativas: por um lado, afirmam que a cooperação já existia entre as bibliotecas militares e de Defesa, quando havia essa necessidade, mesmo antes da integração na RBDN; e, por outro lado, justificam que não há cooperação tendo em consideração que desde a sua integração não existe maior aproximação às restantes bibliotecas, contactos entre as bibliotecas ou solicitações de trabalho.

Das 11 bibliotecas que consideram que as bibliotecas militares e de Defesa evoluíram da coexistência para a cooperação identificam-se cinco linhas justificativas. A justificação mais saliente relaciona-se com um maior conhecimento dos acervos no panorama da Defesa Nacional, com uma nota relativamente à importância deste aspecto no apoio aos utilizadores, permitindo o seu reencaminhamento para outras bibliotecas integrantes quando assim se justifica. Nota-se, igualmente, uma maior aproximação entre os profissionais da informação e os sistemas biblioteconómicos integrantes, através da partilha de conhecimentos, obtenção de esclarecimentos, trocas de dúvidas e facilidade de contacto entre todos.

Numa vertente mais técnica, as respostas obtidas identificam que a uniformização e optimização dos procedimentos de tratamento documental, pela utilização do SIGB *Horizon*, permitem reduzir o tempo de catalogação, a reutilização de registos de outras bibliotecas integrantes e a utilização da mesma base de dados de autoridades e de descritores permite diminuir a dispersão de informação nos próprios sistemas biblioteconómicos como para os utilizadores.

O funcionamento do empréstimo interbibliotecário e, em alguns casos, o seu aumento, também é identificado como um aspecto positivo que permite justificar a evolução de paradigma das bibliotecas militares e de Defesa.

Outro aspecto identificado prende-se com o aumento da visibilidade das bibliotecas enquanto sistemas biblioteconómicos no panorama alargado da Defesa Nacional e a sua abertura à comunidade.

Na questão 3.16, inquirir-se sobre as principais vantagens das bibliotecas estarem integradas na RBDN. Responderam a esta questão 16 bibliotecas. Pela análise dos dados recolhidos, identificam-se nove vantagens apontadas comumente entre as diversas respostas das bibliotecas, nomeadamente: a uniformização e optimização dos processos de tratamento documental; o acesso a mais informação no panorama da Defesa Nacional; a maior visibilidade que a integração permitiu, igualmente, no panorama da Defesa Nacional; a utilização do SIGB comum; uma maior partilha de conhecimentos entre os profissionais da informação das bibliotecas militares e de Defesa; uma maior aproximação entre sistemas biblioteconómicos; a redução dos custos associados às contratualizações de sistemas de gestão bibliográfica; um maior conhecimento dos acervos das bibliotecas integrantes; e, o aumento do empréstimo interbibliotecário.

Por oposição, a questão 3.17, versa sobre as principais desvantagens das bibliotecas estarem integradas na RBDN. Responderam a esta questão 14 bibliotecas e a análise dos dados permitiu identificar oito desvantagens, nomeadamente: a falta de qualidade dos registos bibliográficos já existentes no SIGB, pois coloca em causa a reutilização dos registos por todas as bibliotecas integrantes, levando a duplicações de registos existentes, a sua visibilidade no catálogo colectivo (colocando em causa os registos com qualidade de outras bibliotecas e o acesso a informação com pouca qualidade para os utilizadores) e o nível de descrição, identificado por algumas bibliotecas, como insuficiente; a falta de autonomia na gestão do SIGB, como a impossibilidade de correcção de registos bibliográficos de outras bibliotecas, o desenvolvimento da base de dados de descritores não tem um cariz autónomo mas sim centralizado; a necessidade de maior uniformização e optimização do processo de tratamento documental; a elaboração de manuais e normas de procedimentos actualizados que permitam efectivar a uniformização e optimização dos processos de tratamento documental; as limitações técnicas do próprio SIGB; a possível perda de identidade das bibliotecas face a uma rede; a perda de autonomia no âmbito decisório; e, a distância face à equipa responsável pela RBDN.

Das respostas obtidas, 4 bibliotecas referem que não existem desvantagens da integração na RBDN. Uma biblioteca refere que a sujeição a regras comuns pode ser identificada como uma desvantagem, mas deve ser considerado que o trabalho em rede necessita de ser regulamentado.

O quarto e último grupo – “Comentário final” – com um carácter de resposta facultativa, permitia às bibliotecas inquiridas salientar ou justificar alguma resposta e/ou aspecto que não fora abordado ao longo do inquérito por questionário, como por exemplo: necessidades emergentes não identificadas, ideias para alterar ou melhorar o funcionamento da RBDN, etc.

Neste espaço de comentário, 6 bibliotecas deixaram a sua resposta, com diferentes elementos, necessidades e perspectivas para melhorar o funcionamento da RBDN.

No âmbito técnico, existem claros problemas relativamente aos registos bibliográficos de menor qualidade disponibilizados. As migrações de dados, decorrentes da integração das bibliotecas na RBDN e adopção de um novo SIGB – *Horizon*, a falta de “limpeza” desses registos bibliográficos migrados e a inexistência de recursos humanos qualificados, aumentam o ruído informacional para as restantes bibliotecas integrantes e para os utilizadores. A base de dados de autoridades também é mencionada, sendo identificados os problemas de multiplicações de registos de autoridade e respectiva dispersão da informação bibliográfica referente a determinada autoridade.

No âmbito da administração, gestão e governação da RBDN é comentada a necessidade de constituição de uma equipa de gestão e governação da rede, de forma oficial, com a participação de todas as bibliotecas integrantes e definição do próprio modelo de gestão e governação; uma maior agilização dos processos de decisão; é proposta a realização de uma auditoria ao funcionamento da RBDN; é proposta a definição de objectivos comuns mais abrangentes do que aqueles que são apresentados no documento regulamentar da RBDN; a procura de soluções para aprimorar a relação cooperativa entre as bibliotecas integrantes; e, a necessidade de maior facilidade na obtenção do apoio técnico às bibliotecas integrantes.

Como perspectivas e projectos de futuro são identificadas algumas ideias: a criação e desenvolvimento de bibliotecas digitais em cada entidade integrante da RBDN,



pois actualmente apenas existe uma biblioteca digital – a Biblioteca Digital do Exército; a criação de uma plataforma *online* que permita criar uma relação mais interactiva entre os profissionais da informação da RBDN, a comunidade militar e de Defesa e os utilizadores, e que permita disponibilizar mais informação sobre as bibliotecas integrantes para além dos seus registos bibliográficos, que já surgem através da página *online* do catálogo colectivo; e, a realização de conferências no domínio biblioteconómico com o apoio da RBDN.

## 5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, pretende-se ressaltar os resultados mais significativos encontrados durante a investigação, conjugando a análise dos dados recolhidos pela aplicação do inquérito por questionário às bibliotecas integrantes da RBDN, apresentada no Capítulo 4 – “Resultados”, os dados recolhidos pela aplicação do inquérito por entrevista à Dra. Ilda Pinto (Apêndice B) e a sua confrontação face às ideias, modelos e estudos semelhantes de diversos autores apresentados no Capítulo 1 – “Revisão da literatura”.

Relativamente aos dados recolhidos no inquérito por questionário é importante referir a sua limitação para a própria análise, pois apenas foram obtidos dados referentes a 17 das 22 bibliotecas do universo que compõe a RBDN.

Numa outra perspectiva, o inquérito por entrevista foi elaborado tendo em consideração os resultados da análise dos dados recolhidos no inquérito por questionário, permitindo desenvolver e esclarecer alguns pontos que são discutidos neste capítulo.

Carvalho (2016) afirma que as redes de bibliotecas podem ser tipologicamente distinguidas em categorias, considerando algumas características que as componham, nomeadamente: tipo e modelos de governação e gestão; tipo de participantes; âmbito de actuação; e, área temática. A este enquadramento tipológico, o mesmo autor acrescenta o conceito de “redes mistas” (Carvalho, 2016, p. 182), permitindo tipificar uma rede que contemple diversas categorias mencionadas anteriormente.

Através da análise dos dados recolhidos consegue categorizar-se a RBDN face a algumas destas categorias, como: o tipo de participantes e a área temática. Face ao tipo de participantes, a RBDN integra bibliotecas de ensino superior, escolares, especializadas e outras (onde se incluí uma biblioteca de saúde). Face à área temática da RBDN, esta está vocacionada para as temáticas militares, como História Militar ou Ciências Militares, e de Defesa & Segurança no seu geral, mas consegue apresentar bibliotecas especializadas em temáticas tão diversas como as Ciências do Mar ou as Relações Internacionais, por exemplo, conferindo um grau genérico e, ao mesmo tempo, especializado à rede.

Seguindo o modelo de categorização de Carvalho (2016), pode considerar-se a RBDN como uma “rede mista”, ao conjugar diferentes tipologias de participantes e áreas temáticas.

Como mencionado, Carvalho (2016) identifica tipologias de redes face aos modelos de gestão e governação, e Williams e Flynn (1979, cit. por Moreira, 2014) e Orol, Melero e Guitian (1988, p. 232) também elaboraram modelos de redes de bibliotecas, de forma a estas serem categorizadas e compreender-se os seus modelos de gestão e governação, ou seja, as suas estruturas de manutenção e desenvolvimento, apresentados, anteriormente, no Capítulo 1 – “Revisão da literatura”.

Seguindo os modelos identificados no Capítulo 1 – “Revisão da literatura”, a RBDN assemelha-se a um modelo de rede descentralizada ou distribuída, no qual as bibliotecas integrantes partilham as actividades, os serviços e os recursos de forma semelhante, não existindo um ponto centralizador que efectue a gestão e a governação completa da rede. A RBDN define-se como uma rede em que a autonomia das bibliotecas integrantes mantém-se perante o seu enquadramento institucional e a gestão centralizada só existe sobre a infraestrutura que mantém o funcionamento do SIGB e do catálogo colectivo.

O modelo actual da RBDN, de rede descentralizada ou distribuída, enuncia alguns problemas identificados nos resultados e considerados pelas bibliotecas integrantes. Segundo Ilda Pinto, o elevado grau de autonomia das bibliotecas integrantes “Beneficia por um lado e prejudica por outro. Beneficia porque a autonomia permite que o trabalho das bibliotecas não pare (...) Prejudica, porque em alguns casos, o tratamento documental apresenta erros e obriga a equipa a corrigir” (comunicação pessoal, Agosto 14, 2019), revelando que “é claramente necessária a criação de uma equipa dedicada à gestão e governação da RBDN” (comunicação pessoal, Agosto 14, 2019). O modelo de gestão e governação da rede, marcado de início, e actualmente, pela sua autonomia, precisa de ser revisto e repensado para assegurar a sua continuidade e melhorar o funcionamento da mesma.

Relativamente aos recursos humanos, os resultados permitem caracterizar as equipas da RBDN, marcadamente pelo reduzido número de elementos (identificam-se 8

bibliotecas integrantes com apenas 1 elemento na equipa) e composta por 42,1% do total de elementos sem formação BAD face a 57,9% com formação BAD.

Considerando a realidade identificada em Pinto (2005), marcada pelo reduzido número de elementos com formação específica, tanto ao nível das equipas técnicas, como de coordenação ou chefia, verifica-se uma melhoria na capacitação de recursos humanos com formação BAD, e segundo Ilda Pinto “Notando que não é uma percentagem excelente, é claramente um avanço no panorama das bibliotecas militares e da Defesa Nacional” (comunicação pessoal, Agosto 14, 2019).

Para este avanço do nível de formação dos recursos humanos das bibliotecas militares e de Defesa, a própria RBDN contribui através da disponibilização de formações aos profissionais da informação, verificando-se nos resultados do inquérito por questionário o elevado grau de satisfação pela frequência das formações e afirmação de desejo de mais formações. De forma a melhorar o nível de formação no âmbito BAD dos recursos humanos da RBDN, existe a ideia de iniciar uma aproximação à Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas para criar pontes que permitam dar mais apoio (I. Pinto, comunicação pessoal, Agosto 14, 2019).

Por oposição, consegue-se identificar uma das causas que dificultam a obtenção de um maior nível de formação BAD nos recursos humanos da RBDN. Sendo a maioria das bibliotecas integrantes da RBDN, bibliotecas militares, existe o factor de rotatividade de elementos militares entre os múltiplos serviços das próprias instituições militares e o tipo de vínculo profissional que estes elementos têm, levando à sua saída da instituição militar e dificultando a continuidade das actividades biblioteconómicas (I. Pinto, comunicação pessoal, Agosto 14, 2019).

Para Martín-Montalvo (2012) o desenvolvimento de políticas de aquisição conjuntas é um dos factores-chave para atingir-se a cooperação numa rede de bibliotecas. Na RBDN verifica-se que, em termos de aquisição documental, a oferta e a doação predominam nas bibliotecas integrantes, seguindo-se a compra e, por último, a permuta, mantendo-se o carácter autónomo nas aquisições.

As bibliotecas integrantes da RBDN não alteraram a política de aquisição documental com a sua integração na rede, a aquisição não é claramente condicionada pela

aquisição de outra biblioteca integrante e o número de bibliotecas que assumem a permuta com outras bibliotecas integrantes é reduzido. Verifica-se assim a necessidade de criar e definir uma política de aquisição documental conjunta que permita aprimorar este elemento de cooperação de uma rede de bibliotecas. Segundo Ilda Pinto, uma política de aquisição documental conjunta permitiria a racionalização dos acervos e a sua diversificação (comunicação pessoal, Agosto 14, 2019).

Na definição de uma política de aquisição documental conjunta, deve ser igualmente considerado o desenvolvimento de uma política de gestão da colecção conjunta, permitindo a racionalização e diversificação dos acervos, como afirma Ilda Pinto (comunicação pessoal, Agosto 14, 2019), o apoio às bibliotecas integrantes com menor capacidade de investimento e especialização das respectivas colecções.

Na política de aquisição documental também é necessário contemplar as assinaturas de bases de dados e revistas em linha, como algumas bibliotecas integrantes dispõem, pois permanecem com um nível de autonomia ou com parcerias e consórcios externos à RBDN. Segundo Ilda Pinto, a questão das assinaturas de bases de dados e revistas em linha passarem a ser integradas e disponibilizadas a todas as bibliotecas integrantes da RBDN já foi colocada mas não obteve desenvolvimento, pois existe desinteresse de algumas instituições face aos encargos e, por outro lado, existem consórcios ao nível do ensino superior militar, que envolvem bibliotecas externas à RBDN (comunicação pessoal, Agosto 14, 2019).

O empréstimo interbibliotecário é, igualmente, um factor-chave para a cooperação e desenvolvimento de uma rede de bibliotecas, conforme afirma Becedas González (2012). Neste aspecto, os dados recolhidos permitem identificar que 68,8% das bibliotecas inquiridas têm esta modalidade de empréstimo, 64,3% das bibliotecas da RBDN é parceira no empréstimo bibliotecário, e 63,6% afirmam que não houve aumento do empréstimo interbibliotecário com a sua integração da rede. Verifica-se, por um lado, que é necessário implementar e alargar esta modalidade de empréstimo às restantes bibliotecas integrantes e, por outro, reforçar o nível de cooperação que permita aumentar o número de bibliotecas regularmente parceiras no empréstimo.

Pinto (2005, p. 180) identificava que esta modalidade de empréstimo não estava instituída nas bibliotecas militares, revelando-se agora, através dos dados recolhidos, que existe um progresso claro neste âmbito. Para esta alteração, Ilda Pinto enuncia dois factores para os quais a constituição da RBDN contribuiu de forma clara: “O facto de existir maior proximidade entre os profissionais torna o contacto mais fácil e a existência de um catálogo colectivo, no qual é possível verificar que outra biblioteca tem o documento que precisam” (comunicação pessoal, Agosto 14, 2019). Ou seja, a RBDN aproximou e desenvolveu as vias de comunicação entre os profissionais da informação das bibliotecas integrantes e a criação de um catálogo colectivo, assente num SIGB, permite o acesso e um conhecimento mais apurado dos acervos da Defesa Nacional.

No empréstimo interbibliotecário são identificados alguns problemas que dificultam a sua execução e, possivelmente, o seu aumento, nomeadamente: dificuldades na agilização de transporte institucional que permita remeter os documentos requisitados e, por vezes, os custos associados. De forma a agilizar parte deste processo existe um mecanismo interno e informal de apoio entre as bibliotecas, que consiste na digitalização de capítulos de monografias ou artigos de revistas e o seu reencaminhamento via *e-mail* (I. Pinto, comunicação pessoal, Agosto 14, 2019).

Considerando os dados recolhidos no inquérito por questionário, existe um claro entrave ao desenvolvimento do empréstimo interbibliotecário por motivos logísticos e, por essa mesma razão, torna-se necessário criar um mecanismo ou um canal de comunicação que agilize o processo e, assim, não dificulte este elemento cooperativo e crucial para as bibliotecas da RBDN.

Autores como Magariños Compaired (2007), Cunha e Cavalcanti (2008 cit. por Carvalho, 2016, p. 178), Martín-Montalvo (2012), Becedas González (2012) e Magariños Compaired (2007) afirmam que a formalização de uma rede de bibliotecas passa pela aquisição e adopção de um SIGB e criação de um catálogo colectivo. A RBDN está dotada de um SIGB e um catálogo colectivo, elementos identificados como fundamentais na formalização da própria rede e que constituem o objectivo da mesma, conforme é definido no Art. 3.º do instrumento regulamentar da RBDN (MDN, 2016a, p. 3).

O SIGB adoptado pela RBDN, conhecido por *Horizon*, permite uma gestão integrada dos acervos bibliográficos das bibliotecas integrantes, prevalecendo o conceito de catalogação cooperativa e reutilização das bases de dados comuns inerentes ao sistema, bem como a uniformização e optimização do processo de tratamento documental.

Os dados recolhidos revelam que o modelo de gestão do SIGB é aceite pelas bibliotecas integrantes. No entanto, identificam-se alguns problemas relativamente à multiplicidade de registos bibliográficos disponíveis no SIGB e no próprio catálogo colectivo, inviabilizando, recorrentemente, a sua reutilização (enquanto uma das fases da catalogação cooperativa).

Segundo Ilda Pinto, muitos destes problemas dos registos bibliográficos advêm dos resultados de migrações de dados quando novas bibliotecas são integradas, no entanto:

Acaba por ser uma situação paradoxal porque demonstram desagrado face a esta situação, mas, muitas vezes, as próprias bibliotecas têm registos duplicados ou com erros. É uma crítica, mas as próprias bibliotecas têm de corrigir os seus próprios erros, e a RBDN desenvolver esforços que levem as bibliotecas a corrigi-los (comunicação pessoal, Agosto 14, 2019).

Verifica-se, assim, a necessidade de adoptar medidas que levem à correcção dos erros nos registos bibliográficos existentes na RBDN.

O catálogo colectivo da RBDN, que se subdivide em catálogos individuais de cada uma das bibliotecas integrantes, é uma ferramenta que revela a total concordância de utilização das bibliotecas. Identifica-se, igualmente, que a criação da RBDN permitiu dotar mais bibliotecas desta ferramenta, considerando os dados recolhidos no inquérito por questionário que revelam o número de bibliotecas que dispunham de ferramenta semelhante antes e depois da sua integração na rede.

A concordância e satisfação da adopção e utilização do SIGB e do catálogo colectivo pelas bibliotecas integrantes, bem como o modelo de gestão dos meios mecânicos, revelam que o objectivo inicial da RBDN está a ser cumprido e a ideia adjacente de recurso a meios mecânicos como ferramentas de trabalho cooperativo está assimilada.

Relativamente aos instrumentos de gestão e governação da RBDN e das bibliotecas integrantes, mencionados no Capítulo 3 – “Caracterização do objecto de estudo” e no Capítulo 4 – “Resultados”, identificam-se alguns dados muito importantes, a reter: é importante dotar as bibliotecas integrantes de regulamentos internos; estes regulamentos devem contemplar a participação na RBDN e deve ser reforçada a comunicação junto das bibliotecas que já têm regulamento de forma a serem realizadas alterações neste âmbito; e, a descontextualização do instrumento normativo da RBDN face à actualidade.

Novamente, identifica-se a necessidade de adoptar medidas que aproximem mais as bibliotecas e desenvolver o conceito de rede junto das bibliotecas integrantes. No sentido de melhoria constante torna-se necessário actualizar o instrumento normativo, de forma a ser um “espelho” da realidade da RBDN, sendo que Ilda Pinto afirma: “Há flexibilidade das bibliotecas relativamente ao instrumento normativo, mas existe uma necessidade de actualização, por forma a integrar quem está integrado e a «desintegrar» quem não está integrado” (comunicação pessoal, Agosto 14, 2019).

É, ainda, de referir, a necessidade de “actualizar as normas e instruções técnicas, de forma a uniformizar e optimizar o tratamento documental, bem como a utilização de todas as ferramentas disponibilizadas pelo SIGB” (I. Pinto, comunicação pessoal, Agosto 14, 2019), revelando assim que estão identificadas algumas lacunas e necessidades de melhoria dos instrumentos de apoio ao trabalho das bibliotecas e, conseqüente, melhoria do desempenho da própria RBDN.

A integração numa rede de bibliotecas pressupõe a existência de um propósito justificativo e de expectativas face a essa mesma integração. Através dos dados obtidos no inquérito por questionário identificaram-se a maior abertura das bibliotecas militares e de Defesa à comunidade, a divulgação dos acervos, a maior partilha de recursos, a maior cooperação e a partilha de conhecimento, a utilização do SIGB *Horizon* e uma maior aproximação e integração dentro da comunidade militar e de Defesa, como as principais razões para a integração; e, a maior partilha de recursos, o trabalho em rede e cooperação, a utilização do SIGB *Horizon*, o acesso a mais informação e o aumento do número de utilizadores, como as principais expectativas com a integração das bibliotecas na RBDN.



Face às expectativas da integração, identificaram-se correspondências positivas, nomeadamente: uma maior partilha de recursos, aumento do empréstimo interbibliotecário e utilização do SIGB *Horizon*, ressaltando-se os problemas já mencionados da qualidade e reutilização de registos bibliográficos, bem como, o “ruído” existente pelas migrações de dados. Em termos de expectativas não cumpridas, destaca-se que a colaboração e cooperação não aumentou, no considerado por algumas bibliotecas.

Em termos de oportunidades e problemas criados pela integração na RBDN, as bibliotecas identificam que a inter-ajuda e a aproximação profissional com as restantes bibliotecas integrantes, a imagem e a visibilidade da biblioteca no panorama da Defesa Nacional, os benefícios económicos por redução de custos com as ferramentas de gestão de bibliotecas e a optimização do processo de tratamento documental, são as oportunidades mais proeminentes; ao invés da desigualdade de participação, a distância face à equipa responsável pela RBDN, a formulação e cumprimento de objectivos comuns e a perda de autonomia nas decisões, como sendo os problemas na integração na RBDN.

Das oportunidades identificadas, torna-se revelador o âmbito de isolamento em que se situavam as bibliotecas militares e de Defesa, ao fazerem notar que a inter-ajuda e a aproximação profissional, e a imagem e a visibilidade da biblioteca são mencionadas. A redução de custos com as ferramentas de gestão das bibliotecas e a optimização do tratamento documental revelam preocupação com a sustentabilidade dos sistemas.

Dos problemas identificados, verifica-se que o sentimento de desigualdade de participação, a distância face à equipa responsável, a formulação e o cumprimento de objectivos comuns e a perda de autonomia nas decisões, é revelador da necessidade de adoptar medidas que aproximem mais as equipas e as bibliotecas, reforçando e esclarecendo o conceito de trabalho cooperativo e em rede que uma integração acarreta.

Os aspectos mencionados nos últimos parágrafos levam ao elemento basilar de constituição, manutenção e desenvolvimento de uma rede de bibliotecas – a cooperação. Pinto (2005) concluiu que as bibliotecas militares portuguesas, naquela época, viviam um estado de coexistência entre si e não um estado de cooperação. Através dos dados

recolhidos, 68,75% das bibliotecas inquiridas consideram que passaram a cooperar com a sua integração na RBDN, face a 31,25% que consideram o oposto.

Das bibliotecas que consideram cooperar desde a integração na RBDN, as suas justificações vão ao encontro das razões e expectativas, já mencionadas, relativamente ao processo de integração em rede.

Como vantagens da integração em rede são identificadas: a uniformização e optimização do processo de tratamento documental; o acesso a mais informação; a maior visibilidade da biblioteca; a utilização do SIGB *Horizon*; a partilha de conhecimentos; a aproximação entre bibliotecas; a redução de custos das ferramentas de gestão das bibliotecas; o maior conhecimento dos acervos; e, o aumento do empréstimo interbibliotecário. Em síntese, as vantagens identificadas pelas bibliotecas ao integrarem-se na RBDN seguem, em grande parte, as recomendações elaboradas por Pinto (2005).

As justificações das bibliotecas que mencionam não cooperar são: a cooperação já existia anteriormente quando existia essa necessidade; e, desde a integração não se verifica maior aproximação entre as bibliotecas integrantes. Ilda Pinto não concorda com as justificações enunciadas (reconhecendo simultaneamente, a necessidade de reforçar a comunicação para melhorar a noção de trabalho em rede), defende que, anteriormente:

a cooperação era pontual e residual. O facto de eu beneficiar da catalogação que já foi feita é cooperação. As formações obrigam os profissionais a cooperar. Aproximaram-se os profissionais pelo contacto com as realidades diversas das bibliotecas integrantes e pela troca de esclarecimentos” (comunicação pessoal, Agosto 14, 2019).

Como desvantagens da integração, as bibliotecas mencionam a falta de qualidade dos registos bibliográficos, a falta de manuais e normas de procedimentos que permitam uniformizar e otimizar o tratamento documental, as limitações, em parte, do SIGB, a perda de identidade da biblioteca face à RBDN, a perda de autonomia nas decisões e a distância face à equipa responsável.

Para Magariños Compaired (2007), uma rede de bibliotecas deve ter na sua composição quatro instrumentos básicos: um regulamento, um censo, um catálogo colectivo e um SIGB. Este é o modelo aplicado na RBD em Espanha.

Seguindo a estrutura deste autor, a RBDN dispõe dos seguintes instrumentos: o *Manual de Procedimentos da Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional* é o instrumento regulamentar da rede, ao determinar o seu âmbito, os seus objectivos, as estruturas de gestão e governação e a distribuição de responsabilidades; o catálogo colectivo; e, o SIGB *Horizon*.

A RBDN não dispõe do censo enquanto instrumento estatístico com dados actualizados referentes a todas as bibliotecas integrantes, sendo necessário desenvolver um instrumento semelhante para dotar a própria RBDN de dados que permitam identificar lacunas, necessidades, problemas e avaliar o trabalho desenvolvido.

O estudo de Pinto (2005), com carácter científico mas não oficialmente criado a partir das estruturas militares e de Defesa Nacional, pode ser considerado como o ponto basilar de análise de diagnóstico da realidade das bibliotecas militares portuguesas e, a partir do seu estudo, identificaram-se as verdadeiras necessidades das bibliotecas militares. Este caminho difere do preconizado em Espanha e no Brasil.

Em Espanha, o censo foi realizado a partir das estruturas de Defesa Nacional de forma a servir como instrumento de apoio à decisão da criação de uma rede de bibliotecas (García Moreno, 2007, 2008; Escapa Castro, 2008; Magariños Compaired, 2009).

No Brasil, antes da constituição da REBIMD, procedeu-se a uma análise de diagnóstico elaborada por um grupo de trabalho formado por elementos das Forças Armadas e do Ministério da Defesa brasileiro e, só após a conclusão da análise de diagnóstico é que se avançou para a implementação da rede de bibliotecas (Barradas & regino, 2011; Moreira, 2014).

Segundo Carvalho (2016) existem factores que podem levar ao término de uma rede de bibliotecas, tais como: a inexistência de objectivos comuns, discordância entre as bibliotecas integrantes face aos objectivos comuns e a priorização de objectivos individuais face aos colectivos; a não formalização da rede ou dificuldades em obter o acordo das bibliotecas integrantes na determinação do funcionamento da rede; o incumprimento dos objectivos comuns; a falta de compromisso entre os profissionais da informação das bibliotecas integrantes.

Tentando enquadrar os dados recolhidos verifica-se que a RBDN não tem factores de risco eminentes que possam culminar no seu término. Os objectivos comuns existem e são apresentados no instrumento regulamentar da própria RBDN, sendo importante alargar a planificação a médio e longo prazo e definir mais, ou aprofundar, objectivos. A rede está formalizada desde 2015, identificando-se necessidades de actualização e alterações ao nível da gestão e governação que permitam o desenvolvimento da própria rede, como a constituição de uma equipa única e permanente de gestão e governação da rede, contemplando a participação equitativa das bibliotecas integrantes. Os objectivos comuns estão a ser claramente cumpridos, pois a utilização do SIGB e o acesso à informação via catálogo colectivo são realidades existentes e revelam concordância das bibliotecas integrantes. E, existe um compromisso entre os profissionais da informação, verificando-se uma maior consideração da inter-ajuda, partilha de conhecimentos e troca de informação entre os mesmos.

Orol, Melero e Guitian (1988) defendem que as redes de bibliotecas devem dotar-se de um conjunto de elementos que evitem o florescimento de factores de risco como os identificados nos parágrafos anteriores. Para estes autores, uma rede de bibliotecas deve: criar e adoptar normativos técnicos que sejam aplicados a todas as bibliotecas integrantes; adquirir meios tecnológicos e de comunicação para o tratamento documental e difusão da informação; e, definir modelos de gestão e governação com as respectivas funções e responsabilidades.

A RBDN tem normativos técnicos e são do conhecimento geral das bibliotecas integrantes, existindo, no entanto, a necessidade de actualização. Os meios tecnológicos e de comunicação que os autores mencionam, referem-se ao SIGB (tratamento documental) e ao catálogo colectivo (difusão da informação), estando totalmente implementados e em funcionamento. Os modelos de gestão e governação, bem como as respectivas funções e responsabilidades, estão definidos no instrumento regulamentar da rede.

## CONCLUSÃO

Relembrando que este estudo tem como objectivos gerais a identificação da tipologia e do modelo de gestão e governação da RBDN e a identificação e descrição dos processos de gestão documental, difusão da informação e cooperação entre as bibliotecas integrantes da RBDN, e como objectivos específicos a caracterização da RBDN e das suas bibliotecas integrantes, a caracterização do modelo de gestão e governação da rede, a descrição do processo de tratamento e gestão documental, a descrição dos meios tecnológicos utilizados na difusão da informação e a avaliação da cooperação entre as bibliotecas integrantes, pretende-se responder à seguinte pergunta de partida estabelecida no início do estudo:

*No âmbito de uma sociedade da informação, que pressupõe o estabelecimento de ligações em rede entre pessoas, produtos e serviços, da qual não está excluída a comunidade militar e de Defesa, como é que a Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional (RBDN) responde a este desafio?*

A abordagem investigativa seguida assenta no estudo de caso, suportada por uma abordagem metodológica mista, que engloba técnicas qualitativas (pesquisa e análise documental e inquérito por entrevista) e técnicas quantitativas (inquérito por questionário). As técnicas qualitativas foram aplicadas na elaboração da revisão da literatura, na caracterização do objecto de estudo – a RBDN – e na elaboração do inquérito por entrevista. As técnicas quantitativas foram aplicadas na elaboração do inquérito por questionário.

É de referir que a elaboração do inquérito por entrevista teve em consideração a análise dos dados recolhidos no inquérito por questionário, de forma a serem obtidas novas respostas e esclarecimentos importantes ao estudo.

Durante todo o processo investigativo foram encontradas algumas dificuldades, sem nunca comprometer a realização do próprio estudo. A pesquisa documental de apoio à realização da revisão da literatura foi demorada e limitada no seu alcance, considerando o panorama de literatura científica portuguesa existente sobre bibliotecas militares e de

Defesa ou redes de bibliotecas militares e de Defesa. No início do processo investigativo e, particularmente, no período de aplicação do inquérito por questionário existia o receio de obtenção de uma amostra muito limitada na sua composição, revelando-se no total de respostas obtidas o inverso, com uma participação considerável.

Ora, ao objectivo geral de identificação da tipologia e do modelo de gestão e governação da RBDN, conclui-se que a rede de bibliotecas militares e de Defesa enquadra-se: na sua tipologia, numa rede mista (Carvalho, 2016), relativamente às temáticas comuns e específicas que abrange e à diversidade tipológica de bibliotecas integrantes; no seu modelo de gestão e governação, numa rede descentralizada ou distribuída (Williams & Flynn, 1979 cit. por Moreira, 2014), relativamente à partilha de recursos, serviços e actividades, mantendo o nível de autonomia das bibliotecas integrantes e a centralização existente concentrar-se ao nível das infraestruturas de funcionamento do SIGB e do catálogo colectivo.

Ao objectivo geral de identificação e descrição dos processos de gestão documental, difusão da informação e cooperação entre as bibliotecas integrantes da RBDN, conclui-se que: os processos de gestão documental incidem sobre o desenvolvimento uniforme e optimizado do tratamento documental, tendo como base a catalogação partilhada com recurso a índices partilhados disponibilizados no SIGB; o estabelecimento da RBDN permitiu a criação de um catálogo colectivo e respectivo acesso de todas as bibliotecas integrantes, contemplando-se, recentemente, uma ligação do Portal das Instituições de Memória da Defesa Nacional, plataforma que permite a pesquisa federada da informação disponibilizada pelas bibliotecas, pelos arquivos e pelos museus da Defesa Nacional; e, a cooperação entre as bibliotecas integrantes existe, sendo uma evolução considerável face aos resultados apresentados por Pinto (2005) relativamente a este ponto.

Dos objectivos específicos conclui-se o seguinte: a RBDN caracteriza-se como uma rede de bibliotecas militares e de Defesa com o objectivo de tratar e disponibilizar a informação dos sistemas biblioteconómicos integrantes de forma uniforme e cooperante através da utilização de uma plataforma informática comum de gestão de bibliotecas – o SIGB *Horizon*, difusão da informação num catálogo colectivo, com procedimentos regulamentares definidos, estabelecidos e aceites, e as suas bibliotecas integrantes

caracterizam-se como bibliotecas tipologicamente diversas (bibliotecas de ensino superior, especializadas, escolares, de saúde e outras); o modelo de gestão e governação da RBDN assenta na manutenção e respeito pela autonomia das bibliotecas integrantes face à sua dependência institucional, hierárquica e funcional, ressaltando-se os deveres de participação e cooperação na rede, conforme estabelecido no seu instrumento regulamentar; os processos de tratamento e gestão documental da rede têm como princípios orientadores a uniformização e optimização dos mesmos, revelando um carácter cooperativo da integração em rede das próprias bibliotecas, verificando-se uma necessidade de reforço de mecanismos de controlo e normativos técnicos que permitam melhorar o desempenho e aumentar o nível de integração; a difusão da informação centra-se no catálogo colectivo da RBDN, assente no SIGB *Horizon*; e, relativamente à cooperação entre as bibliotecas integrantes, infere-se que existe uma aproximação entre os sistemas, nomeadamente através da integração, partilha de conhecimentos e inter-ajuda entre os profissionais da informação, utilização comum do SIGB e acesso ao catálogo colectivo, e desenvolvimento do empréstimo interbibliotecário.

Considerando que uma investigação em ciências sociais deve conter hipóteses, para que o investigador consiga relacionar fenómenos (Quivy & Campenhoudt, 2008), formulou-se a seguinte hipótese: tendo como referência o estudo de Pinto (2005), no qual a autora concluiu que as bibliotecas militares portuguesas estavam numa situação de pleno isolamento, estabelecidas num paradigma de coexistência e não de cooperação, com a criação e desenvolvimento da RBDN este mesmo paradigma tenha sido alterado da coexistência para a cooperação.

A partir de todo o processo investigativo é possível afirmar que a hipótese se confirma e, actualmente, verifica-se que a constituição da RBDN permitiu às bibliotecas militares e de Defesa saírem do isolamento e passarem do paradigma de mera coexistência para um paradigma de cooperação.

Concluindo com uma afirmação de Castells, “uma estrutura social, com base em redes, é um sistema altamente dinâmico, aberto, susceptível de inovação e ameaças ao seu equilíbrio” (2002, p. 607), percebe-se claramente que as sociedades actuais, pautadas pelo fenómeno da informação e das ligações em rede (desenvolvidas através do progresso tecnológico), necessitam dessas mesmas redes para alcançar novos progressos.

As redes são pontos ligados, maioritariamente com um objectivo estabelecido, ou conjunto de objectivos comuns, que permitem a cooperação (a nível imaterial, material e estratégico), optimizam procedimentos e recursos, e permitem um maior alcance no cumprimento dos objectivos pressupostos.

As redes de bibliotecas são a replicação do modelo de ligação em rede em sistemas biblioteconómicos. As redes de bibliotecas militares e de Defesa, como o caso da RBDN, são exemplos de formalização de ligações em rede de sistemas biblioteconómicos dispersos mas com um enquadramento base militar e de Defesa.

Assim, com a apresentação resumida de todos os pontos relevantes deste estudo, conclui-se que no âmbito de uma sociedade da informação, que pressupõe o estabelecimento de ligações em rede, e da qual não está excluída a comunidade militar e de Defesa, a criação e formação da RBDN é uma ruptura com o passado, marcado pelo isolamento e distanciamento face à sociedade no geral, à comunidade militar e de Defesa e às comunidades que estão ao seu alcance.

A constituição da RBDN permitiu, primeiramente, a aproximação entre sistemas, e posteriormente, a integração das bibliotecas militares e de Defesa, tanto ao nível dos diferentes ramos que compõem as Forças Armadas portuguesas (Exército, Marinha e Força Aérea), como ao nível de organismos e instituições civis que estão englobadas na Defesa Nacional de Portugal, sob a alçada do MDN (SGDMN, IDN e Liga dos Combatentes, por exemplo). Esta alteração a nível da comunidade militar e de Defesa permitiu uma maior abertura (desejada e manifestada por muitos, conforme se verifica nos resultados apresentados) com as comunidades externas e a sociedade no seu geral.

Na sociedade da informação, o elemento crucial é a informação, a qual aumentou de forma drástica e a sua disseminação demora menos tempo do que anteriormente (Le Coadic, 1996). A integração em rede das bibliotecas militares e de Defesa permite um maior controlo e conhecimento sobre o volume informacional existente e produzido pela comunidade militar e de Defesa, e essa característica de ligação em rede é crucial a nível interno (necessidades institucionais) e a nível externo (necessidades da sociedade de informação).



No entanto, torna-se importante elucidar alguns pontos, como recomendações para o desenvolvimento da RBDN, ao nível do seu modelo de gestão e governação, processo de tratamento e gestão documental, recursos humanos e cooperação. Parte destas recomendações também são notadas no inquérito por entrevista realizado.

O modelo de gestão e governação assente na autonomia e sem uma equipa formalmente constituída com a responsabilidade de gestão e governação necessita de ser reformulado ou ajustado à realidade de crescimento da própria rede, através de um processo que contemple a participação de todas as bibliotecas integrantes e sejam consideradas as suas posições e ideias. Recomenda-se, no sentido de melhorar a gestão e governação da rede, a criação de um mecanismo que permita recolher o máximo de dados de ordem estatística regularmente (à semelhança do que é aplicado na RBD em Espanha), relativamente às bibliotecas integrantes e à RBDN.

O processo de tratamento e gestão documental precisa de ser reforçado com a elaboração de manuais e normas técnicas de apoio, com um envolvimento técnico que permita a uniformização, optimização e normalização efectiva deste processo, considerando a participação das bibliotecas integrantes e uma análise dos processos autónomos existentes nestes sistemas. É, igualmente, recomendado, a criação de um mecanismo que permita a correcção orientada dos registos bibliográficos, revelando-se um dos principais problemas no SIGB e no catálogo colectivo.

Ao nível dos recursos humanos deve ser mencionada a aposta, já existente, na promoção de acções de formação disponibilizadas pela RBDN aos elementos das equipas das bibliotecas integrantes. As ofertas formativas são cruciais à melhoria de desempenho dos profissionais da informação, das bibliotecas integrantes e da RBDN como um todo. Apesar da melhoria no nível de formação BAD dos recursos humanos face ao estudo de Pinto (2005), este âmbito deve ser reforçado com mais formação.

Em termos de cooperação, devem ser consideradas as seguintes recomendações: implementar uma política de aquisição documental que permita às bibliotecas integrantes evoluir de um panorama de prática dependência de ofertas e doações para a integração de compras, permutas e assinatura de bases de dados e revistas em linha de forma cooperativa, permitindo reduzir a duplicação de títulos disponibilizados e aumentar o

nível de especialidade das bibliotecas, reduzir os custos das aquisições e aumentar o acesso a um maior volume de informação a todas as bibliotecas; criar e implementar mecanismos facilitadores da aplicação do empréstimo interbibliotecário em coordenação com os serviços de transporte e logística de cada instituição, e o alargamento do empréstimo interbibliotecário às bibliotecas que não dispõem do serviço, elucidando para os seus benefícios enquanto membros de uma rede de bibliotecas; criar canais de comunicação directos e exclusivos da RBDN, reforçando o apoio entre profissionais da informação e aproximando a equipa responsável das equipas integrantes; desenvolver acções que permitam reforçar a ideia e o conceito de integração em rede e trabalho cooperativo junto das bibliotecas integrantes, revelando os seus benefícios e vantagens; alargar ou definir novos objectivos da RBDN que permitam traçar a médio e longo prazo o desenvolvimento da rede.

Como proposta de investigação futura, propõe-se o desenvolvimento de um estudo sobre a própria RBDN, mais aprofundado ou com outros objectivos delineados, com uma vertente estritamente comparativa face aos casos das redes de bibliotecas militares e de Defesa existentes em Espanha (RBD) e no Brasil (Rede BIA, BIE, BIM e REBIMD), abordadas introdutoriamente neste estudo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- American Library Association (1993). *World Encyclopedia of Library and Information Services* (3.<sup>a</sup> ed.). Chicago: ALA.
- Barradas, J. S., & Regino, M. A. (2011). Integração das Bibliotecas Militares do Ministério da Defesa (MD). In *XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 07-10 Agosto 2011*. Disponível em: [http://www.defesa.gov.br/arquivos/\\_biblioteca/periodicos/artigos/artigo\\_cbbd.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/_biblioteca/periodicos/artigos/artigo_cbbd.pdf)
- Becedas González, M. (2012). La red de bibliotecas universitárias (REBIUN): patrimônio bibliográfico. In *Actas de las IV Jornadas de Bibliotecas de Defensa*, Madrid, (pp. 90-113). Madrid: Ministerio de Defensa.
- Bell, J. (2010). *Como realizar um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação* (5.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Gradiva.
- Borbinha, J. (2004). Redes de colaboração: alguns elementos para análise e reflexão. *Cadernos BAD*, 1, 73-83. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/839>
- Brito, J. H. S. (2001). *Introdução à metodologia do trabalho científico*. Braga: Universidade Católica Portuguesa.
- Calamote, A. S. (1988, Novembro/Dezembro). Bibliotecas militares: breve reflexão. *Revista militar*, 40(11/12), 757-786.
- Cardoso, G. (2006). Sociedades em transição para a Sociedade em Rede. In M. Castells & G. Cardoso (Orgs.), *A Sociedade em Rede: do conhecimento à acção política* (Cap. 1, pp. 31-61). Disponível em: <http://eco.imooc.uab.pt/elgg/file/download/51670>
- Carvalho, F. S. G., Pereira, M. H., Menezes, L. T., Queiroz, C. F., & Tamashiro, M. N. S. (2013). Rede de Bibliotecas Integradas do Exército (Rede BIE): relato de experiência. In *XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 7-10 Julho 2013*. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1356/1357>
- Carvalho, M. C. R. (2016). Redes de bibliotecas: considerações para o desenvolvimento. In A. C. M. L. Ribeiro, & P. C. Gonçalves (Orgs.), *Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas* (Cap. 7, pp. 177-196). Brasília: Ipea.
- Castells, M. (2002). *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura* (Vol. 1). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2006). A Sociedade em Rede: do conhecimento à política. In M. Castells & G. Cardoso (Orgs.), *A Sociedade em Rede: do conhecimento à acção política* (cap. 1, pp. 31-61). Disponível em: <http://eco.imooc.uab.pt/elgg/file/download/51670>

- Coutinho, I. (2008). Cuál es el futuro de las Bibliotecas Militares en Portugal?. In *Actas de las II Jornadas de Bibliotecas de Defensa*, Madrid, (pp. 129-132). Madrid: Ministerio de Defensa.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3.ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Davis, D. M. (2008). *Library Networks, Cooperatives, and Consortia: A Definitional Study and Survey*. Disponível em: [http://www.ala.org/tools/sites/ala.org.tools/files/content/librariystats/cooperatives/lncc/LNCC\\_overview\\_Anahei.pdf](http://www.ala.org/tools/sites/ala.org.tools/files/content/librariystats/cooperatives/lncc/LNCC_overview_Anahei.pdf)
- Direcção de Serviços do Centro de Dados da Defesa (2015). *Rede de Bibliotecas da Defesa: Service Desk da Defesa – Manual do Utilizador*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Escapa Castro, L. (2008). Apoyo tecnológico para el desarrollo de la RBD. Apoyo tecnológico al desarrollo de las bases de datos de la RBD. In *Actas de las II Jornadas de Bibliotecas de Defensa*, Madrid, (pp. 231-248). Madrid: Ministerio de Defensa.
- Figueiredo, F. E. (2004). Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: actualizar para responder a novos desafios. *Cadernos BAD*, 1, 60-72. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/838>
- Fortin, M.-F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Francisco, R. da P. (2011). *Gestão de redes de colaboração: conceitos e aplicações*. Goiânia: FACUNICAMPS. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/268178595\\_GESTAO\\_DE\\_REDES\\_DE\\_COLABORACAO\\_CONCEITOS\\_E\\_APLICACOES](https://www.researchgate.net/publication/268178595_GESTAO_DE_REDES_DE_COLABORACAO_CONCEITOS_E_APLICACOES)
- Freixo, M. J. V. (2012). *Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas* (4.ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Gabinete da Secretária de Estado da Modernização Administrativa (2008). *Simplex'08: Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em: <http://historico.simplex.gov.pt/downloads/2008ProgramaSimplex.pdf>
- García Moreno, M. (2007). Objetivos, planteamientos organizativos y retos de la Unidad de Coordinación Bibliotecaria (UCB). In *Actas de las I Jornadas de Bibliotecas de Defensa*, Madrid, (pp. 13-22). Madrid: Ministerio de Defensa.
- García Moreno, M. (2008). Realidades y proyectos de la Red de Bibliotecas de Defensa (RBD). In *Actas de las II Jornadas de Bibliotecas de Defensa*, Madrid, (pp. 21-44). Madrid: Ministerio de Defensa.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2016). *Investigação por questionário* (2.ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

- Huot, R. (2002). *Métodos quantitativos para as Ciências Humanas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- International Federation of Library Associations (2019). *Library map of the world: glossary: library types*. Disponível em: <https://librarymap.ifla.org/data-glossary/library>
- Izquierdo Alberca, M. J. (2008). Reglamento de Bibliotecas de Defensa. *Correo Bibliotecario*, 101, 34. Disponível em: <http://www.mcu.es/correobibliotecario/index.php/cb/article/view/394/370>
- Izquierdo Alberca, M. J. (2010). Red de Bibliotecas de Defensa. *El Profesional de la Información*, 19(5), 510-513. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/EPI/article/view/epi.2010.sep.10/21266>
- Kohutiak, B. I. (2009). La Biblioteca del US Army War College. In *Actas de las III Jornadas de Bibliotecas de Defensa*, Madrid, (pp. 147-150). Madrid: Ministerio de Defensa.
- Le Coadic, Y. F. (1996). *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros.
- Leitão, P. J., & Calixto, J. A. (2012). O Catálogo 2.0 e os catálogos das bibliotecas públicas em Portugal. In *Integração, Acesso e Valor Social: actas do 11º Congresso Nacional da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, Lisboa, 18-20 Out. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/322/pdf>
- Lopes, R. C. A. A. (2017). *Un Bibliotecario ilustrado en el Ejército Português: el P. Ernesto Augusto Pereira de Sales, (1864-1946)* (Tese de doutoramento) Universidad Complutense de Madrid, Madrid, Espanha. Disponível em: <http://eprints.ucm.es/42022/1/T38613.pdf>
- Magariños Compaired, A. (2007). Programas específicos para fondos especiales: libros antiguos, cartografía histórica, fotografía, música, cinematografía. In *Actas de las I Jornadas de Bibliotecas de Defensa*, Madrid, (pp. 85-90). Madrid: Ministerio de Defensa.
- Magariños Compaired, A. (2008). La RBD y el Sistema Español de Bibliotecas. In *Actas de las II Jornadas de Bibliotecas de Defensa*, Madrid, (pp. 249-256). Madrid: Ministerio de Defensa.
- Magariños Compaired, A. (2009, Julho/Agosto). Libros y bibliotecas: el Ministerio de Defensa se prepara para la era digital. *Revista Española de Defensa*, 22(254), 86-93.
- Martín-Montalvo, I. (2012). La red de bibliotecas del Instituto Cervantes: dispersión de sedes. In *Actas de las IV Jornadas de Bibliotecas de Defensa*, Madrid, (pp. 46-69). Madrid: Ministerio de Defensa.

- Martínez, E. P. (2010, Outubro). Bibliotecas de Defesa: las IV Jornadas reúnen a 200 profesionales del sector. *Revista Española de Defensa*, 23(267), 64-65.
- Ministério da Defesa Nacional [MDN] (2016a). *Manual de procedimentos: Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional*. Lisboa: MDN.
- Ministério da Defesa Nacional (2016b). *Instrução técnica: Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional*. Lisboa: MDN.
- Ministério da Defesa Nacional (2019). *Fontes de dados*. Disponível em: <https://portalmemoria.defesa.gov.pt/directory>
- Moreira, I. S. (2014). *Formação e desenvolvimento de rede de bibliotecas: estudo de caso aplicado à Força Aérea Brasileira* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgb/arquivo/Isabelle%20Moreira.pdf>
- Moreira, P. (2009, Junho). A Biblioteca do Exército. *Jornal do Exército*, 585, 31-36.
- Online Dictionary for Library and Information Science (2018). *Network*. Disponível em: [https://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis\\_n.aspx](https://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_n.aspx)
- Orol, C. V., Melero, L. A. G., & Guitian, C. G. (1988). Ponência: Redes de Bibliotecas. *Boletín de la ANABAD*, 38(1/2), 215-242.
- Pinto, I. M. S. (2005). *As Bibliotecas Militares em Portugal: da coexistência à cooperação* (Dissertação de mestrado). Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- Pinto, I. M. S., & Correia, Z. P. (2007, Abril). Bibliotecas Militares Portuguesas: um recurso negligenciado. *Revista Militar*, 2463, 487-499. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/198>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais* (5.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Gradiva.
- Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional [RBDN] (2019a). *Entrada*. Disponível em: <http://bibliotecas.defesa.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=>
- Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional (2019b). *Ficha técnica*. Disponível em: <http://bibliotecas.defesa.pt/hipres/idn/fichatecnica.html>
- Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional (2019c). *Biblioteca Digital do Exército*. Disponível em: <http://bibliotecas.defesa.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bde>
- Ruas, J. (2017). *Como fazer propostas de investigação, monografias, dissertações e teses*. Maputo: Escolar Editora.
- Silva, C. G. (no prelo). Investigação documental. In P. S Gonçalves, & C. Marques (Eds.), *Manual de Investigação Qualitativa*. Lisboa: Escolar Editora.
- Silva, F. & Santos, H. (2018, Novembro/Dezembro). Portal Instituições de Memória da Defesa Nacional. *Jornal do Exército*, 684, 42-45.

- Silva, M. J. F. (2015, Junho/Julho). A Biblioteca Digital do Exército Português. *Revista Militar*, 2561/2562, 493-508. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1028>
- Soares, A. R. (2003, Julho). A Biblioteca do Exército. *Jornal do Exército*, 520, 54-57.
- Stake, R. E. (2016). *A arte da investigação com estudos de caso* (4.<sup>a</sup> ed.). Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Torra Pérez, F. (2008). Bibliotecas de Defensa com fondos históricos: panorama actual y retos de futuro. In *Actas de las II Jornadas de Bibliotecas de Defensa*, Madrid, (pp. 185-204). Madrid: Ministerio de Defensa.
- Viçosi, A. F. de A. (2017). *Formação e desenvolvimento de rede de bibliotecas: estudo de caso na Rede de Bibliotecas Integradas do Exército* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/17489>
- Wikipedia (2019). *Google Forms*. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Google\\_Forms#cite\\_ref-3](https://en.wikipedia.org/wiki/Google_Forms#cite_ref-3)
- Yin, R. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (2.<sup>a</sup> ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Yribarren Muñoz, M. (2015). Las bibliotecas del Ministerio de Defensa. España. *Ver. Fuent. Cong.*, 9(39), 25-33. Disponível em: [http://www.revistasbolivianas.org.bo/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1997-44852015000400006&lng=es&nrm=iso](http://www.revistasbolivianas.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1997-44852015000400006&lng=es&nrm=iso)

## BIBLIOGRAFIA

- Albarelo, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, P. (2011). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais* (3.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Gradiva.
- Almeida, A., Lopes, E. S. S., Camilo, J. T. S., & Choi, V. M. P. (Orgs.) (2016). *Manual APA: regras gerais de estilo e formatação de trabalhos académicos*. São Paulo: FECAP. Disponível em: [http://www.conpdl.com.br/wp-content/uploads/2017/03/Manual-APA\\_-regras-gerais-de-estilo-e-formata%C3%A7%C3%A3o-de-trabalhos-acad%C3%AAmicos.pdf](http://www.conpdl.com.br/wp-content/uploads/2017/03/Manual-APA_-regras-gerais-de-estilo-e-formata%C3%A7%C3%A3o-de-trabalhos-acad%C3%AAmicos.pdf)
- Azevedo, C. A. M., & Azevedo, A. G. (2006). *Metodologia científica: contributos práticos para a elaboração de trabalhos académicos* (8.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Azevedo, M. (2009). *Teses, relatórios e trabalhos escolares: sugestões para estruturação da escrita* (7.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Calamote, A. da S. (1991, Março/Abril). A formação profissional e as bibliotecas militares. *Baluartes: revista das Forças Armadas portuguesas*, 2, 28-33.
- Coutinho, C. P. (2016). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática* (2.<sup>a</sup> ed.). Coimbra: Almedina.
- Datin, A. (1997, Março). Timeo hominem unius libri: les bibliothèques militaires. *Armées d'aujourd'hui*, 218, 70-73.
- Dias, M. O. (1999). *Métodos e técnicas de estudo e elaboração de trabalhos científicos*. Coimbra: Minerva.
- Duarte, A. P., Bittencourt, A. de S., Lima, H. A. R. de, & Brito, S. F. de S. (2015). A tutela do património cultural militar. *Boletim Científico ESMPU*, 44(14), 281-312. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-44-janeiro-junho-2015/a-tutela-do-patrimonio-cultural-militar>
- Eco, U. (2009). *Como se faz uma tese em ciências humanas* (15.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Fernandes, A. J. (2002). *Métodos e regras para elaboração de trabalhos académicos e científicos: curricula vitae, projectos de investigação, relatórios, teses (dissertações) e monografias* (2.<sup>a</sup> ed.). Porto: Porto Editora.
- Finamor, M. da S. (2018). Bibliotecários das forças armadas: perfis e concepções. *Informação@Profissões*, 2(7), 116-137. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/34723/24386>
- Foddy, W. (1996). *Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: Celta Editora.
- Frada, J. J. C. (1995). *Guia prático para elaboração e apresentação de trabalhos científicos* (5.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Edições Cosmos.



- Guerra, I. C. (2000). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção: o planeamento em ciências sociais* (1.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Princípia.
- Haro, F. A. de, Serafim, J., Cobra, J., Faria, L., Roque, M. I., Ramos, M., ... Costa, R. (2016). *Investigação em ciências sociais: guia prático do estudante* (1.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Pactor.
- Lundin, I. B. (2016). *Metodologia de pesquisa em ciências sociais*. Maputo: Escolar.
- Martínez, E. P. (2011, Junho). Los tesoros de las bibliotecas de Defensa. *Revista española de Defensa*, 24(274), 62-64.
- Oliveira, A. C. S. (2010). *Concepção de uma base de dados terminológica para o Ministério da Defesa Nacional: a relação entre a normalização nacional e a normalização OTAN* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/4447>
- Petrucchi, A. (1999). *Escriptura de la memòria i memòries de l'escrit. De l'ordre dels objectes escrits al desordre de l'escriptura virtual*. València: Universitat de València.
- Santos, P. E. (2015). *Introdução à metodologia das ciências sociais: génese, fundamentos e problemas* (2.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Sílabo.
- Silva, A. M. (2015). Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível. *Cadernos BAD*, 1, 103-124. Disponível em: [https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1482/pdf\\_7](https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1482/pdf_7)
- Silva, A. S., & Pinto, J. M. (2009). *Metodologia das Ciências Sociais* (15.<sup>a</sup> ed.). Porto: Afrontamento.

## APÊNDICES

## **APÊNDICE A. Guião do inquérito por entrevista**

### **I. A REDE DE BIBLIOTECAS DA DEFESA NACIONAL**

- 1. Numa restrospectiva da criação da RBDN, que momento ou momentos, na sua percepção, marcaram a RBDN? Justifique, se possível.*
- 2. Quais foram as maiores dificuldades encontradas no processo de formalização da RBDN?*
- 3. O número de bibliotecas que integra a RBDN tem aumentado. Considera este facto positivo ou negativo para o desenvolvimento da rede? Justifique.*
- 4. Em que consiste e como funciona o procedimento para a integração de uma nova biblioteca (quer em termos procedimentais, quer em termos técnicos) na RBDN?*

### **5. Recursos humanos**

- 5.1. Os resultados do diagnóstico efectuado a 17 bibliotecas demonstram que 42,1% dos elementos que constituem as equipas das bibliotecas da RBDN não têm formação BAD. O que pode ser desenvolvido para alterar este facto?*

### **6. Aquisição documental**

- 6.1. Os resultados do diagnóstico efectuado revelam que apenas 3 bibliotecas adoptam a permuta de documentos como forma de aquisição documental, predominando a oferta e doação. Em que moldes a RBDN pode intervir para alterar este paradigma?*
- 6.2. Em termos de assinatura de bases de dados e revistas em linha, verifica-se que o seu procedimento é autónomo e individual em cada biblioteca. Já foi equacionada a negociação e aquisição conjunta que permita servir todas as bibliotecas da RBDN?*

### **7. Empréstimo interbibliotecário**

- 7.1. Relativamente ao empréstimo interbibliotecário, 68,8% das bibliotecas inquiridas afirma que tem esta modalidade de empréstimo e 64,3% das bibliotecas da RBDN é parceira no empréstimo bibliotecário. Considera estes resultados positivos ou negativos? E, de que forma a RBDN pode melhorar estes mesmos resultados?*

### **8. Sistema Integrado de Gestão Bibliográfica (SIGB)**

- 8.1. Os resultados obtidos referentes ao SIGB Horizon revelam um elevado grau de satisfação e concordância com a sua utilização. No entanto, são repetidamente*

*mencionados os problemas existentes com a multiplicidade de registos bibliográficos e de autoridade disponibilizados sem qualidade e que precisam de ser “limpos”. De que forma pode ser melhorado este aspecto?*

## **II. COOPERAÇÃO**

- 1. Ao nível da cooperação, os resultados obtidos identificam que 68,75% das bibliotecas considera que coopera, face a 31,25% que aponta o inverso. As bibliotecas, que cooperam, justificam esta resposta por cinco vias: maior conhecimento dos acervos; maior aproximação entre os profissionais da informação; uniformização e optimização dos procedimentos de tratamento documental com recurso ao SIGB; empréstimo interbibliotecário; maior visibilidade das bibliotecas no panorama da Defesa Nacional e abertura à comunidade. Como são encarados estes resultados na RBDN?*
- 2. Das bibliotecas que não consideram ter passado a cooperar com a integração na RBDN justificam esta resposta por duas vias: a cooperação já existia anteriormente quando existia essa necessidade; e, desde a integração não se verifica maior aproximação entre as bibliotecas integrantes. Dentro da RBDN, como pode ser alterado este resultado?*
- 3. Segundo o «Manual de Procedimentos da Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional», o principal objectivo da rede é identificar, descrever, organizar, divulgar e facilitar o acesso ao catálogo bibliográfico colectivo das bibliotecas da Defesa Nacional, assente numa plataforma informática comum. Considera que a actuação da RBDN pode ser resumida ao objectivo de um SIGB e um catálogo colectivo online? Justifique.*
- 4. Em que outras áreas da biblioteconomia devem ser considerados e reforçados pontos de cooperação para as bibliotecas integrantes da RBDN?*

## **III. GESTÃO E GOVERNAÇÃO**

- 1. Segundo o «Manual de Procedimentos da Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional», a rede caracteriza-se por um elevado grau de autonomia das bibliotecas integrantes. Este facto beneficia ou prejudica a RBDN? Justifique.*
- 2. O instrumento normativo da rede foi aprovado em 2016, mas aparenta estar descontextualizado em 2019, identificando-se instituições que já não integram a rede e outras que integraram posteriormente e não são contempladas. Esta descontextualização face à realidade actual tem implicações na gestão e governação da RBDN? Justifique.*
- 3. Os resultados obtidos revelam a necessidade de constituição de uma equipa formal de gestão e governação da RBDN com definição do respectivo modelo e alteração dos*

*objectivos comuns, considerando-se limitados na sua abrangência. De que forma podem ser alterados estes parâmetros?*

#### **IV. “AS BIBLIOTECAS MILITARES PORTUGUESAS: DA COEXISTÊNCIA À COOPERAÇÃO”: BREVE REFLEXÃO 14 ANOS DEPOIS**

- 1. No estudo apresentado em 2005, a Dr.ª Ilda Pinto apresenta um modelo de cooperação e um conjunto de recomendações para alterar o paradigma das bibliotecas militares portuguesas. O modelo apresentado ou algumas das recomendações foram implementadas? Se sim, em que moldes?*
- 2. Tendo em consideração os resultados obtidos e as conclusões retiradas do seu estudo e a realidade actual, considera que essas conclusões mantêm-se ou sofreram alterações? Justifique.*

#### **V. PERSPECTIVAS DE FUTURO**

- 1. A médio e longo prazo, quais são as acções com carácter prioritário que devem ser tomadas para impulsionar o desenvolvimento da RBDN, quer em termos genéricos como específicos?*
- 2. Em 2018, a RBDN foi integrada no projecto das Instituições de Memória da Defesa Nacional, em conjunto com os arquivos e museus no domínio da Defesa Nacional. Esta integração acarreta novos desafios para a RBDN? Se sim, quais? E, em que moldes?*

#### **VI. COMENTÁRIO FINAL**

*Comente ou saliente alguns aspectos que considere relevantes ou pertinentes para o estudo e que não tenham sido abordados.*

## APÊNDICE B. Transcrição do inquérito por entrevista

<b>Entrevistador:</b> João Horta	<b>Entrevistada:</b> Ilda Pinto (IP)
<b>Data:</b> 14 de Agosto de 2019	<b>Hora:</b> 16H30
	<b>Duração:</b> 1H15

### I. A REDE DE BIBLIOTECAS DA DEFESA NACIONAL

1. *Numa restrospectiva da criação da RBDN, que momento ou momentos, na sua percepção, marcaram a RBDN? Justifique, se possível.*

**IP:** Existem alguns momentos que marcaram a criação da RBDN. A génese da rede tem como base a dissertação de mestrado apresentada em 2005 e a vontade, inabalável, de dar visibilidade às bibliotecas da Defesa Nacional, porque a biblioteca do IDN era a única biblioteca com presença na Internet, e as restantes não estavam, existia dificuldade em aceder aos seus catálogos ou apenas comunicavam a nível interno. A dissertação de mestrado permitiu ter múltiplos contactos com realidades documentais distintas que se constituíram como uma tomada de consciência da situação de indiferença, em alguns casos, mesmo abandono, em que se encontravam muitas bibliotecas. Havia também uma espécie de resignação instalada. Dar visibilidade a estes serviços tornou-se imperativo. A biblioteca do IDN, dotada de um SIGB e com catálogo *online*, possuía um sistema robusto com capacidade para suportar e apoiar o desenvolvimento de um SIGB junto de cada biblioteca participante bem como de gerir um catálogo colectivo, promovendo a cooperação e a partilha de recursos. A ideia era muito simples mas a sua implementação era complexa tendo em consideração a estrutura militar, fortemente hierarquizada e diferenciada entre si considerando cada um dos Ramos. Não era bem visto que a ideia de desenvolvimento de uma rede partisse de uma instituição civil, não integrada nos ramos militares, como o IDN. Se esta ideia viesse de cima [do Ministério da Defesa Nacional], a sua implementação teria mais possibilidades de se efectuar. Inicialmente, a estratégia utilizada foi identificar o interesse e as sensibilidades pela constituição da rede ao nível dos profissionais da informação das bibliotecas, mas as características da estrutura militar levaram a que se avançasse pela opção da ideia vir directamente do MDN. O primeiro passo consistiu em reunir com a Dra. Isabel Coutinho, da biblioteca da SGMDN e constituir uma parceria entre o IDN e a SGMDN. Em 2007, reuniram-se no IDN as bibliotecas da Defesa Nacional mais significativas na época (IDN, SGMDN, Exército, Central de Marinha, Academia da Força Aérea, Escola Naval, Academia Militar e o Instituto de Estudos Superiores Militares, actual Instituto Universitário Militar - IUM), e apresentou-se o projecto denominado: Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas. Ficou decidido entre os representantes das bibliotecas a apresentação do projecto junto dos

respectivos superiores para que as bibliotecas levassem às suas instituições o projecto e depois reencaminhassem o aval para a SGMDN. Em simultâneo a Dra. Isabel Coutinho e eu própria diligenciariámos no sentido de sensibilizar a SGMDN por forma a que este projecto viesse a obter o aval da tutela. Prevendo-se um processo com alguma morosidade foi também decidido avançar para um trabalho preparatório de migrações, recolhendo os dados referentes às linguagens de indexação utilizadas nas bibliotecas, analisando-os e uniformizando-os. Entre 2007 e 2014, verificaram-se dois momentos importantes, diluídos no tempo mas muito relevantes: em 2013, há o pedido de integração do IUM no SIGB e catálogo do IDN, com as respectivas migrações dos registos bibliográficos; nesse mesmo ano, a Academia da Força Aérea (biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas) também efectua um pedido de integração mas por vicissitudes várias só entrou na RBDN em 2015. Posteriormente, em 2015, o IUM abandona o projecto por desejar ter total controlo sobre o seu sistema e não desejar estar integrado. Actualmente, o IUM é a única instituição de ensino superior militar fora da RBDN. Em 2008, o projecto esteve inscrito no SIMPLEX, mas superiormente não existiu qualquer orientação no sentido da sua concretização. Em 2014, agregaram-se um conjunto de vontades, acompanhadas por políticas públicas, a partir do MDN, de partilha de recursos em todas as áreas da Defesa Nacional, onde se incluíam as bibliotecas. A SGMDN nomeou um gestor de projecto, o Brigadeiro-general João Augusto Duarte Mata, que deu forma e alavancou o projecto. Reuniram-se novamente as bibliotecas militares, em maior número do que em 2007, e é reconhecido como o ponto de viragem do projecto de constituição de uma rede de bibliotecas. De 2014 a 2015, desenvolveu-se e intensificou-se o trabalho de preparação de migrações de dados e instalou-se o SIGB nas bibliotecas integrantes. Em Março 2015, iniciam-se as migrações e formaliza-se a RBDN. Pouco tempo depois, passou a estar disponível o acesso ao catálogo colectivo da rede.

**2. *Quais foram as maiores dificuldades encontradas no processo de formalização da RBDN?***

**IP:** Durante o período temporal de 2007 a 2015 sempre se verificaram iniciativas mas não existia um grande desenvolvimento. A maior dificuldade estava na apresentação e divulgação da ideia de uma rede de bibliotecas junto da estrutura militar e uma ausência de sensibilidade das estruturas para os benefícios que uma rede podia acarretar para as suas próprias bibliotecas.

**3. *O número de bibliotecas que integra a RBDN tem aumentado. Considera este facto positivo ou negativo para o desenvolvimento da rede? Justifique.***

**IP:** Até ao momento é muito positivo, não existindo pontos negativos. O ponto menos positivo relaciona-se com os resultados obtidos nas migrações posteriores a 2015, no ano de 2017, criando um maior “ruído” no SIGB e no catálogo colectivo, o que obriga a um reforço do trabalho de “limpeza” da base de dados.

**4. *Em que consiste e como funciona o procedimento para a integração de uma nova biblioteca (quer em termos procedimentais, quer em termos técnicos) na RBDN?***

**IP:** A integração das bibliotecas tem sido realizada através do desenvolvimento de projectos. Existiu o projecto inicial, onde se integraram algumas bibliotecas. Em 2017, integraram-se novas bibliotecas ao abrigo do Projecto das Instituições de Memória da Defesa Nacional. Actualmente, está a ser preparada a integração de duas novas bibliotecas. O processo iniciou-se junto do ramo militar que integram – Exército, com o pedido dessas mesmas bibliotecas à Biblioteca do Exército. Por sua vez, a Biblioteca do Exército contactou a SGMDN a solicitar o apoio na integração das novas bibliotecas. Ou seja, estas bibliotecas fizeram chegar o seu interesse junto da SGMDN e a partir daí desenvolveu-se o processo. Relativamente a requisitos de integração, estes ainda não estão definidos.

**5. Recursos humanos**

**5.1. *Os resultados do diagnóstico efectuado a 17 bibliotecas demonstram que 42,1% dos elementos que constituem as equipas das bibliotecas da RBDN não têm formação BAD. O que pode ser desenvolvido para alterar este facto?***

**IP:** Considero os resultados apresentados muito positivos, comparativamente com a realidade identificada em 2005. Notando que não é uma percentagem excelente, é claramente um avanço no panorama das bibliotecas militares e da Defesa Nacional. A RBDN tem desenvolvido esforços ao nível da formação, com acções de formação, interna (em sala de formação e local) e com a *Wecul* (empresa responsável pelo SIGB), ao longo do tempo, não tantas como são necessárias, mas a equipa tem um reduzido número de recursos humanos disponíveis para dar formação. São realizadas visitas às bibliotecas para identificar as dificuldades no local e personalizar a formação. Uma ideia a desenvolver é a criação de uma maior relação com a APBAD, para obter mais apoio ao nível de formação. No entanto, existe um problema ao nível dos recursos humanos nas bibliotecas militares, pela elevada rotatividade dos elementos militares entre serviços, sem formação BAD, ou que terminam regularmente a sua situação contratual com as Forças Armadas. A continuidade do trabalho não é muitas vezes assegurada.

**6. Aquisição documental**

**6.1. *Os resultados do diagnóstico efectuado revelam que apenas 3 bibliotecas adoptam a permuta de documentos como forma de aquisição documental, predominando a oferta e doação. Em que moldes a RBDN pode intervir para alterar este paradigma?***

**IP:** A RBDN necessita de adoptar e fomentar uma política de aquisição documental, tentando congregar as políticas de aquisição documental em termos individuais, ou seja,



uma política racional de aquisições. É igualmente importante diversificar e especializar os acervos, moderando a duplicação de títulos disponibilizados em todas as bibliotecas.

**6.2.** *Em termos de assinatura de bases de dados e revistas em linha, verifica-se que o seu procedimento é autónomo e individual em cada biblioteca. Já foi equacionada a negociação e aquisição conjunta que permita servir todas as bibliotecas da RBDN?*

**IP:** Esta questão já foi abordada várias vezes junto da SGMDN e na presença de representantes das bibliotecas integrantes. A SGMDN não está interessada em ter o encargo, bem como outras bibliotecas da RBDN. As bibliotecas de ensino e de saúde têm todo o interesse. Até 2019, existiu um consórcio, promovido pela biblioteca do IDN, de 5 bibliotecas (IDN, Escola Naval, Academia da Força Aérea, Academia Militar e o IUM) com acesso a 3 bases de dados a custos partilhados. O IUM avançou para a assinatura da *B-on*, e as restantes bibliotecas de ensino superior militar passaram a ter acesso aos respectivos conteúdos, excluindo o IDN, determinando o fim do consórcio. Junto da empresa fornecedora foi possível manter o acesso para o IDN até Maio de 2020, altura em que a situação será reavaliada. A biblioteca do HFAR – Pólo do Porto também assina bases de dados na área da saúde de forma independente. Nos próximos tempos serão desenvolvidos esforços de forma a mudar esta situação. Uma das possibilidades seria insistir na apresentação do projecto a partir do MDN às bibliotecas integrantes. O consórcio seria proposto a toda a RBDN.

## **7. Empréstimo interbibliotecário**

**7.1.** *Relativamente ao empréstimo interbibliotecário, 68,8% das bibliotecas inquiridas afirma que tem esta modalidade de empréstimo e 64,3% das bibliotecas da RBDN é parceira no empréstimo bibliotecário. Considera estes resultados positivos ou negativos? E, de que forma a RBDN pode melhorar estes mesmos resultados?*

**IP:** Estes resultados são positivos e certamente que são melhores do que anteriormente à RBDN. O facto de existir maior proximidade entre os profissionais torna o contacto mais fácil e a existência de um catálogo colectivo, no qual é possível verificar que outra biblioteca da rede tem o documento que precisam também torna o empréstimo mais fácil. As dificuldades prendem-se com os custos de transporte, pois as contingências financeiras determinam alguma “engenharia logística” para conseguir fazer chegar os documentos requisitados às outras bibliotecas. Uma solução existente a nível interno, muitas vezes aplicada, consiste na digitalização de um capítulo ou um artigo, sendo posteriormente enviado o respectivo ficheiro para a biblioteca da RBDN que o solicitou.

## **8. Sistema Integrado de Gestão Bibliográfica (SIGB)**

**8.1.** *Os resultados obtidos referentes ao SIGB Horizon revelam um elevado grau de satisfação e concordância com a sua utilização. No entanto, são repetidamente*

*mencionados os problemas existentes com a multiplicidade de registos bibliográficos e de autoridade disponibilizados sem qualidade e que precisam de ser “limpos”. De que forma pode ser melhorado este aspecto?*

**IP:** Acaba por ser uma situação paradoxal porque demonstra natural desgosto face a esta situação, mas, muitas vezes, as próprias bibliotecas têm registos duplicados ou com erros. É uma crítica mas as bibliotecas têm de corrigir os seus próprios erros, e a administração da RBDN tem de desenvolver mais instrumentos no sentido de motivar e facilitar a correcção dos mesmos por parte das bibliotecas. Muitos erros advêm das migrações. No entanto, ainda persistem algumas bibliotecas que continuam a criar registos sem considerar os dados já existentes e/ou sem comunicarem as situações em que há que proceder a fusões, levando a novas duplicações. De forma a agilizar este processo, pois é preciso desenvolver a comunicação entre as bibliotecas e o mecanismo existente de *Service Desk* não está a ser utilizado por diversas razões, sendo apontado como pouco amigável para o utilizador. Algumas bibliotecas também indicam que não têm acesso, pelo que está a ser pensado um novo canal de comunicação, como por exemplo um *chat* ou um fórum, com o apoio do Centro de Dados da Defesa. É muito importante criar um canal de comunicação imediata, bidireccional e ágil.

## **II. COOPERAÇÃO**

**1.** *Ao nível da cooperação, os resultados obtidos identificam que 68,75% das bibliotecas considera que coopera, face a 31,25% que aponta o inverso. As bibliotecas, que cooperam, justificam esta resposta por cinco vias: maior conhecimento dos acervos; maior aproximação entre os profissionais da informação; uniformização e optimização dos procedimentos de tratamento documental com recurso ao SIGB; empréstimo interbibliotecário; maior visibilidade das bibliotecas no panorama da Defesa Nacional e abertura à comunidade. Como são encarados estes resultados na RBDN?*

**IP:** Os resultados são encarados com muita naturalidade, já foi realizado muito trabalho, mas há muito para fazer. É necessário saber quais são as razões para as bibliotecas considerarem que não cooperam, mas só o facto de se beneficiar mutuamente do trabalho de catalogação e de indexação já é um ponto base de cooperação.

**2.** *Das bibliotecas que não consideram ter passado a cooperar com a integração na RBDN justificam esta resposta por duas vias: a cooperação já existia anteriormente quando existia essa necessidade; e, desde a integração não se verifica maior aproximação entre as bibliotecas integrantes. Dentro da RBDN, como pode ser alterado este resultado?*

**IP:** Não concordo com a ideia de que não passaram a cooperar, pois a “cooperação” quando se verificava era pontual e residual. O facto de determinada biblioteca beneficiar

em linha da catalogação que já foi feita é cooperação. As formações, por sua vez, também propiciam a cooperação entre as pessoas que desenvolvem trabalho nas bibliotecas da rede. É assim que se desenvolvem contactos e trocas de experiências provenientes de realidades diversas das bibliotecas integrantes. Essa opinião talvez se deva a alguma falta de sensibilidade para o trabalho em rede e as administrações, biblioteconómica e informática, têm também aí trabalho para desenvolver.

**3.** *Segundo o «Manual de Procedimentos da Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional», o principal objectivo da rede é identificar, descrever, organizar, divulgar e facilitar o acesso ao catálogo bibliográfico colectivo das bibliotecas da Defesa Nacional, assente numa plataforma informática comum. Considera que a actuação da RBDN pode ser resumida ao objectivo de um SIGB e um catálogo colectivo online? Justifique.*

**IP:** Na época da criação da RBDN era a prioridade pois não existia nada, era o primeiro passo. Podemos pensar que nesta altura, ou actualmente, não se esgota nesse foco, há ainda uma imensidade de trabalho na área da normalização que absorve muito tempo à equipa, e que torna difícil disponibilizar tempo para pensar em outras actividades. No entanto, todas as propostas são bem aceites e estamos abertos a sugestões para melhorar. Realmente, a equipa é reduzida e, na minha opinião, devíamos pensar reforçar uma equipa dedicada só à rede.

**4.** *Em que outras áreas da biblioteconomia devem ser considerados e reforçados pontos de cooperação para as bibliotecas integrantes da RBDN?*

**IP:** Deve ser reforçada a formação, a divulgação através de actividades que promovam mais os conteúdos da RBDN, nomeadamente, o estabelecimento de pontos de contacto com outras redes de bibliotecas na área da Defesa & Segurança, bem como no domínio da Defesa Internacional.

### **III. GESTÃO E GOVERNAÇÃO**

**1.** *Segundo o «Manual de Procedimentos da Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional», a rede caracteriza-se por um elevado grau de autonomia das bibliotecas integrantes. Este facto beneficia ou prejudica a RBDN? Justifique.*

**IP:** Beneficia por um lado e prejudica por outro. Beneficia porque a autonomia permite que o trabalho das bibliotecas não dependa de algum procedimento da administração central para prosseguir, em condições normais a criação de registos bibliográficos e de autoridade, pessoa-física ou colectiva, é sempre assegurada em contínuo. Prejudica porque, em alguns casos, o tratamento documental apresenta erros/duplicações e obriga a equipa da administração central a intervir.

2. *O instrumento normativo da rede foi aprovado em 2016, mas aparenta estar descontextualizado em 2019, identificando-se instituições que já não integram a rede e outras que integraram posteriormente e não são contempladas. Esta descontextualização face à realidade actual tem implicações na gestão e governação da RBDN? Justifique.*

**IP:** Não tem criado problemas nenhuns, nessa matéria as situações fluem. Há flexibilidade das bibliotecas relativamente ao instrumento normativo, mas existe uma necessidade de actualização, por forma a integrar quem está integrado e a “desintegrar” quem não está integrado (nesta altura: bibliotecas do IUM e Técnica da Direcção de Saúde da Força Aérea). Também é necessário produzir/actualizar normas e instruções técnicas, de forma a uniformizar e otimizar o tratamento documental, bem como a utilização de todas as ferramentas disponibilizadas pelo SIGB.

3. *Os resultados obtidos revelam a necessidade de constituição de uma equipa formal de gestão e governação da RBDN com definição do respectivo modelo e alteração dos objectivos comuns, considerando-se limitados na sua abrangência. De que forma podem ser alterados estes parâmetros?*

**IP:** Todos estes aspectos requerem decisão a nível superior do IDN em parceria com a SGMDN. Mas é claramente necessária a criação de uma equipa dedicada à gestão e governação da RBDN.

#### **IV. “AS BIBLIOTECAS MILITARES PORTUGUESAS: DA COEXISTÊNCIA À COOPERAÇÃO”: BREVE REFLEXÃO 14 ANOS DEPOIS**

1. *No estudo apresentado em 2005, a Dr.ª Ilda Pinto apresenta um modelo de cooperação e um conjunto de recomendações para alterar o paradigma das bibliotecas militares portuguesas. O modelo apresentado ou algumas das recomendações foram implementadas? Se sim, em que moldes?*

**IP:** Sobre o modelo indicado em 2005, verificou-se a sua implementação, baseado num sistema integrado de gestão de bibliotecas já existente na Biblioteca do IDN. O catálogo colectivo criado integra os catálogos individuais de cada biblioteca integradas em cada um dos ramos. Era indicada a possibilidade de um catálogo por ramo agregando as respectivas bibliotecas, o que não se verificou: tinha em vista 3 níveis de possibilidades de pesquisa: sobre o colectivo, sobre o ramo e sobre cada biblioteca. Considerou-se suficiente a existência de 2 níveis: sobre o catálogo colectivo e sobre cada uma das bibliotecas. No que respeita à arquitectura e ao funcionamento, sim, consideramos que se cumpriu o modelo apresentado em 2005. Sobre as recomendações e quanto à primeira fase considera-se concluída. Houve efectivamente uma redução substancial de bibliotecas com especial incidência no Exército. A maior parte das bibliotecas aderiu ao projecto logo em 2015. Foram integrados os vários catálogos estabelecidos os acessos e definidas

as permissões. Foi e continua a ser realizada formação na medida das possibilidades. Quanto à segunda fase já também muito foi feito, está em curso, é um processo contínuo e há seguramente um longo caminho a percorrer: desde a emissão de normas técnicas, o reforço da equipa da entidade coordenadora, a realização de acções de formação, a eliminação local e central de duplicados bibliográficos e de autoridade, a definição de normas específicas para o livro antigo, o estabelecimento de políticas de aquisição e de empréstimo a criação de um cartão de leitor electrónico válido para toda a rede. Quanto à terceira fase acabou por se concretizar para além das bibliotecas com o Portal IMDN como um agregador de conteúdos provenientes de várias entidades criadoras de informação e cultura.

2. *Tendo em consideração os resultados obtidos e as conclusões retiradas do seu estudo e a realidade actual, considera que essas conclusões mantêm-se ou sofreram alterações? Justifique.*

**IP:** Face ao panorama encontrado em 2005 registaram-se alterações de fundo muito positivas entre as bibliotecas sob a tutela da Defesa. Têm agora uma visibilidade que não tinham e o conhecimento sobre as referências dos seus fundos e, em alguns casos sobre os conteúdos integrais está muito facilitado. O sistema de ensino e de saúde sofreram alterações profundas na sua estrutura, mas continuam a desempenhar um papel fundamental nas Forças Armadas. Actualmente, nota-se mais racionalidade nas aquisições de cada biblioteca, mas é necessário trabalhar no sentido de concertar uma política de aquisições no âmbito da rede. O tratamento documental é mais detalhado e normalizado em todas as bibliotecas da rede. Sobre os recursos humanos, apesar de haver significativamente mais profissionais com formação especializada há ainda a necessidade de reforçar esse número. Consideramos já não estar perante um sistema disfuncional de mera coexistência. Há efectivamente cooperação que pode e deve ser intensificada. A visão não deve ser apenas sobre uma biblioteca, mas sim sobre todas as que integram a rede e se complementam entre si.

## **V. PERSPECTIVAS DE FUTURO**

1. *A médio e longo prazo, quais são as acções com carácter prioritário que devem ser tomadas para impulsionar o desenvolvimento da RBDN, quer em termos genéricos como específicos?*

**IP:** Reforçar a formação profissional tanto internamente como com entidades externas; reforçar a formação prestada pela empresa fornecedora do SIGB no que diz respeito ao módulo de gestão de periódicos; tomar a decisão relativamente às bibliotecas que já não integram a RBDN; tomar a decisão relativamente ao modelo e forma de gestão dos registos de leitores da rede; reunir, de forma mais frequente, com os representantes das bibliotecas participantes e elaborar as normas e instruções em conjunto, pois só envolvendo as pessoas que trabalham nas bibliotecas se consegue sensibilizar para a

realidade do trabalho em rede e motivar para o exercício essencial de efectuar o tratamento documental de forma normalizada, o que permite melhor fiabilidade nos resultados de pesquisa e consequentemente prestar um serviço de qualidade superior aos leitores; desenvolver a área de conteúdos digitais nomeadamente no que se refere ao património de livro antigo, fotográfico, cartográfico, audiovisual existente em várias bibliotecas da rede (nesta altura apenas a Biblioteca do Exército tem conteúdos no separador – Bibliotecas Digitais – do portal da rede; desenvolver os canais de comunicação internos; dar mais visibilidade externa, reforçar os contactos com a *Red de Bibliotecas de Defesa* de Espanha (houve apenas alguns contactos pontuais) e com outras redes da área da defesa.

**2.** *Em 2018, a RBDN foi integrada no projecto das Instituições de Memória da Defesa Nacional, em conjunto com os arquivos e museus no domínio da Defesa Nacional. Esta integração acarreta novos desafios para a RBDN? Se sim, quais? E, em que moldes?*

**IP:** Para já, desta integração, até ao momento, ainda não verificámos resultados relevantes. O Portal IMDN é um agregador dos dados dos arquivos, bibliotecas e museus que surgiu e foi inspirado na sequência da concretização do projecto da rede de bibliotecas. A pesquisa é lançada sobre cada um dos arquivos e museus e sobre o catálogo colectivo da rede. Apesar do empenho não consideramos a apresentação de saída dos dados bibliográficos a mais correcta. Acresce ainda que, apesar de os procedimentos em arquivos, bibliotecas e museus serem distintos, a falta de uniformização entre termos e autoridades dos intervenientes autónomos devolve resultados de pesquisa com duplicações de entradas o que adiciona o indesejável ruído. Ainda não temos conhecimento de benefícios relevantes da integração da RBDN no Portal, situação eventualmente justificada pelo desconhecimento da sua existência, pelo facto de a maioria dos resultados de pesquisa apontarem para a rede de bibliotecas, uma vez que actualmente é quem detém maior volume de informação. Ainda assim, procuramos, sempre que existe oportunidade, comunicar e divulgar junto dos utilizadores a existência do Portal IMDN. Para a RBDN o maior desafio será o que tem para si própria: melhorar a qualidade do tratamento documental, a divulgação das referências e dos conteúdos e dessa forma prestar o melhor serviço aos seus utilizadores.

## **VI. COMENTÁRIO FINAL**

**1.** *Comente ou saliente alguns aspectos que considere relevantes ou pertinentes para o estudo e que não tenham sido abordados.*

**IP:** Parece-me muito importante deixar a mensagem de que o caminho percorrido valeu muito a pena, sublinhar que as vantagens de estar ligado em rede são muito superiores face às desvantagens e manifestar a confiança na nova geração de profissionais que saberá

dirigir as bibliotecas sob a tutela da defesa a novos patamares de trabalho em rede e de cooperação.

## APÊNDICE C. Autorização de recolha, análise e divulgação dos dados obtidos no inquérito por entrevista

### **Autorização de recolha, análise e divulgação dos dados obtidos no inquérito por entrevista**

No âmbito da elaboração da Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, intitulada *A evolução das bibliotecas militares e de Defesa: estudo de caso da Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional*, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a orientação do Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva, eu, João Horta (bibliotecário da Liga dos Combatentes), pretendo recolher um conjunto de dados que apoiem a investigação em curso, a qual poderá contribuir para a melhoria da Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional.

De modo a que se proceda a uma adequada recolha, análise e divulgação dos dados obtidos através da realização do inquérito por entrevista, venho por este meio solicitar-lhe autorização para que seja realizada a gravação da entrevista, bem como a transcrição e publicação dos dados na dissertação.

João Nuno Gomes Ferreira da Horta

Eu, Ilda Maria Soares Pinto, Assessora Principal da Biblioteca e Documentação do Instituto da Defesa Nacional, autorizo que seja realizada a gravação da entrevista, bem como a transcrição e publicação dos dados na dissertação no âmbito da elaboração da Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação.

Lisboa, 14 de Agosto de 2019

Assinatura

Ilda Maria Soares Pinto

Assinatura

João Nuno Gomes Ferreira da Horta



## APÊNDICE D. Inquérito por questionário

### Inquérito por questionário: «A evolução das Bibliotecas Militares e de Defesa: estudo de caso da Rede de bibliotecas da Defesa Nacional»

No âmbito da Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, intitulada «A evolução das Bibliotecas Militares e de Defesa: estudo de caso da Rede de bibliotecas da Defesa Nacional», pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Guardado da Silva, eu, João Horta (bibliotecário da Liga dos Combatentes), pretendo recolher um conjunto de dados que apoiem a investigação em curso. Agradeço, antecipadamente, toda a disponibilidade em participar no inquérito por questionário.

#### Introdução

O inquérito por questionário a ser aplicado está dividido em três grupos de questões: o primeiro grupo constitui uma recolha de dados relativos ao responsável pelo preenchimento do questionário; o segundo constitui a caracterização da biblioteca pela qual é responsável; o terceiro incide na participação da biblioteca como elemento integrante da Rede de bibliotecas da Defesa Nacional (RBDN); e, ainda, uma secção final de comentário.

As respostas obtidas, bem como os dados pessoais relativos ao responsável pelo preenchimento do inquérito, são confidenciais.

#### 1. Identificação

Apenas os dados relativos ao «Posto, cargo e/ou função» e «Formação» serão considerados na análise quantitativa do estudo. A identificação do «Nome» do responsável pelo preenchimento do questionário não será considerada na análise, mantendo-se o anonimato.

##### 1.1 Nome

---

##### 1.2. Posto, cargo e/ou função

Posto para responsáveis militares, cargo e/ou função para todos os inquiridos

---

##### 1.3. Formação

Grau mais elevado e área científica

---

#### 2. Caracterização geral da biblioteca

##### 2.1. Denominação da biblioteca

---

##### 2.2. Instituição/entidade

---

##### 2.3. Dependência orgânica

---

##### 2.4. Tipologia de biblioteca

Marcar apenas uma oval.

☐

Biblioteca de ensino superior

☐

Biblioteca escolar

☐

Biblioteca especializada

☐

Outra (inclui bibliotecas de saúde, p. e., ou outras que não se enquadrem nas opções anteriores)

## 2.5. Equipa/recursos humanos

### 2.5.1. Número de elementos que constituem a equipa (resposta numérica)

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1  
☐ 2  
☐ 3  
☐ 4  
☐ 5+

### 2.5.2. Número de elementos por categoria profissional e nível de formação BAD (Biblioteca, Arquivo e Documentação)

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5+
Técnico superior com formação BAD	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Técnico superior sem formação BAD	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Assistente técnico com formação BAD	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Assistente técnico sem formação BAD	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estagiário profissional com formação BAD	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estagiário profissional sem formação BAD	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estagiário curricular com formação BAD	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estagiário curricular sem formação BAD	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

## 2.6. Utilizadores

### 2.6.1. Quais são os utilizadores que frequentam a biblioteca?

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Militares (incluir militares internos, militares investigadores e militares estudantes)  
☐ Internos (não incluir se forem militares internos)  
☐ Investigadores (não incluir se forem militares investigadores)  
☐ Estudantes (não incluir se forem militares estudantes)  
☐ Público em geral  
☐ Outra: \_\_\_\_\_

## 2.7. Fundos documentais

### 2.7.1. Quais são as temáticas predominantes da biblioteca? Identifique no mínimo três temáticas: (p.e.: história militar, aeronáutica, marinharia, ciência militar, política, etc.)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**2.7.2. Quais são as formas de aquisição documental mais representativas?**

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Compra
- ☐ Doação
- ☐ Oferta
- ☐ Permuta

**2.7.3. Quais são as tipologias documentais que predominam na biblioteca?**

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Audiovisuais
- ☐ Cartografia
- ☐ Fotografia
- ☐ Monografias
- ☐ Periódicos
- ☐ Outra: \_\_\_\_\_

**2.7.4. Qual é o número total de documentos em catálogo manual? (resposta numérica)**

\_\_\_\_\_

**2.7.5. Qual é o número total de documentos em catálogo automatizado? (resposta numérica)**

\_\_\_\_\_

**2.7.6. Qual é o número total de documentos em outras bases de dados? (resposta numérica)**

\_\_\_\_\_

## 2.8. Empréstimo

---

**2.8.1. A biblioteca tem política de empréstimo definida?**

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não

**2.8.2. Quais são os tipos de empréstimo existentes?**

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Empréstimo interno
- ☐ Empréstimo domiciliário
- ☐ Empréstimo interbibliotecário

**2.8.3. Existem limitações no empréstimo?**

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não

**2.8.4. Identifique e descreva, sucintamente, quais são as dificuldades face a cada tipo de empréstimo existente.**

---

---

---

---

---

### **3. A biblioteca na Rede de bibliotecas da Defesa Nacional (RBDN)**

**3.1. Em que ano a biblioteca integrou a RBDN?**

---

**3.2. Qual foi a principal razão para a integração na RBDN?**

---

---

---

**3.3. Existiam expectativas no âmbito da integração? Se sim, quais? (caso a resposta seja negativa, não responda à questão 3.4)**

---

---

---

---

---

**3.4. As expectativas foram correspondidas? Justifique.**

---

---

---

---

---

**3.5. Dos seguintes aspectos, quais são os que identifica como oportunidades criadas pela integração na RBDN:**

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Benefícios económicos por redução de custos com aplicações e licenças de sistemas de gestão bibliográfica
- ☐ Definição de objectivos comuns
- ☐ Imagem e visibilidade da biblioteca no panorama da Defesa Nacional
- ☐ Inter-ajuda e aproximação profissional com as restantes equipas das bibliotecas integrantes
- ☐ Mais e melhores serviços disponibilizados
- ☐ Melhoria dos processos de aprendizagem
- ☐ Optimização do tempo no tratamento e gestão documental
- ☐ Partilha de recursos
- ☐ Partilha de serviços
- ☐ Outra: \_\_\_\_\_

**3.6. Dos seguintes aspectos, quais são os que identifica como problemas criados pela integração na RBDN:**

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Concorrência das outras bibliotecas integrantes
- ☐ Desigualdade de participação
- ☐ Distância face à equipa responsável pela RbDN
- ☐ Formulação e cumprimento de objectivos comuns
- ☐ Interferência no planeamento e gestão
- ☐ Perda de autonomia nas decisões
- ☐ Perda de identidade
- ☐ Outra: \_\_\_\_\_

**3.7. Sistema integrado de gestão bibliográfica**

*Marcar apenas uma oval por linha.*

	Sim	Não
Antes da integração na RBDN dispunha de sistema automatizado de gestão bibliográfico?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Concorda com a utilização do sistema integrado de gestão bibliográfica HORIZON?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Concorda com a existência de base de dados de autoridades comum?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Concorda com a existência de base de dados de descritores comum?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Concorda com o mecanismo autónomo de criação de autoridades?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Concorda com o mecanismo centralizado de criação de descritores?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**3.8. Catálogo online**

*Marcar apenas uma oval por linha.*

	Sim	Não
Antes da integração na RBDN dispunha de catálogo online?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Concorda com a existência de um catálogo colectivo online?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Concorda com a existência de um catálogo individual online, integrado no catálogo colectivo?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**3.9. Instrumentos de gestão e governação, e apoio técnico**

*Marcar apenas uma oval por linha.*

	Sim	Não
A biblioteca tem regulamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O regulamento contempla a participação da biblioteca na RbDN?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tem conhecimento da existência do «Manual de Procedimentos: Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional»?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tem conhecimento da existência das «Instruções Técnicas: Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional»? (Caso a resposta seja «não», passe para a secção seguinte)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### 3.10. Política de aquisição documental

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não
A política de aquisição documental alterou-se com a integração na RbDN?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aplica-se a permuta entre bibliotecas integrantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A aquisição documental é condicionada pela aquisição de outra biblioteca integrante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### 3.11. Empréstimo interbibliotecário

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não
Antes da integração na RBDN, a biblioteca dispunha de empréstimo interbibliotecário?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O empréstimo interbibliotecário aumentou com a integração na RbDN?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### 3.12. Quais são as bibliotecas (quer sejam da RBDN ou não) com que exerce mais o empréstimo interbibliotecário? Identifique até três bibliotecas.

---

---

---

---

### 3.13. Recursos humanos

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não
As formações profissionais disponibilizadas no âmbito da RbDN são úteis?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Devem existir mais formações profissionais no âmbito da RbDN?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existe maior proximidade entre os profissionais das bibliotecas integrantes da RbDN?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O apoio técnico disponibilizado é útil?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### 3.14. Em 2005, foi diagnosticado que as bibliotecas militares portuguesas não cooperavam, apenas coexistiam. Com a integração da biblioteca na RBDN, considera que passou a cooperar com as restantes bibliotecas integrantes da rede?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

### 3.15. Identifique alguns aspectos que justifiquem a sua resposta anterior.

---

---

---

---

**3.16. Quais são as principais vantagens de estar integrado na RBDN?**

---

---

---

---

---

**3.17. Quais são as principais desvantagens de estar integrado na RBDN?**

---

---

---

---

---

#### **4. Comentário final (facultativo)**

**Se pretender salientar ou justificar alguma resposta/aspecto, efectue aqui o seu comentário (p.e.: necessidades emergentes não identificadas no questionário, ideias para alterar ou melhorar o funcionamento da RBDN, etc.)**

---

---

---

---

---

## APÊNDICE E. Mensagem de *e-mail* a solicitar a participação no estudo

Ex.mos Senhores

Biblioteca XXXXXXXXXXXX,

No âmbito do desenvolvimento da Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, intitulada «A evolução das Bibliotecas Militares e de Defesa: estudo de caso da Rede de bibliotecas da Defesa Nacional», pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Guardado da Silva, eu, João Horta (bibliotecário da Liga dos Combatentes), pretendo recolher um conjunto de dados que apoiem a investigação em curso.

De forma a suportar esta investigação, solicito a colaboração da Biblioteca XXXXXXXXXXXX no preenchimento do inquérito por questionário que segue junto a este e-mail. A recolha de dados termina no dia 30 de Maio de 2019.

Para apoio ao preenchimento do inquérito por questionário ou outras informações e esclarecimentos que sejam necessários, deixo os meus contactos:

Tlm: XXXXXXXXXXX

e-mail: joao.horta@campus.ul.pt / joao\_horta93@hotmail.com

Agradeço, antecipadamente, a atenção dispensada.

Com os meus melhores cumprimentos,

João Horta